



Município de Vouzela
Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CADERNO II



**FUNDO
FLORESTAL
PERMANENTE**



ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente

Índice - Caderno II

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
2. ENQUADRAMENTO DO PMDFCI DE VOUZELA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	4
3. MODELO DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	7
3.1. CARTA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS.....	7
3.2. CARTOGRAFIA DE RISCO.....	9
3.3. CARTA DE PRIORIDADES DE DEFESA.....	11
3.4. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	12
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	13
4.1. EIXO 1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	13
4.1.1 - LEVANTAMENTO DA REDE REGIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	13
4.1.2 - REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL.....	13
4.1.3 - REDE VIÁRIA.....	16
4.1.4 - REDE DE PONTOS DE ÁGUA.....	17
4.1.5 - SILVICULTURA PREVENTIVA.....	20
4.1.6 - PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO.....	21
4.1.6.1 - REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL.....	21
4.1.7 - CONDICIONALISMOS A EDIFICAÇÃO - REGIME DE EDIFICABILIDADE (ART. 16 SDFCI).....	28
4.1.8 - FAIXA DE PROTEÇÃO AOS EDIFÍCIOS.....	28
4.1.9 - GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NA FAIXA E MEDIDAS DE PROTEÇÃO AS HABITAÇÕES.....	30
4.1.10 - REDE VIÁRIA.....	32
4.1.11 - PONTOS DE ÁGUA.....	33
4.1.12 - METAS RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTOS.....	34
4.2. EIXO 2 - REDUZIR A INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS.....	37
4.2.1 - AVALIAÇÃO.....	38
4.2.2 - PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 2º EIXO ESTRATÉGICO.....	38
4.2.2.1 - CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO.....	38
4.2.2.2 - FISCALIZAÇÃO.....	43
4.3. EIXO 3 - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS.....	48
4.3.1 - AVALIAÇÃO.....	48
4.3.2 - PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO.....	53
4.4. EIXO 4 - RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS.....	54
4.4.1 - AVALIAÇÃO	54
4.5. EIXO 5 - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	57
4.5.1 -AVALIAÇÃO.....	58
4.6 -ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI DO CONCELHO DE VOUZELA.....	69
5 - ANEXO - CARTOGRAFIA.....	70

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Os incêndios florestais, principais agentes abióticos que afetam a floresta, são o principal fator de degradação da floresta portuguesa e de perturbação do equilíbrio no mundo rural. Ocorrem frequentemente, consumindo vastas áreas florestais, traduzindo-se em enormes perdas quer do ponto de vista económico quer social, com implicações a nível ambiental, ecológico e paisagístico.

A diminuição da mão-de-obra rural, a muito pequena dimensão da propriedade florestal, a existência de absentismo dos proprietários relativamente à atividade silvícola, o que nalguns casos, leva ao abandono das explorações, são fatores que contribuem para o desinteresse pelo património florestal, levando à sua deterioração, o que potencia o incremento do risco de incêndio florestal.

Cumulativamente a falta de limpezas e desbastes convenientes (cortes culturais) nos povoamentos florestais, de implantação de bons caminhos e aceiros, bem como a sua manutenção periódica, a existência de pontos de água distribuídos estrategicamente no território, e essencialmente, de um bom ordenamento florestal do território no sentido de intercalar áreas de resinosas e eucaliptos com folhosas, apresentam comportamentos diferenciados perante a ocorrência de fogos.

As monoculturas de pinheiro bravo e eucalipto como modelos de silvicultura devem comportar a introdução das folhosas, para além de quebrar a monotonia constitui um modelo preventivo contra incêndios florestais, concorrendo para um desenvolvimento sustentável da floresta. As folhosas beneficiam em muito a diversidade e a saúde da própria floresta, possibilitando ganhos significativos através do uso múltiplo da floresta, como sejam a produção de madeira de qualidade, pastorícia, turismo, caça, pesca, apicultura, frutos silvestres, cogumelos, cortiça, entre outros.

Os recursos florestais constituem uma das principais riquezas naturais do concelho de Vouzela, a área florestal (mais de 9000 ha) ocupa cerca de 48,5% da área total do concelho, para além do valor económico direto proporciona excelentes condições ambientais e paisagísticas, e o seu contributo atual e, sobretudo, futuro, é necessariamente uma das linhas mestras de qualquer cenário de desenvolvimento regional em que se privilegie a valorização dos recursos endógenos.

Com efeito, a floresta constitui uma riqueza estratégica do concelho, fundamental para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Para além de fornecer recursos renováveis, contribui para a proteção do ambiente global e local, através da melhoria dos recursos naturais fundamentais, como a água, o solo, o ar e a manutenção da biodiversidade.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais (PMDFCI) do Concelho de Vouzela, tal como a própria designação indica, tem como principal objetivo a prevenção do risco de incêndio florestal. Inclui uma caracterização dos principais fatores que concorrem para a ocorrência de fogos, uma análise da localização das infra-estruturas de prevenção e de apoio ao combate, e ainda, dos meios e recursos disponíveis de vigilância e deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo. Para além disso, ao permitir a identificação das zonas mais suscetíveis, e portanto com um risco de incêndio mais elevado, potencia uma melhor definição de medidas de prevenção necessárias à defesa da floresta contra incêndios.

Tem como principal objetivo não só definir antecipadamente estratégias de prevenção direta, mas também adequar os meios de combate aos fogos florestais, permitindo identificar situações de maior ou menor gravidade. Estabelece, também a possibilidade de planificar ações a curto e médio prazo, nomeadamente no âmbito da sensibilização da população, da silvicultura preventiva, da construção e/ou manutenção da rede de infra-estruturas, da vigilância móvel, da vigilância fixa e deteção, do combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio e formação profissional.

O Plano de Prevenção define um modelo que se pretende operacional na articulação de todas as entidades envolvidas na prevenção e combate de fogos florestais, apontando os mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes responsáveis pela execução do plano de defesa da floresta.

2. ENQUADRAMENTO DO PMDFCI DE VOUZELA NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

DECRETO-LEI N.º 124/2006 DE 28 DE JUNHO NA SUA ATUAL REDAÇÃO

De acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios são elaborados pelas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A estrutura tipo dos Planos Municipais de Defesa Contra Incêndios veio a ser regulamentada com a publicação do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro que estabelece o Regulamento do PMDFCI

PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PNDFCI)

O PNDPCI, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio, pretende uma política integrada da floresta, de forma a melhorar a eficiência das ações de prevenção, vigilância, deteção e fiscalização, visando o aumento o valor da floresta.

O PNDPCI explicita a estratégia a adotar e estabelece objetivos, prioridades e intervenções a desenvolver para se alcançar as metas preconizadas. Desta forma, o plano define cinco eixos estratégicos de atuação: 1) Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; 2) Redução da incidência dos incêndios; 3) Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; 4) Recuperar e reabilitar os ecossistemas; 5) Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

O PNDPCI estabelece ainda as linhas de atuação, mencionando a fase de planeamento, execução e controlo, calendarização de medidas e indicadores de execução.

Trata-se assim de um documento de cariz orientador, ao qual se devem articular todos os instrumentos de planeamento de nível inferior, convocando todas as entidades públicas e privadas com intervenção sobre o território para fomentar uma política de defesa da floresta contra incêndios.

PLANO DISTRITAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VISEU

O PDDFCI de Viseu visa estabelecer a estratégia distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do PNDFCI e em consonância com o PROF Centro-Litoral.

O planeamento distrital, através do PDDFCI, desempenha a função de figura de planeamento intermédio, tem um enquadramento tático e caracteriza-se pela seriação e organização das ações e dos objetivos definidos no PNDFCI à escala distrital.

O planeamento municipal, através do PMDFCI, contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios, e inclui ações de prevenção, previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, em consonância com o PDDFCI de Viseu.

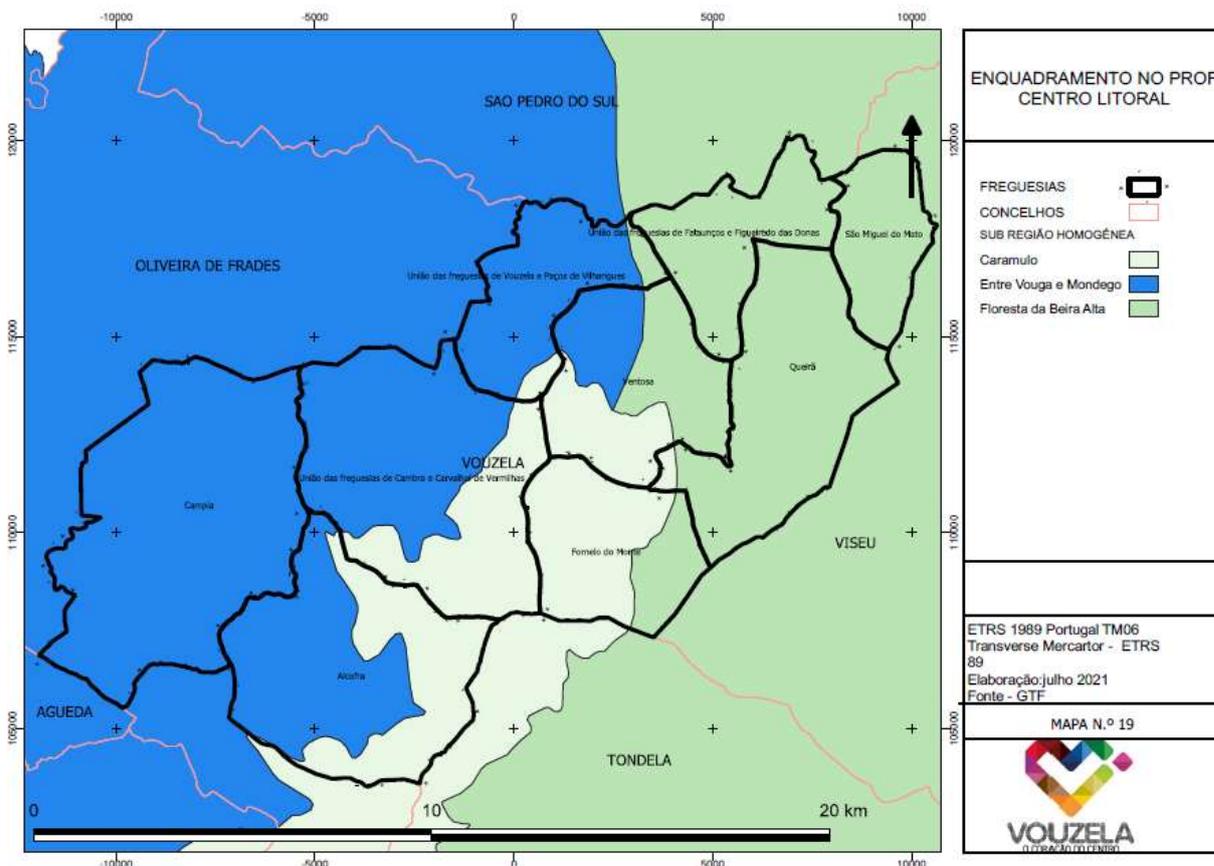
ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS

Os incêndios florestais têm reduzido nos últimos anos grande parte da riqueza produzida pelas florestas. Por este motivo, o principal desafio no setor florestal a curto prazo é o da redução dos riscos associados aos incêndios, e um dos grandes objetivos da ENF, que, sustentada por um conjunto de diplomas, concretiza uma série de medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos, que suportam a política de Defesa da Floresta Contra Incêndios, operacionalizada através do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e pelo PMDFCI a nível municipal.

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), publicado em Resolução de Conselho de Ministros n.º 45-A/2020 de 16 de junho, e que tem como grandes objetivos estratégicos valorizar e cuidar dos espaços rurais, modificar comportamentos e gerir o risco eficientemente;

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL CENTRO LITORAL



O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho de Vouzela enquadra-se na área do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral - aprovado pela Portaria 56/2019 de 11 de fevereiro, sendo o concelho de Vouzela abrangido pelas seguintes sub-regiões homogêneas: a) Floresta da Beira Alta; b) Caramulo; c) Entre Vouga e Mondego.

Consoante a sub-região considerada são diversas as espécies de árvores florestais e respetivos modelos de silvicultura a incentivar. Na área do Concelho de Vouzela, segundo orientação do PROF DL, o Carvalho-roble e carvalho-negral constituem as espécies florestais a incrementar, sob a forma de povoamentos puros, para a produção de madeira de qualidade, podendo ainda ser privilegiadas outras espécies quando as características edafo-climáticas locais assim o justificarem.

Atualmente, o carvalho-roble encontra-se limitado a pequenos maciços e aparece isoladamente nas encostas, o carvalho-negral reduz-se às áreas mais montanhosas do concelho. Com o acentuado envelhecimento da população e o progressivo abandono dos sistemas tradicionais de exploração agro-pastoril, abrem-se novas perspetivas à recuperação do coberto florestal regional. Assim, há que dar prioridade à recuperação dos povoamentos, o aproveitamento da regeneração natural, com o objetivo de diversificar o coberto vegetal, promovendo o aumento da biodiversidade na tentativa de valorizar a paisagem e reduzir o risco de incêndio.

O PROF Centro Litoral identifica e delimita as zonas sensíveis do ponto de vista da Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais e, ainda, refere as medidas de intervenção a adotar em cada uma das sub-regiões, nomeadamente relativas à prevenção de incêndios florestais.

Os núcleos críticos do Concelho de Vouzela, situam-se a Nordeste e a Sudoeste do território concelhio, são constituídos por monoculturas de pinheiros bravos e eucaliptos, respetivamente. Áreas que do ponto de vista da prevenção de incêndios florestais merecem particular atenção.

Entre as medidas de intervenção, e com relevância para o PMFCI, evidenciam-se a promoção de campanhas de sensibilização, junto da população local; o controlo das cargas de combustíveis, principalmente nas bermas das estradas, parques de merendas ou em outros locais considerados de elevado risco de incêndio; o aumento do número de brigadas de sapadores florestais; a diminuição da continuidade horizontal da vegetação; e aumento da eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais.

São ainda consideradas as orientações emanadas na Estratégia Nacional para as Florestas, publicada em Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006 de 15 de setembro e as orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003 e 2004, publicadas pela resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2006 de 18 de janeiro.

Na área do concelho de Vouzela não existem Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas elaborados e aprovados.

O PMDFCI deve, ainda, ter em consideração os Planos dos concelhos limítrofes, concretamente, S. Pedro do Sul, Tondela, Oliveira de Frades, Águeda e Viseu, pelo que as ações previstas neste documento, devem estar interligadas com esses, nomeadamente na continuidade da rede viária e da rede primária, bem como o Planos Municipais e Regionais de Ordenamento do Território.

3. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

3.1. CARTA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS

A floresta do concelho caracteriza-se pela inexistência de um sistema de ordenamento e de gestão sustentável, a necessidade de introduzir novos modelos de gestão florestal, aponta um novo plano de ação e de desenvolvimento florestal.

Apresenta-se de uma forma completamente anárquica, onde a inexistência de infra-estruturas de prevenção que contribuam para atenuar os efeitos dos fogos é uma constante. Daí a importância do planeamento das ações a levar a efeito, a previsão relativamente às áreas de maior risco, permite preparar um sistema de resposta rápida para essas áreas.

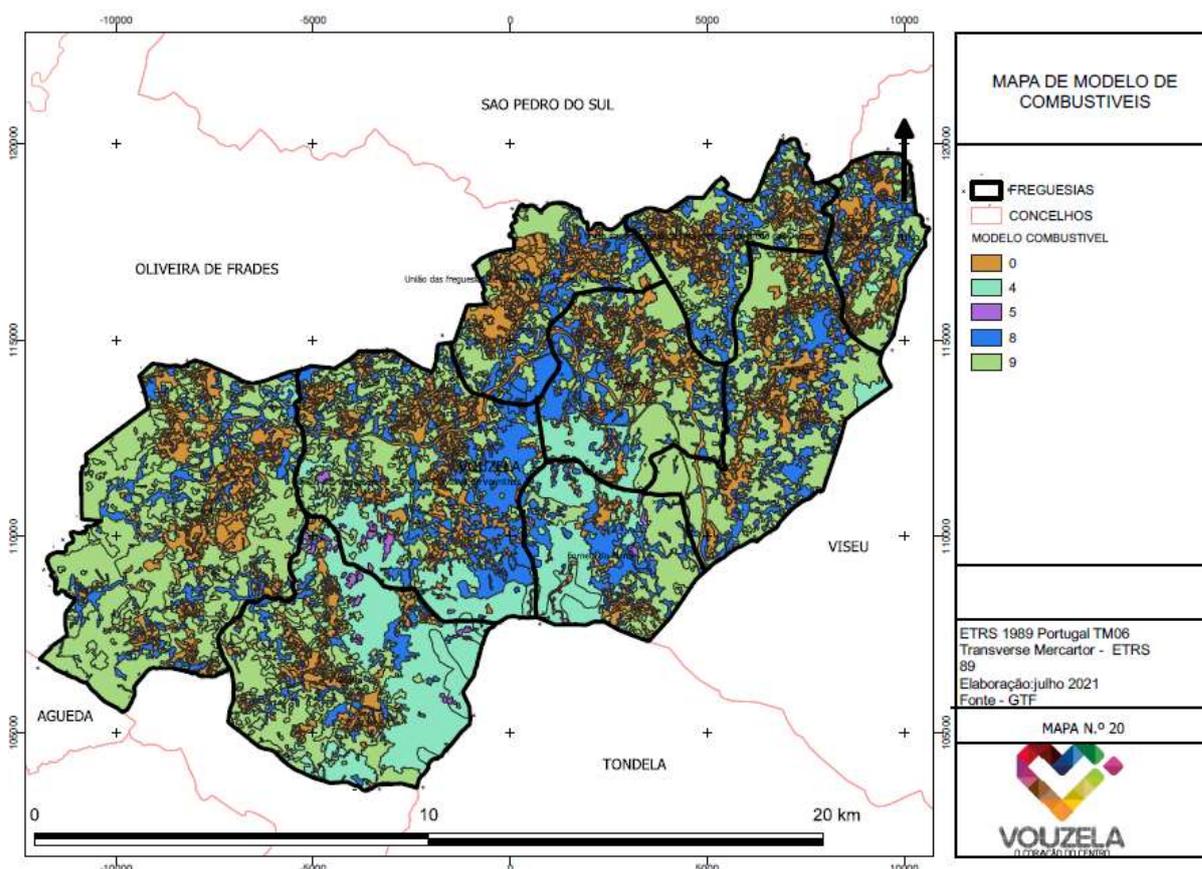
As ações de prevenção e defesa da floresta contra incêndios florestais revelam-se tão importantes como as ações de combate.

A metodologia para a elaboração da carta de modelos de combustível para o concelho de Vouzela seguiu as orientações constantes no Guia Metodológico para a elaboração dos Planos

Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, indo de encontro à classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL). Teve por base a COS2018.

A metodologia adotada classifica o território em modelos de combustíveis base que possuem características mais ou menos homogêneas e comportamentos semelhantes face a um incêndio florestal. Os modelos em questão encontram-se descritos, de forma sucinta, no Guia Metodológico.

Desta forma, obteve-se à seguinte Carta de Modelos de Combustíveis:



QUADRO DE MODELOS DE COMBUSTÍVEL NO CONCELHO DE VOUZELA

Modelo	0	4	5	8	9	Total
Área (ha)	4818,57	2597,66	111,55	3556,17	8285,56	19.370,64
%	24,87	13,41	0,57	18,35	42,8	100,00

Pela análise do mapa e quadro anteriores facilmente se poderá concluir que os modelos mais frequentes são o 9 e o 0. O primeiro localiza-se em formações florestais ocupadas por povoamentos mistos, resinosas ou eucaliptos com idade superior a 4 anos, onde os incêndios poderão ter propagações rápidas; o segundo ocorre em áreas ocupadas por áreas agrícolas e espaços urbanos área onde não existe probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, a área ocupada pelo modelo 0, 24,87 % do território concelhio, que se encontra ocupada essencialmente por áreas agrícolas cultivadas, espaço urbano, rede hidrográfica e área de rochas.

3.2. CARTOGRAFIA DE RISCO

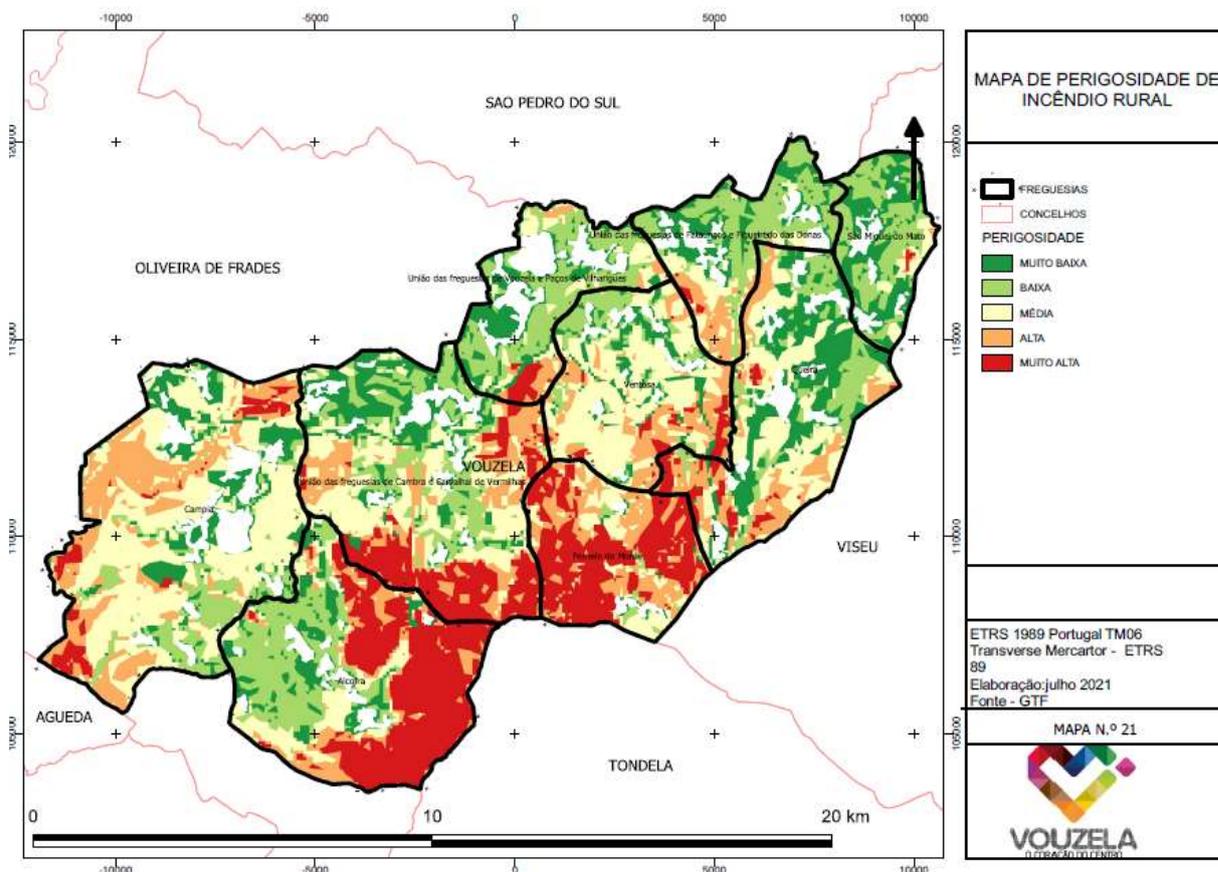
MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO RURAL

A perigosidade é o produto da probabilidade e da suscetibilidade. Segundo Varnes (1984), a perigosidade é “ a probabilidade de Ocorrência, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área, de um fenómeno potencialmente danoso”.

Segundo UN/ISDR (2004), a perigosidade é “um evento físico potencialmente danoso ou atividade humana que possa causar perda de vidas ou ferimentos, danos em bens, interferência social e económica ou degradação ambiental (...)”

A carta de perigosidade para o concelho de Vouzela, foi elaborada tendo por base a metodologia descrita no apêndice 4 do guia metodológico.

Tendo em vista o cálculo da probabilidade utilizaram-se as áreas ardidas compreendidas entre os anos de 2000 e 2020, bem como a carta de ocupação do solo referente ao ano de 2018, sendo excluídas do cálculo as área delimitadas como solo Urbano e Aglomerado Rural, estabelecidos no Plano Diretor Municipal de Vouzela.



MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO RURAL

A carta de risco de incêndio florestal constitui uma ferramenta de apoio à prevenção do risco de incêndio, possibilita a análise da localização dos equipamentos e das medidas necessárias à

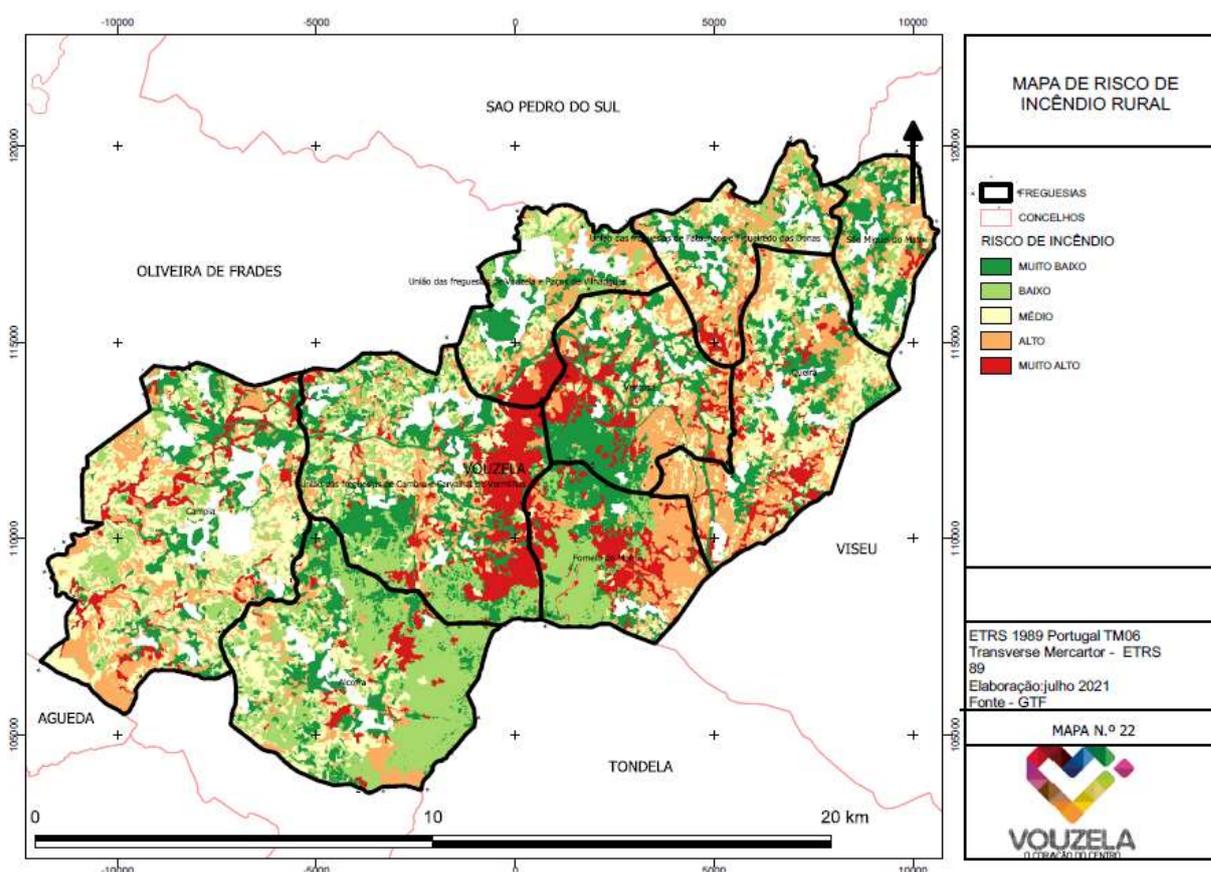
vigilância, permitindo identificar as zonas mais suscetíveis, e logo com um risco de incêndio mais elevado.

A carta de risco de incêndio foi elaborada tendo por base o apêndice 4 do guia metodológico.

Foi utilizada a carta de ocupação do solo referente ao ano de 2018 incorporando-se na mesma os perímetros urbanos estabelecidos no âmbito do Plano Diretor Municipal de Vouzela (, e outros aglomerados populacionais bem como outras áreas edificadas consolidadas.

Os critérios ou fatores de análise deverão ser representativos das várias vertentes que poderão contribuir para o aumento do risco de incêndio, devendo ser independentes entre si, de modo a reduzir o efeito de enviesamento dos resultados por auto-correlação entre as variáveis.

As variáveis usadas na conceção da presente carta de risco de incêndio foram: ocupação do solo, declives, rede viária, exposições, densidade populacional e visibilidade por postos de vigia.



Da análise da carta de risco apresentada pode-se concluir que é nas freguesias de Fornelo do Monte União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas e Ventosa que possui risco muito alto de incêndio florestal, sendo a zona serrana. Também, o vale da Ribeira de Ribamá se considera de risco muito alto de incêndio, principalmente em função da sua orientação Norte-Sul e de se tratar de um vale extremamente encaixado, com reduzida ou mesmo nula visibilidade a partir dos

postos de vigia, apesar de os povoamentos mistos predominarem o coberto vegetal, resultantes da regeneração natural dos carvalhos (*Quercus spp*).

As áreas com risco alto encontram-se dispersas sobretudo pelas freguesias de Campia, Alcofra, Fornelo do Monte e União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas.

As áreas com risco de incêndio médio aparecem sobretudo nas freguesias de União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas do Monte, resultado em parte da influência das manchas de carvalhais existentes.

As principais áreas com risco de incêndio baixo estão situadas em volta de Queirã e de União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues. Observam-se ainda alguns núcleos dispersos em União de Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas, União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas e São Miguel do Mato, entre outros.

3.3. CARTA DE PRIORIDADES DE DEFESA

A Carta de Prioridades de Defesa foi elaborada de acordo com a metodologia indicada no Guia Metodológico: *“A cartografia de prioridades de defesa constitui-se pela aposição aos polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto, de outros elementos não considerados no modelo de risco com reconhecido valor ou interesse social, cultural, ecológico ou outros.”*

Assim, sabendo que as Florestas constituem um valioso recurso natural renovável gerador de múltiplos bens e serviços da maior relevância para o ambiente, para a economia e para a qualidade de vida dos cidadãos;

Sabendo que a diversidade de bens económicos, valores naturais e serviços ambientais que geram as florestas saudáveis e bem geridas, faz delas um importante património coletivo (mesmo quando são de posse privada) e a sua conservação, gestão e fomento dizem respeito a todos os cidadãos sem exceção.

Na carta de prioridades de defesa, foram hierarquizadas as várias manchas de ocupação do solo quanto à sua prioridade de defesa contra incêndios, em função dos seguintes critérios: risco de incêndio alto e muito alto, proteção de instalações humanas, manchas de valor económico e manchas de valor ecológico e paisagístico.

No que concerne ao risco de incêndio alto e muito alto utilizaram-se as manchas respetivas da carta de risco de incêndio.

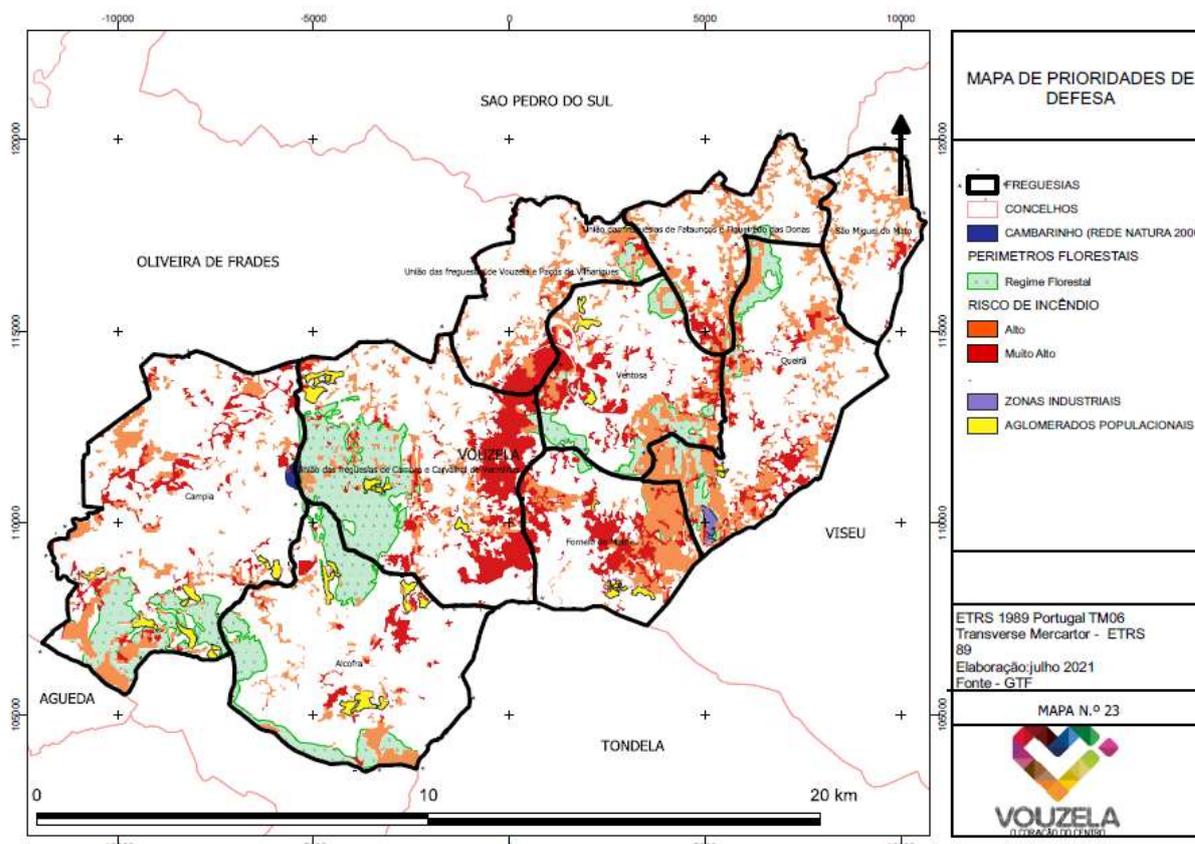
No que respeita à proteção de instalações humanas, teve-se principalmente em consideração os aglomerados populacionais e os espaços industriais existentes no concelho.

Para a proteção das manchas com valor económico foram consideradas as manchas florestais para produção de madeira, frutos silvestres e cogumelos.

Relativamente à proteção das manchas de valor ecológico e paisagístico foram consideradas as manchas de espécies protegidas, ecossistemas singulares, singularidade da paisagem e qualidade estética das formações arbóreas e arbustivas.

Assim, a prioridade mais elevada de defesa no concelho de Vouzela, conforme se pode verificar na Carta de Prioridades de Defesa, é direcionada para os aglomerados populacionais e espaços industriais confinantes com áreas florestais, a Reserva Botânica de Cambarinho e os

perímetros florestais do concelho. Nestes últimos, estão inseridas manchas de produção e manchas de elevado valor ecológico e paisagístico (ex. perímetro florestal da Penoita).



3.4 - Objetivos e metas do PMDFCI

Objetivos	Metas										
	unidades	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Diminuição do n.º de incêndios com áreas superiores a 1 ha	%	50	60	70	80	90	95	95	95	95	95
Eliminação de incêndios com área superior a 1000 ha	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1ª intervenção em menos de 20 minutos	%	90	90	90	100	100	100	100	100	100	100
Redução do número de reacendimentos	%	1	1	1	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5

para menos de:												
Redução do número de incêndios activos com duração superior a 24 horas	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Nestes eixos pretende-se definir as ações consideradas importantes, de carácter generalista, a desenvolver numa perspetiva plurianual, de acordo com as orientações emanadas nos eixos prioritários de intervenção do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4.1. EIXO 1 - AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em termos estratégicos, este eixo relaciona-se com o planeamento e ordenamento do território, fomentando a sua gestão pela estabilização do uso do solo e pela potenciação da sua utilidade social, segundo um modelo de gestão sustentável, no âmbito do uso múltiplo da floresta, procurando reduzir as atividades especulativas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

- Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

OBJETIVOS OPERACIONAIS:

- Proteger as zonas de interface Urbano/florestal
- Implementar programa de redução de combustíveis

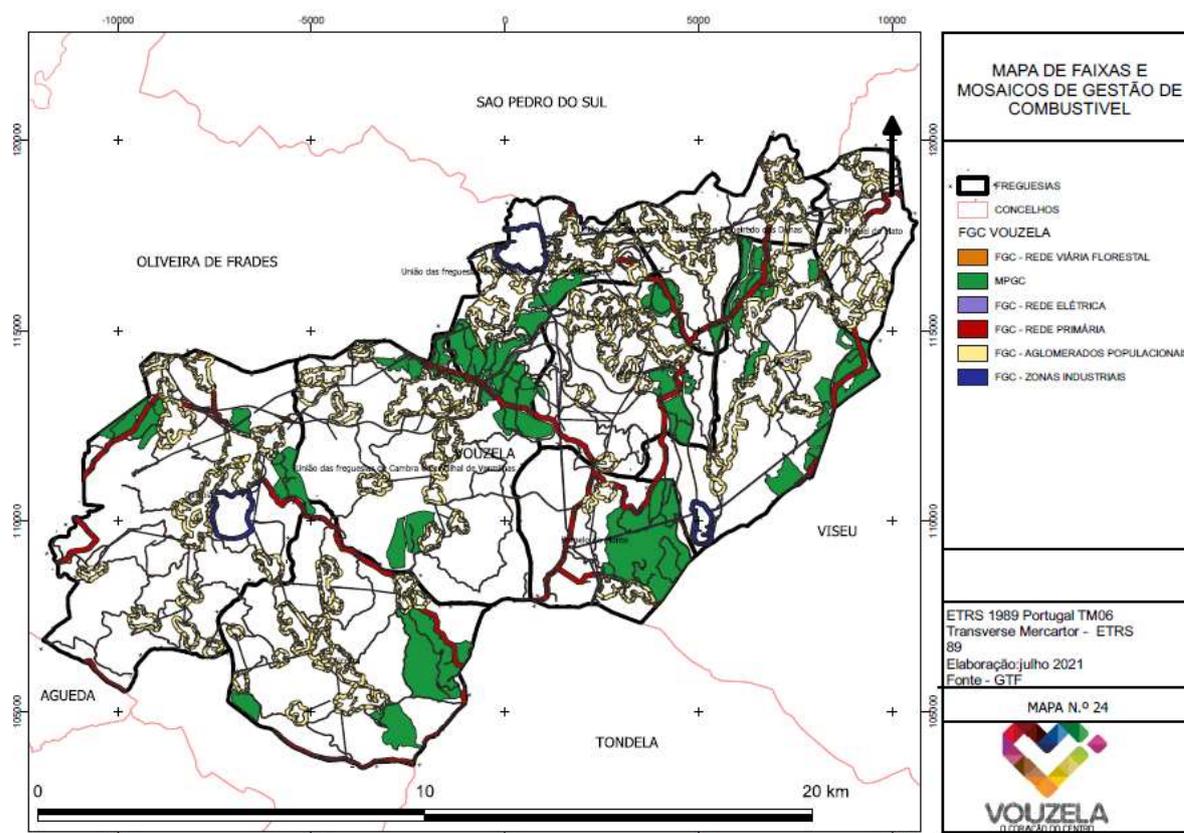
AÇÕES:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível;
- Promover ações de gestão de pastagens;
- Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

4.1.1 - LEVANTAMENTO DA REDE REGIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

4.1.2 - REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

De acordo com o Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho na sua atual redação é necessário implementar a seguinte rede secundária de faixas de gestão de combustível:



FAIXAS EXTERIORES A AGLOMERADOS POPULACIONAIS:

Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e/ou situados em zonas de risco de incêndio alto e muito alto é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção de largura não inferior a 100 metros, competindo aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa referida anteriormente, fazer essa gestão.

FAIXAS EXTERIORES A HABITAÇÕES ISOLADAS:

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta daquelas edificações ou instalações medida a partir da alvenaria exterior da edificação. Estas faixas estão consagradas na Lei, no entanto não se encontram representadas no mapa.

FAIXAS EXTERIORES A POLÍGONOS INDUSTRIAIS:

Nos parques de campismo, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística e nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais previamente definidos no PMDFCI é obrigatória a gestão de combustível, e sua manutenção, de uma faixa envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 m, competindo à respectiva entidade gestora ou, na sua inexistência ou não cumprimento da sua obrigação, à câmara municipal realizar os respetivos trabalhos.

FAIXAS LATERAIS À REDE VIÁRIA E ELÉTRICA:

Nos espaços florestais situados nas zonas de risco de incêndio alto e muito alto é obrigatório que as entidades responsáveis:

1 - Pela rede viária providenciem a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros;

2 - Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão providencie a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 metros para cada um dos lados;

3 - Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão providencie a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 metros para cada um dos lados;

REDE PRIMÁRIA

A Rede primaria é constituída por faixas de redução ou interrupção de combustíveis, com o mínimo de 125 m de largura, que visa garantir condições favoráveis para a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo uma intervenção direta ao combate. É criada e mantida principalmente com recurso não só a práticas silvícolas, incluindo desbastes, cortes, desramações, desmatações e fogo controlado, mas também silvopastoris e agrícolas. Associadas à Rede Primaria surgem também a rede viária fundamental e a rede de pontos de água terrestres ou aéreos de 1ª ordem.

METODOLOGIA UTILIZADA NA REALIZAÇÃO DAS FAIXAS:

Para a delimitação das FGC, utilizou-se a informação constante no PDM referente aos espaços urbanos e polígonos industriais, a rede viária e a rede elétrica. De seguida realizaram-se buffer de 100 metros nos aglomerados populacionais e polígonos industriais, de 10 metros na rede viária e a rede elétrica em muito alta tensão e em alta tensão e 7 metros na rede elétrica de média tensão.

Numa segunda fase cruzou-se esta informação com a carta de ocupação do solo, representando distintos usos e ocupações do solo.

Havendo interceção de faixas de gestão de combustíveis de diferentes tipologias, sem prejuízo do disposto nos n.ºs. 13 e 14 do artigo 15º do Decreto Lei nº 124/2006 de 28 de junho, à sua

atual redação, deve ser respeitada a seguinte priorização quanto á responsabilidade de execução: 1º E-REDES; 2º IP; 3º ASCENDI ; 4º Município/Juntas de Freguesia; 5º Privados .

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA OCUPADA POR DESCRIÇÃO DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Concelho de Vouzela	Código da Descrição da Faixa/Mosaico	Descrição da Faixa/Mosaico	Área (ha)	%
	1	Aglomerados Populacionais	1468,69	41,22
	3	Zonas Industriais	126,64	6,71
	4	Rede viária	764,4	10,78
	8	Rede Primária	608,86	8,58
	10	Rede Elétrica	316,67	4,46
	11	MPGC	2000,46	28,24
		Total	7089,12	100

O concelho de Vouzela tem um conjunto de aglomerados populacionais e outras infraestruturas dispersas um pouco por todo o território. Com base nas orientações no PNDPCI, importa promover a gestão de combustíveis em áreas estratégicas com o objetivo de diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando a intervenção direta de combate ao fogo, reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial e isolar potenciais focos de ignição de incêndios. As faixas de gestão de combustível dos aglomerados rurais, são as mais representativas, seguido dos Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível.

4.1.3 - REDE VIÁRIA

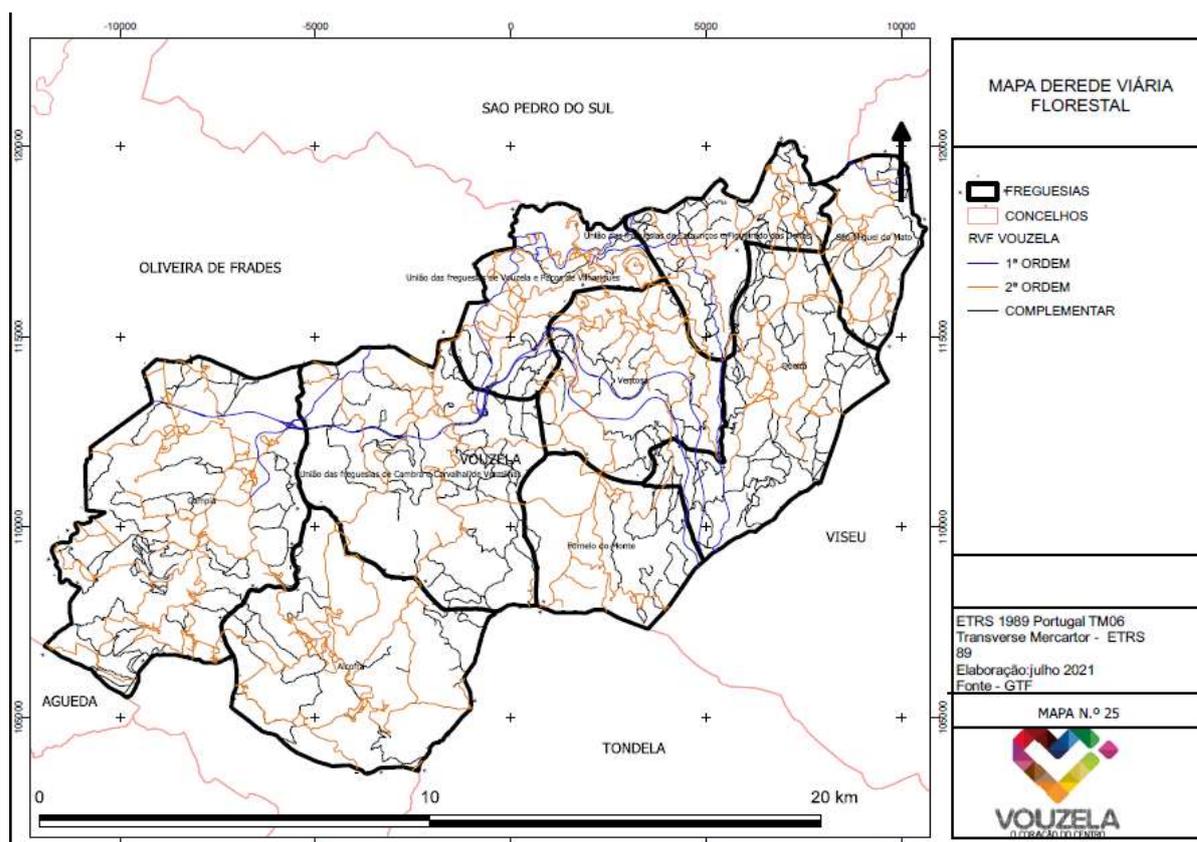
O planeamento e ordenamento florestais deverão ter em conta à partida a existência de uma rede viária florestal, composta por caminhos florestais e estradões. Os caminhos são transitáveis, durante todo o ano, por qualquer tipo de veículos, enquanto que os estradões são de circulação limitada, no Inverno, apenas por veículos todo o terreno.

A rede de caminhos para além da sua utilidade como via de apoio às operações de condução e de exploração a realizar, serve igualmente de acesso para o combate a incêndios (circulação de patrulhas móveis, acesso rápido ao local do incêndio, acesso a pontos de água, etc.).

A compartimentação da floresta, criando descontinuidades com diversidade de espécies, zonas agrícolas ou de pastoreio, etc., é bastante dificultada dado que os terrenos são geralmente de reduzida dimensão, muito pequena propriedade, onde a criação de infra-estruturas necessárias para compatibilizar a exploração com a vigilância e a defesa da floresta contra incêndios florestais não é bem acolhida pelas populações.

Relativamente aos caminhos florestais existentes no concelho, permitem um acesso relativamente adequado às manchas de maior risco.

Distribuição da rede viária florestal no concelho de Vouzela



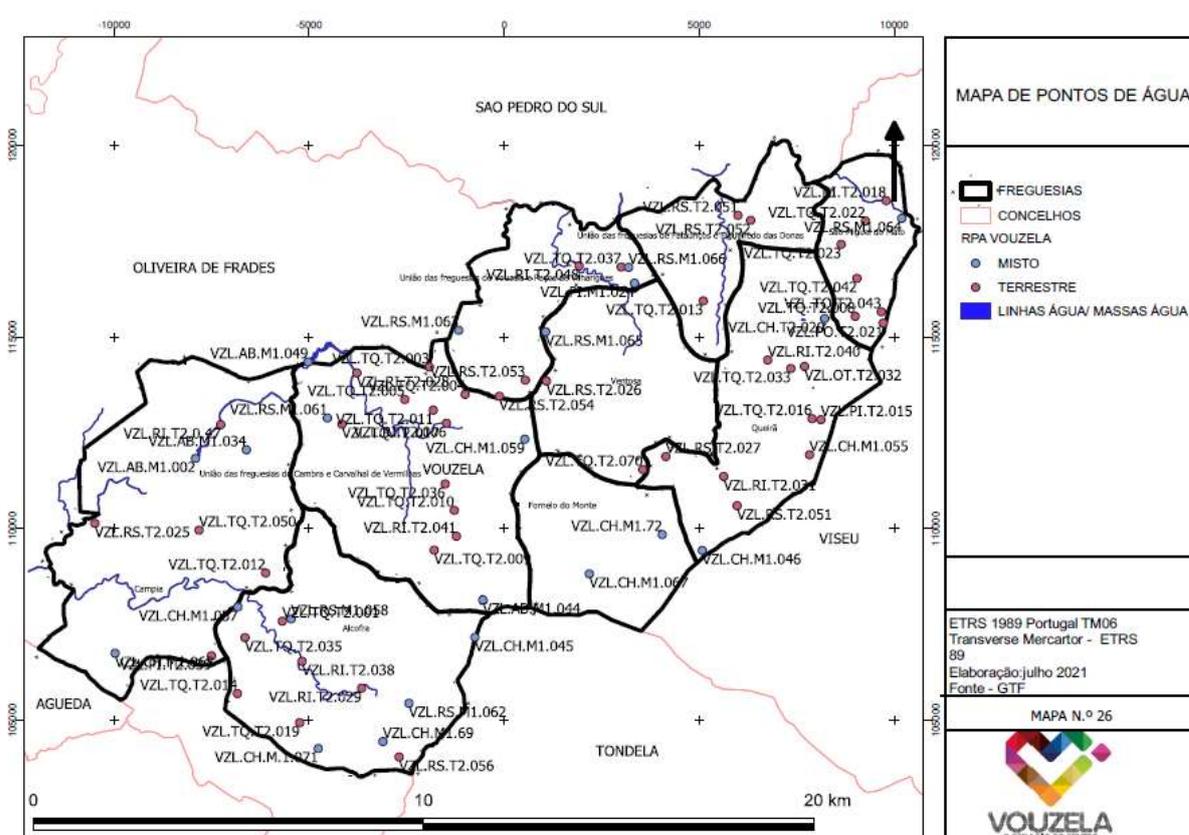
Concelho de Vouzela	Classes das Vias RVF	Comprimento	%
	1ª ordem	96,89	13,02
	2ª ordem	355,48	47,79
	Complementar	318,35	39,19
	Total	743,73	100

4.1.4 - REDE DE PONTOS DE ÁGUA

A existência de pontos de água com boas acessibilidades por meio aéreo ou terrestre constitui um fator essencial no combate a fogos florestais. O conhecimento da sua localização e respetiva referenciação são fundamentais para a eficácia do combate, permitindo o acesso a água quer por parte das corporações de bombeiros quer pelas próprias populações em tempo útil.

É por isso necessário que exista um bom levantamento e localização destes pontos de água, para aumentar também a eficiência do combate. Tendo em consideração o levantamento realizado pelo serviço Municipal de Proteção Civil em conjunto com os Bombeiros Voluntários de Vouzela relativamente aos pontos de abastecimento de água de apoio no combate aos incêndios florestais, existe uma rede razoável de pontos de água, constituída por 63 pontos.

Segundo os Bombeiros Voluntários de Vouzela a rede de pontos de água existente no concelho, em geral, está bastante adequada à mancha florestal existente e possui uma boa acessibilidade. No entanto, referem que há sempre dificuldades no abastecimento de viaturas nas freguesias de Fornelo do Monte .



Capacidade da rede de pontos de água do Concelho de Vouzela

ID_PA	Código Tipo PA	Designação da rede de Pontos de água	Quantidade de PA	Volume Máximo
49	211	Albufeira de Barragem	4	10000
69	211	Albufeira de Barragem		19635

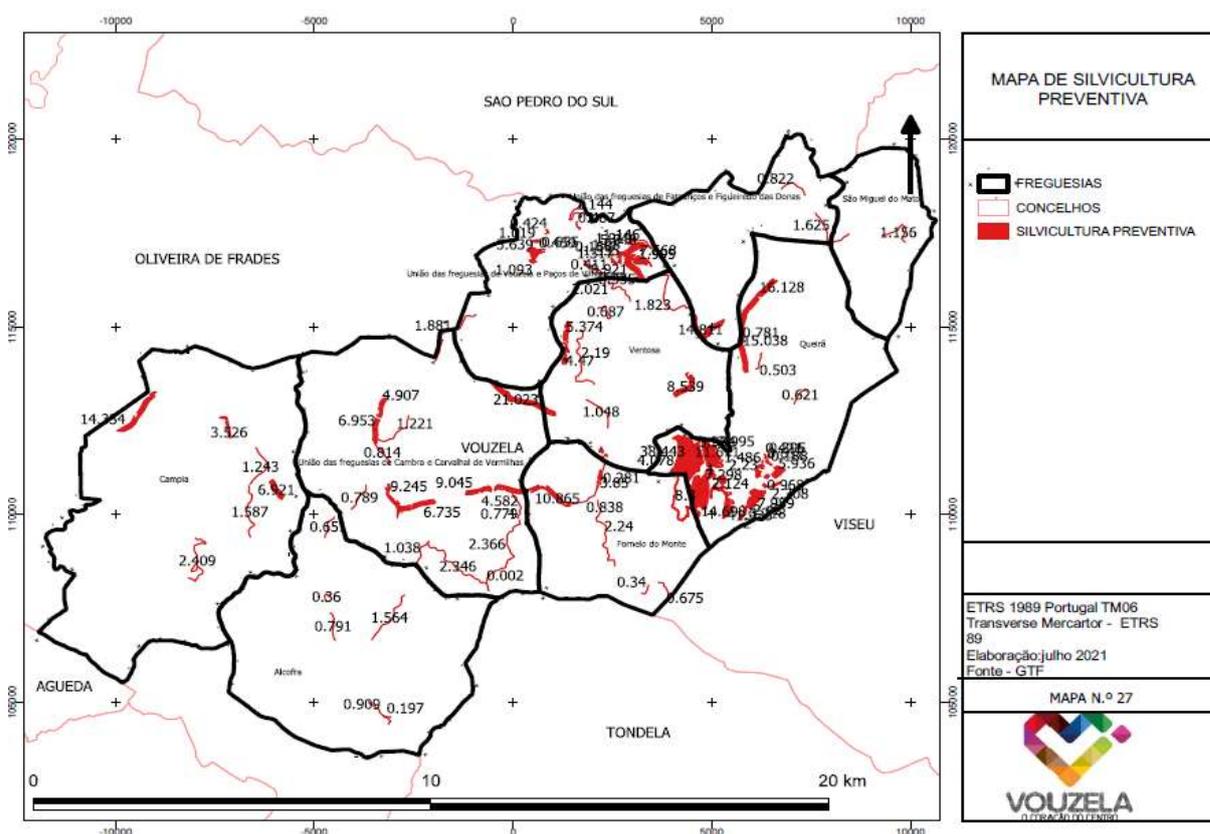
34	211	Albufeira de Barragem		100000
44	211	Albufeira de Barragem		40000
3	114	Tanque de rega	22	18
19	114	Tanque de rega		90
10	114	Tanque de rega		28
16	114	Tanque de rega		36
33	114	Tanque de rega		12
11	114	Tanque de rega		24
4	114	Tanque de rega		24
5	114	Tanque de rega		30
17	114	Tanque de rega		180
50	114	Tanque de rega		20
35	114	Tanque de rega		20
14	114	Tanque de rega		4
1	114	Tanque de rega		7
12	114	Tanque de rega		12
9	114	Tanque de rega		32
36	114	Tanque de rega		9
13	114	Tanque de rega		9
8	114	Tanque de rega		16
43	114	Tanque de rega		25
42	114	Tanque de rega		9
22	114	Tanque de rega		20
23	114	Tanque de rega		16
28	222	Albufeira de Açude	5	1125
48	212	Albufeira de Açude		300
46	212	Albufeira de Açude		2250
57	212	Albufeira de Açude		0
59	212	Albufeira de Açude		120000
25	111	Reservatório DFCI	13	72
26	111	Reservatório DFCI		60
27	111	Reservatório DFCI		80
51	111	Reservatório DFCI		60

52	111	Reservatório DFCI		60
53	111	Reservatório DFCI		60
54	111	Reservatório DFCI		60
56	111	Reservatório DFCI		60
58	111	Reservatório DFC		0
61	111	Reservatório DFCI		400
62	111	Reservatório DFCI		0
63	111	Reservatório DFCI		0
64	111	Reservatório DFCI		0
24	113	Piscina	2	1000
15	113	Piscina		48
20	214	Charca	4	5655
45	214	Charca		1000
55	214	Charca		2700
65	214	Charca		0
6	222	Rio	8	450
29	222	Rio		75
38	222	Rio		30
41	222	Rio		200
31	222	Rio		30
40	222	Rio		30
18	222	Rio		80
47	222	Rio		1500
37	115	Outros	2	49
32	115	Outros		6
21	112	Poço	1	21
				307812
Área de espaços florestais do concelho (floresta + matos)(ha)				13993,57
Densidade Pontos de água (nº/ha)				0,04

4.1.5 - SILVICULTURA PREVENTIVA

As ações de silvicultura preventiva que estão preconizadas neste plano de defesa, estão distribuídas ao longo do tempo, segundo a ordem de prioridades de defesa, após análise das cartas de risco e de prioridades de defesa. O horizonte de tempo assumido é de 10 anos.

No mapa abaixo são representadas as ações de silvicultura levadas a cabo no Município de Vouzela no ano de 2020.



4.1.6 - PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1º EIXO ESTRATÉGICO

4.1.6.1 - REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

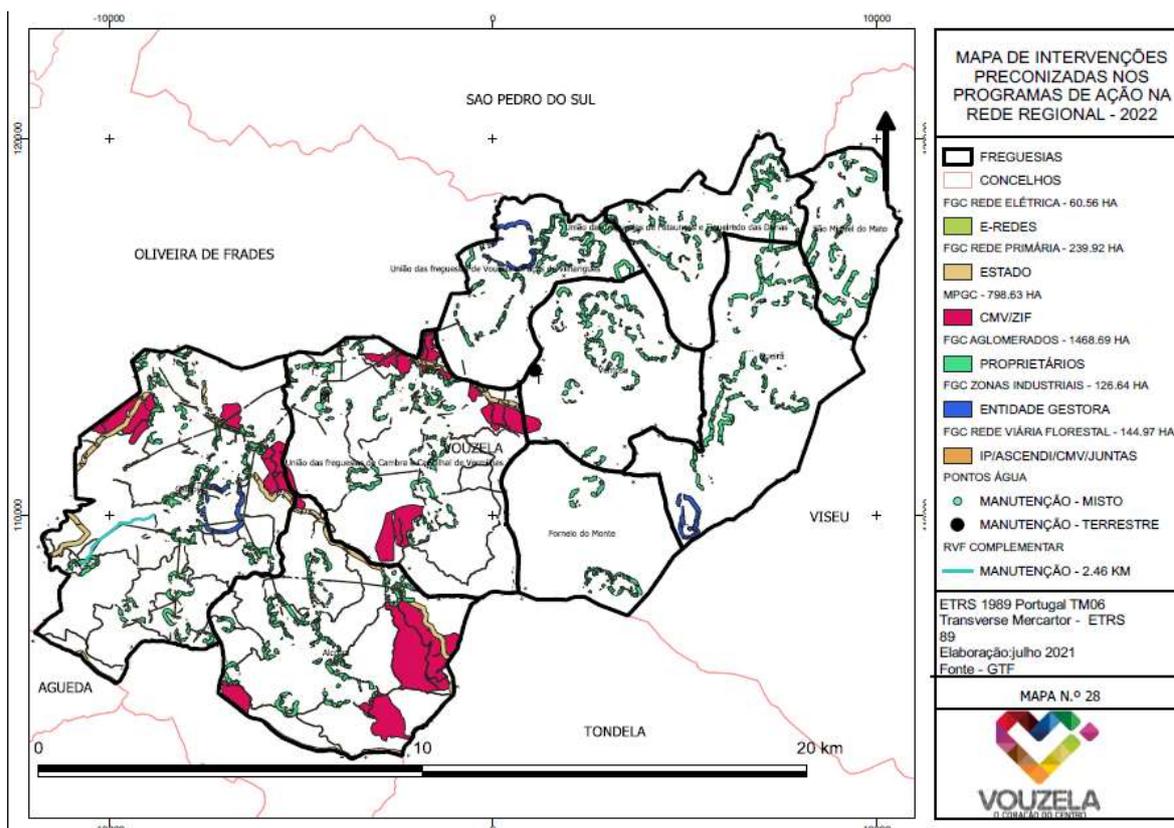
FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

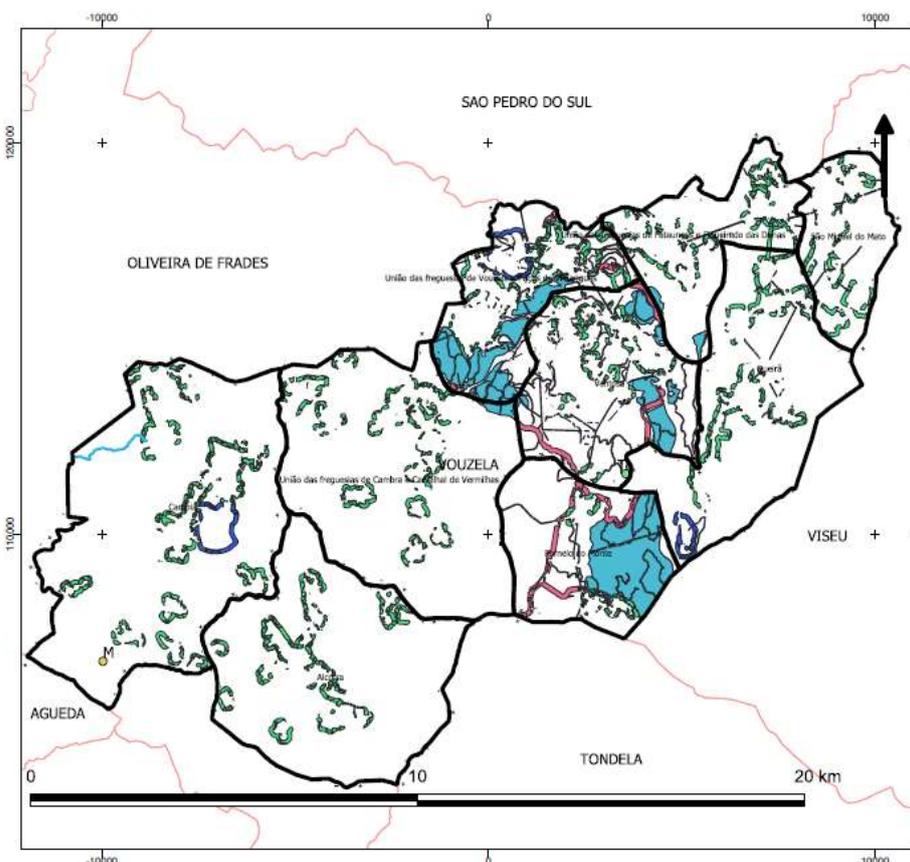
As faixas gestão de combustível foram estruturadas de modo a estabelecer um cronograma de operações com um horizonte de 10 anos, tendo como critério de seleção a carta de risco de incêndio e a carta de prioridades de defesa, bem como dar seguimento aos trabalhos já efetuados no âmbito do PMDFCI.

A realização das faixas de gestão de combustível em volta dos aglomerados populacionais, conforme a legislação é da competência dos proprietários, arrendatários ou usufrutuários até ao dia 30 de abril. Caso estes não a façam, compete a Câmara Municipal até 31 de maio a realização dos trabalhos e, desencadeará os mecanismos necessários para se fazer ressarcir dos gastos.

Todas as ações preconizadas que sejam passíveis de financiamento ao abrigo do PDR 2020 serão efetuadas candidaturas para a boa execução das mesmas.

Para a execução anual das ações previstas, serão várias as entidades envolvidas e meios de financiamento utilizados. As equipas de sapadores florestais levarão a cabo um conjunto de ações de silvicultura preventiva, construção e manutenção de faixas de gestão de combustível e rede primária e, ainda, de acordo com o definido anualmente pelo ICNF, no âmbito do serviço público obrigatório. O financiamento será garantido através do protocolado ao abrigo do programa de sapadores florestais. As faixas de gestão de combustível da rede elétrica de média tensão e as previstas na rede viária sob a gestão das Infraestruturas de Portugal, IP., e ASCENDI serão executadas com recurso a empresas prestadoras de serviços. As ações de beneficiação de caminhos florestais e execução de faixas de gestão de combustível da responsabilidade do Município de Vouzela serão realizadas com recurso a empresas prestadoras de serviços, ou, pontualmente, recorrendo a recursos próprios. O financiamento para a execução destes trabalhos será feita com recurso a medidas de apoio no âmbito dos programas existentes para esse efeito. As restantes faixas de gestão de combustível planeadas serão executadas pelas respetivas entidades gestoras e/ou proprietários das áreas onde incidem essas faixas



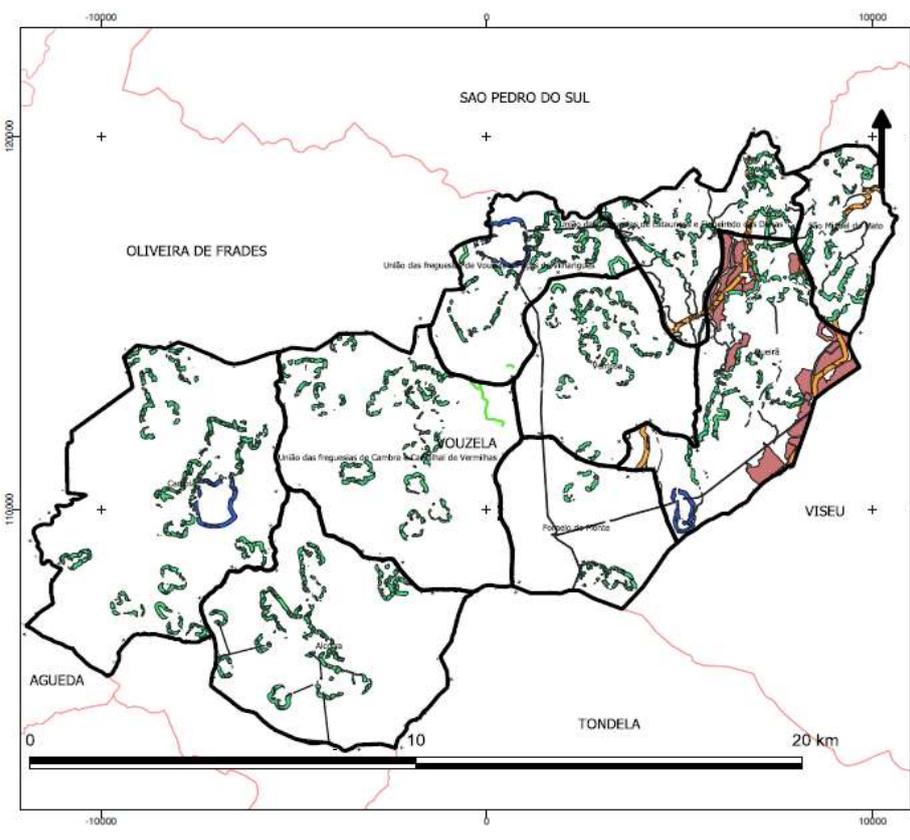


MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2023

- ▬ FREGUESIAS
- ▬ CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 65.06HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 161.97 HA
- ESTADO
- MPGC - 876.95 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 112.21 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- PONTOS ÁGUA
- CONSTRUÇÃO - MISTO
- MANUTENÇÃO - TERRESTRE
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 2.37 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 29

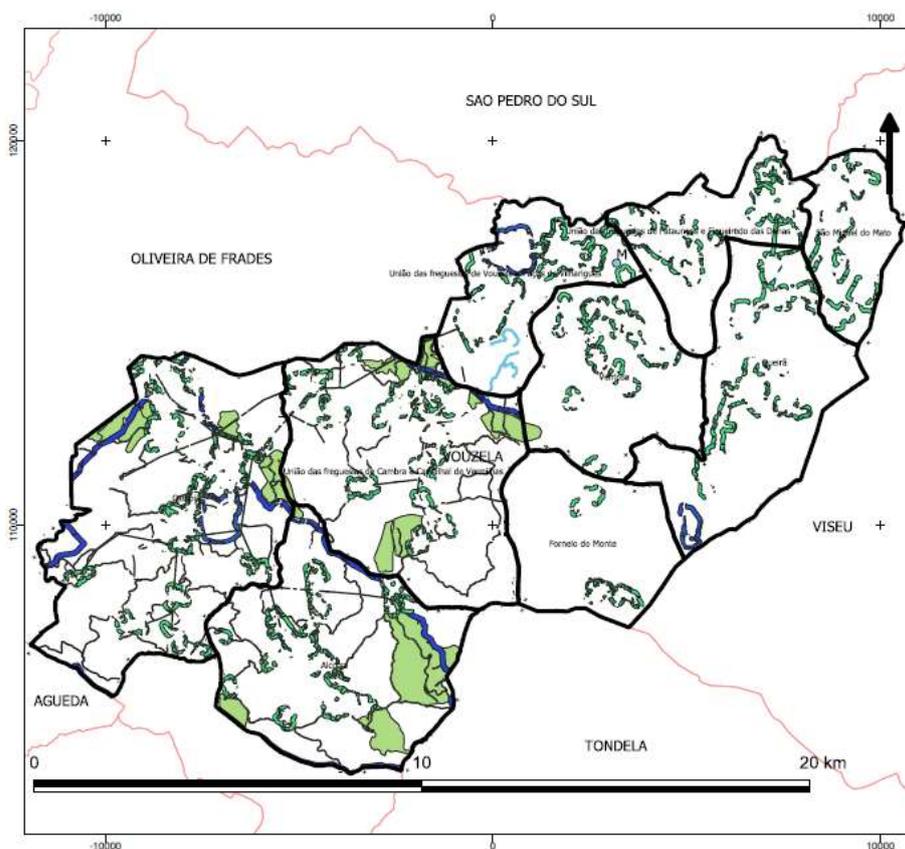


MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2024

- ▬ FREGUESIAS
- ▬ CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 60.61HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 135.64 HA
- ESTADO
- MPGC - 324.88 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 65.26 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 2.28 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 30



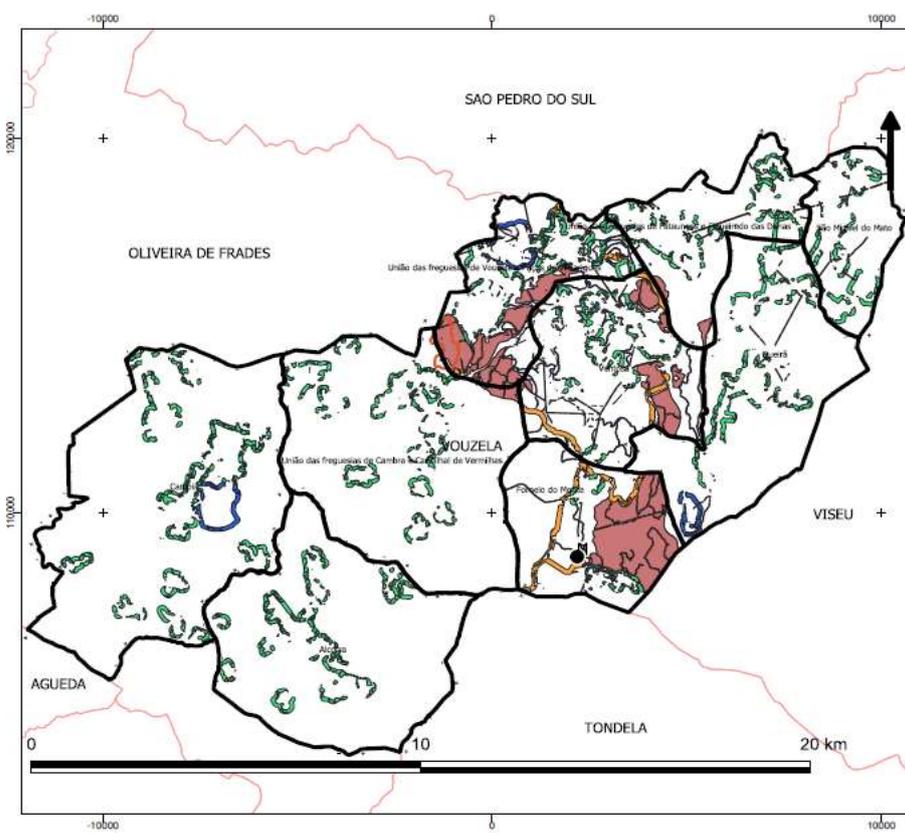
MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2025

- FREGUESIAS
- CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 80.56 HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 239.92 HA
- ESTADO
- MPGC - 798.63 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 144.97 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- PONTOS ÁGUA
- CONSTRUÇÃO - MISTO
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 3.92 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS
 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 31

VOUZELA
 O MUNICÍPIO DA FLORESTA



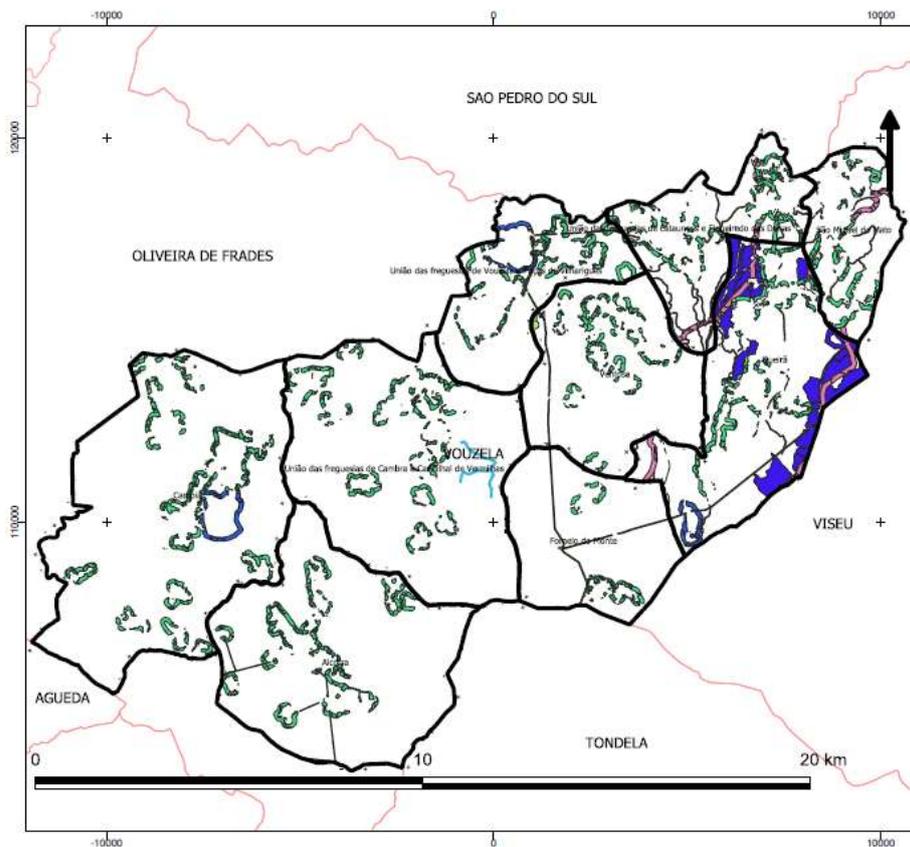
MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2026

- FREGUESIAS
- CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 65.05 HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 161.97 HA
- ESTADO
- MPGC - 876.95 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 112.21 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- PONTOS ÁGUA
- CONSTRUÇÃO - MISTO
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 3.49 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS
 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 32

VOUZELA
 O MUNICÍPIO DA FLORESTA



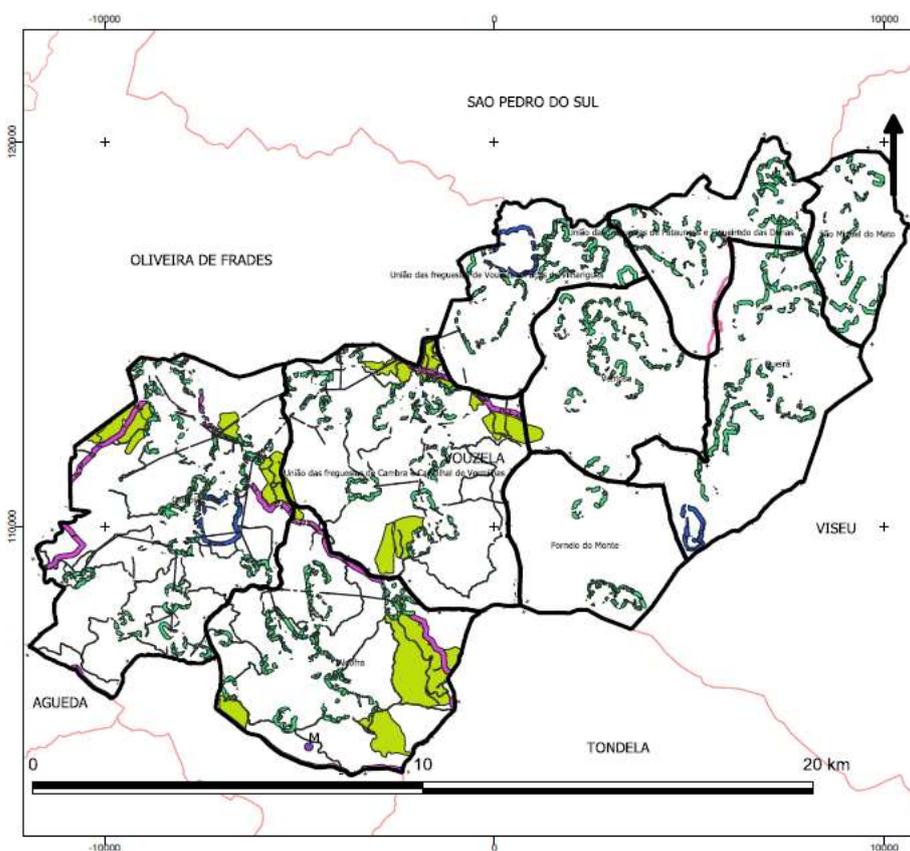
MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2027

- FREGUESIAS
- CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 60.61 HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 135.64 HA
- ESTADO
- MPGC - 324.86 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 65.26 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- PONTOS ÁGUA
- CONSTRUÇÃO - MISTO
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 3.08 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 33

VOUZELA
 FLORESTA EM AÇÃO



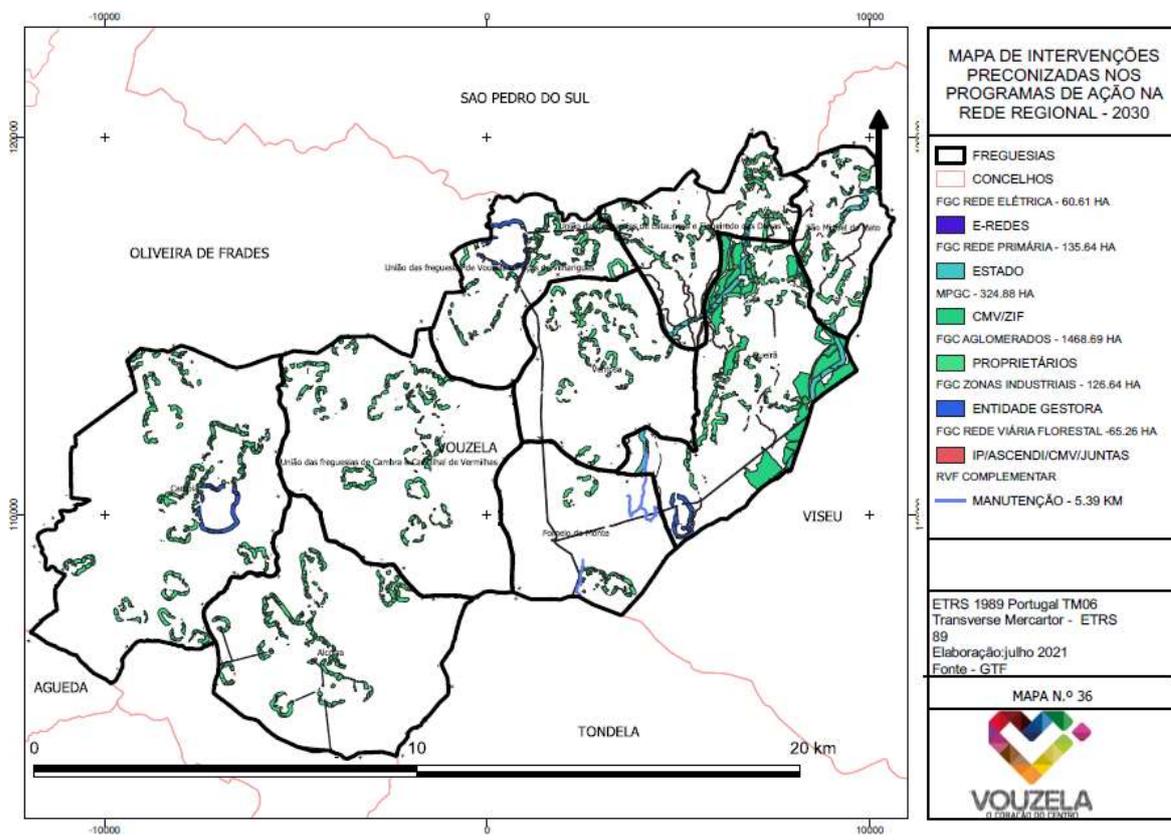
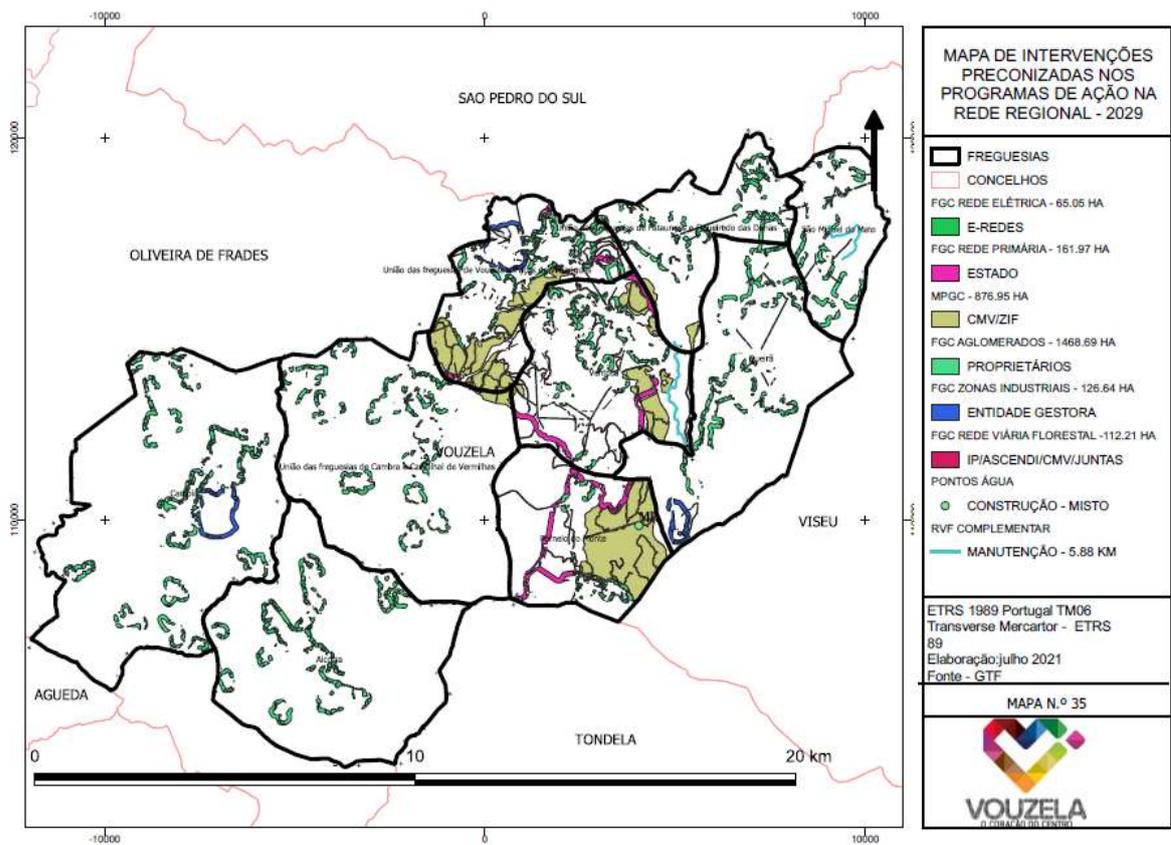
MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2028

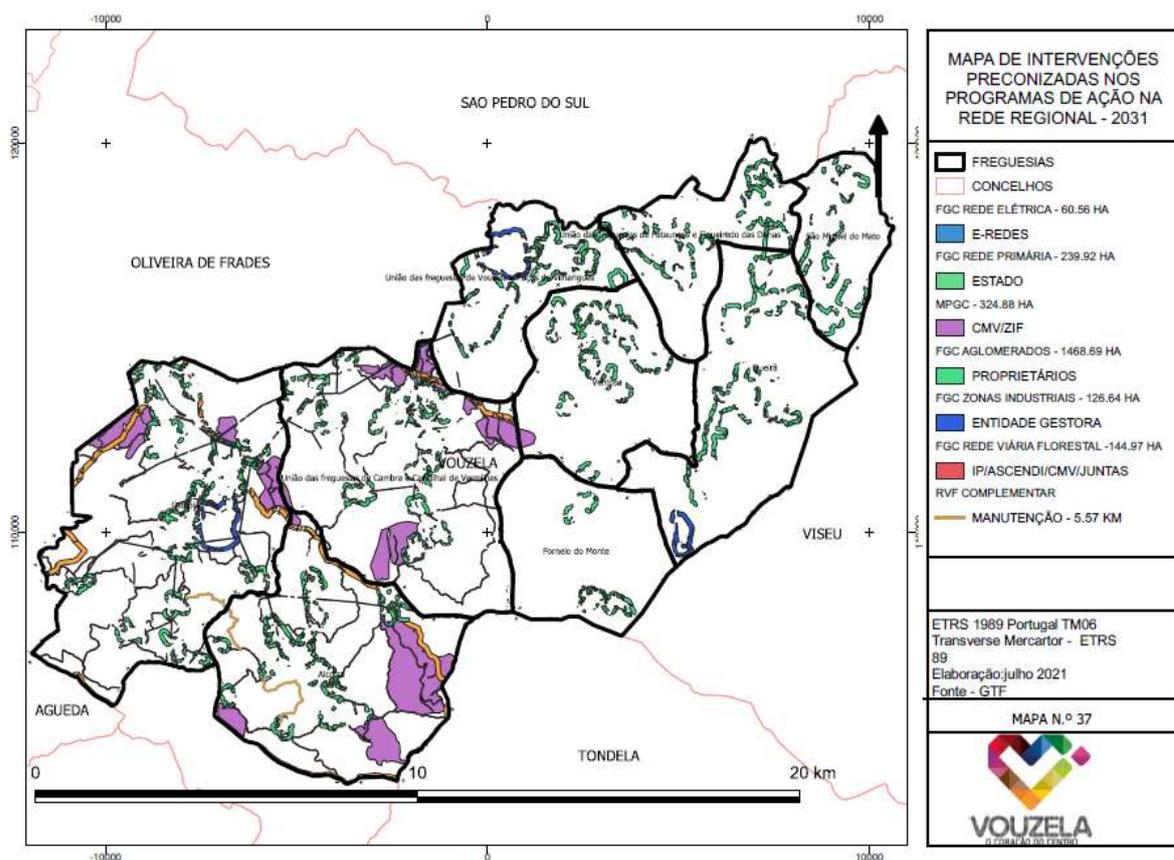
- FREGUESIAS
- CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 60.56 HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 239.92 HA
- ESTADO
- MPGC - 798.63 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 144.97 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- PONTOS ÁGUA
- CONSTRUÇÃO - MISTO
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 4.22 KM

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 34

VOUZELA
 FLORESTA EM AÇÃO





Distribuição da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível para 2022 - 2031

Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total FGC (ha)	Área total Com necessidade e intervenção	Área total Sem necessidade e intervenção	Distribuição da área total com necessidade de intervenção									
					2022		2023		2024		2025		2026	
					S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT
2	Aglomerados Populacionais	3087,58	1454,1	1633,48	1633,48	1454,1	1633,48	1454,1	1454,1	1468,69	1454,1	1468,69	1454,1	1468,69
3	Zonas Industriais	153,75	126,64	27,11	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64
4	Rede Viária Florestal	764,4	351,85	412,55	590	174,4	652,21	112,19	699,14	65,26	590	174,4	652,21	112,19
8	Rede Primária	608,86	537,53	71,33	368,94	239,92	446,89	161,97	473,22	135,64	368,94	239,92	446,89	161,97
10	Linhas	316,6	316,6	0	256,1	60,56	251,6	65,05	256,0	60,61	256,1	60,56	251,6	65,05

	Elétricas	7	7		1		5		9		1		5	
11	MPGC	2000,46	2000,46	0	0	324,88	0	798,63	0	876,95	0	324,88	0	798,63

Código da descrição da faixa	Descrição da faixa/mosaico	Área total FGC (ha)	Área total Com necessidade e intervenção	Área total Sem necessidade e intervenção	Distribuição da área total com necessidade de intervenção									
					2027		2028		2029		2030		2031	
					S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT
2	Agglomerações Populacionais	3087,58	1454,1	1633,48	1633,48	1454,1	1633,48	1454,1	1633,48	1454,1	1633,48	1454,1	1633,48	1454,1
3	Zonas Industriais	153,75	126,64	27,11	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64	27,11	126,64
4	Rede Viária Florestal	764,4	351,85	412,55	699,14	65,26	590	174,4	652,21	112,19	699,14	65,26	590	174,4
8	Rede Primária	608,86	537,53	71,33	473,22	135,64	368,94	239,92	446,89	161,97	473,22	135,64	368,94	239,92
10	Linhas Elétricas	316,67	316,67	0	256,11	60,56	251,65	65,05	256,09	60,61	256,11	60,56	251,65	65,05
11	MPGC	200,46	2000,46	0	0	876,95	0	324,88	0	798,63	0	876,95	0	324,88

Relativamente à definição de regras para as edificações existentes e no seguimento do estipulado com o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, consideram-se as seguintes situações:

1 - Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas constantes ao anexo do presente decreto-lei e que dele faz parte integrante, numa faixa com as seguintes dimensões:

a) Largura não inferior a 50m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

b) Largura não inferior a 10m, 15m e 20m, nas zonas classificadas no PMDFCI como muito baixa, baixa e média perigosidade respetivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

c) Largura não inferior a 50m, nas zonas classificadas no PMDFCI como alta e muito alta perigosidade respectivamente, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações.

4.1.7 -CONDICIONALISMOS À EDIFICAÇÃO - REGIME DE EDIFI (art.º 16.º do SDFCI)

As regras que a construção de **novos** edifícios ou a ampliação dos edifícios existentes fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar na sua implantação do terreno, estão definidas no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual, sem prejuízo de outras regras definidas em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

Proteção e condicionalismos à edificação: De acordo com o n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho e posteriores alterações, não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio florestal definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade.

4.1.8. Faixa de proteção aos edifícios:

a) A construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade, desde que se cumpram, cumulativamente, os seguintes condicionalismos:

- Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

- Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção de largura nunca inferior a 10 m, 15 m, ou 20 m, variável de acordo com as classes de perigosidade de incêndio rural Muito baixa, Baixa ou Média respectivamente, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações e, desde que, esteja assegurada uma uma faixa de 50 m, sem ocupação florestal (floresta, matos ou pastagens naturais).

- Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;

-Existência de parecer favorável da CMDF.

b) Quando a faixa de proteção, referida na alínea anterior (alínea a), de uma dada edificação se sobrepe com outra faixa de proteção inserida em rede primária ou secundária já existente, assim como em

infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação;

c) Quando esteja em causa a construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração, pode, em casos excecionais, a pedido do interessado e em função da análise de risco apresentada, ser reduzida até 10m a distância à estrema da propriedade da faixa de proteção prevista nas alíneas anteriores, por deliberação da Câmara Municipal, caso sejam verificadas as seguintes condições:

- i. Medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acesos;
- ii. Medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
- iii. Parecer da Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

d) Para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, os membros do Governo responsáveis pelas áreas da proteção civil e das florestas aprovam uma portaria que enquadra as regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais.

e) Enquanto a portaria referida no ponto anterior não for publicada, o enquadramento das regras a que obedecem a análise de risco e as medidas excecionais cabe à Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

f) Aos proprietários de terrenos confinantes com os indicados na alínea c), não é aplicável o n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual;

g) Os condicionalismos previstos anteriormente, não se aplicam aos edifícios inseridos nas áreas previstas nos números 10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual;

h) Os edifícios existentes abrangidas pelo Regime de Regularização de Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual, podem ser dispensadas das condições previstas nos números 4 a 8 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual, por deliberação da Câmara Municipal, desde que o seu cumprimento se

tenha tornado inviável e sejam propostas medidas adequadas de minimização do perigo de incêndio, objeto de parecer favorável da CMDF;

i) Excetuam-se do disposto no n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua redação atual, a construção de novos edifícios destinados a utilizações exclusivamente agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos que sejam reconhecidas de interesse municipal por deliberação da Câmara Municipal, desde que verificadas as seguintes condições:

i. Inexistência de alternativa adequada de localização;

ii. Medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo a faixa de gestão de 100m;

iii. Medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;

iv. Demonstração de que os novos edifícios não se destinam a fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à exploração;

v. Existência de parecer favorável da CMDF.

J) - OS REGULAMENTOS MUNICIPAIS DEVEM DEFINIR AS REGRAS DECORRENTES DAS MEDIDAS DE DEFESA ESTABELECIDAS NOS PMDFCI PARA AS ÁREAS EDIFICADAS CONSOLIDADAS.

4.1.9- Gestão de combustível na faixa e medidas de proteção às habitações

A) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, devendo estar desramadas em 50% da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo:

b) No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas na alínea anterior, a distância entre as copas das árvores permitidas deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

c) No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm

D) No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm;

E) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;

F) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício;

G) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.

4.1.10- REDE VIÁRIA

As vias de rede viária contempladas neste plano para futura intervenção são apenas de âmbito florestal (RVF), sendo a restante rede omitida propositadamente a partir deste momento. As vias para construção e beneficiação foram identificadas e estruturadas de modo a estabelecer um cronograma de operações de com um horizonte de 10 anos.

Serão beneficiados caminhos em zonas de floresta densa e contínua, com declives muito acentuados e onde alguns dos caminhos existentes se encontram degradados, necessitando de intervenção. Também se irá intervir em alguns caminhos em áreas degradadas, fustigadas por incêndios, de modo a criar acessos e a incentivar os proprietários a reflorestarem os seus terrenos.

Serão beneficiados um conjunto de caminhos em todas as freguesias do concelho, considerados estruturantes para as manchas florestais existentes em cada freguesia, levados a cabo por empresas de prestação de serviços ou com meios próprios da autarquia.

Para levar a cabo estas intervenções pretende-se elaborar candidaturas ao quadro comunitário PDR 2020 bem como a utilização dos fundos próprios da autarquia.

Classe das Vias RVF (DFCI)	Comprimento total (km)	Comprimento total com necessidade de intervenção (Km)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (Km)	RVF com necessidade de intervenção									
				2022		2023		2024		2025		2026	
				S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT
1ª Ordem	96,89	0	96,89	96,89	0	96,89	0	96,89	0	96,89	0	96,89	0
2ª Ordem	355,48	0	355,48	355,48	0	355,48	0	355,48	0	355,48	0	355,48	0
Complementar	318,35	38,76	279,59	315,89	2,46	315,98	2,37	316,07	2,28	314,43	3,92	314,86	3,49
Total	770,72	38,76	731,96	768,17	2,46	768,35	2,37	768,44	2,28	766,8	3,92	767,23	3,49

Classe das Vias RVF (DFCI)	Comprimento total (km)	Comprimento total com necessidade de intervenção (Km)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (Km)	RVF com necessidade de intervenção									
				2027		2028		2029		2030		2031	
				S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT	S/INT	C/INT
1ª Ordem	96,89	0	96,89	96,89	0	96,89	0	96,89	0	96,89	0	96,89	0
2ª Ordem	355,48	0	355,48	355,48	0	355,48	0	355,48	0	355,48	0	355,48	0
Complementar	318,35	38,76	279,59	315,27	3,08	314,13	4,22	312,47	5,88	312,96	5,39	312,68	5,67
Total	770,72	38,76	731,96	767,64	3,08	766,5	4,22	764,84	5,88	765,33	5,39	765,05	5,67

4.1.11 - PONTOS DE ÁGUA

Neste plano, as beneficiações e construções de pontos de água foram previstos num cronograma de operações com um horizonte de 10 anos. Será da responsabilidade da Autarquia, das Juntas de Freguesia bem como as entidades gestoras de ZIFs realizar essas operações, assim como realizar projetos que financiem estas ações.

As intervenções a levar a cabo serão feitas por empresas de prestação de serviços ou com meios próprios da autarquia.

Pretende-se elaborar candidaturas ao quadro comunitário PDR 2020 bem como a utilização dos fundos próprios da autarquia para a realização das intervenções preconizadas.

Intervenções (construção, manutenção) na rede de pontos de água por freguesia para 2022 A 2031

ID_PA	Código Tipo PA	Designação da rede de Pontos de água	Classe PA (M - Misto T - Terrestre)	Volume Máximo	Tipo de intervenção (M - Manutenção C- Construção)				
					2022	2023	2024	2025	2026
26	111	Reservatório DFCI	M	60	M				
61	111	Reservatório DFCI	M	400	M				
66	214	Charca	M			C			
70	111	Reservatório DFCI	M			M			
6	111	Reservatório DFCI	M	400				C	
68	214	Charca	M						C

ID_PA	Código Tipo PA	Designação da rede de Pontos de água	Classe PA (M - Misto T - Terrestre)	Volume Máximo	Tipo de intervenção (M - Manutenção C- Construção)				
					2027	2028	2029	2030	2031
67	111	Reservatório DFCI	M	400	C				
71	214	Charca	M			C			
73	214	Charca	M				C		

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

4.1.12- METAS, RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTOS

Metas e indicadores - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Descrição da FGC/MPGC	Rede DFCI	PA_Número	Metas	Unidades	Indicadores Mensuráveis				
					2022	2023	2024	2025	2026
Aglomerados populacionais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	1468,69	1468,69	1468,69	1468,69	1468,69
Zonas Industriais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	126,64	126,64	126,64	126,64	126,64
RVF			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	144,97	112,21	65,26	144,97	112,21
Rede Primária			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	239,92	161,97	135,64	239,92	161,97
Linhas elétricas			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	60,56	65,05	60,61	60,56	65,05
MPGC			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	798,63	876,95	324,88	798,63	876,95
RVF	3ª Ordem		Manutenção com recurso a maquinaria	km	2,46	2,37	2,28	3,92	3,49
RPA		9	Construção e Manutenção de PA	n.º	2	2	0	1	1

Descrição da FGC/MPGC	Rede DFCI	PA_Número	Metas	Unidades	Indicadores Mensuráveis						
					2027	2028	2029	2030	2031	Total 2022-2031	%
Aglomerados populacionais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	1648,69	1648,69	1648,69	1648,69	1648,69	15586,9	57,23
Zonas Industriais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	126,64	126,64	126,64	126,64	126,64	1266,4	4,65
RVF			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	65,26	144,97	112,21	65,26	144,97	1112,29	4,08
Rede Primária			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	135,64	239,92	161,97	135,64	239,92	1852,51	6,80
Linhas elétricas			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	60,61	60,56	65,05	60,61	60,56	619,22	2,27
MPGC			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	há	324,88	798,63	876,95	324,88	798,63	6800,01	24,97
RVF	3ª Ordem		Manutenção com recurso a maquinaria	km	3,08	4,22	5,88	5,39	5,67	38,76	12,27
RPA		9	Construção e Manutenção de PA	n.º	1	1	1	0	0	9	100

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Estimativa de orçamento e responsáveis - aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Descrição da FGC/MPGC	Rede DFCI	PA_Número	Metas	Responsáveis	Estimativa orçamento (€)				
					2022	2023	2024	2025	2026
Aglomerados populacionais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	Proprietários	1527437,6	1527437,6	1527437,6	1527437,6	1527437,6
Zonas Industriais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/Entidade Gestora	131705,6	131705,6	131705,6	131705,6	131705,6
RVF			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/Juntas/IP/ASCENDI	150768,8	116698,4	67870,4	150768,8	116698,4
Rede Primária			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	Estado	249516,8	168448,8	141065,6	249516,8	168448,8
Linhas elétricas			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	EREDES	62982,4	67652	63034,4	62982,4	67652
MPGC			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/ZIF	830575,2	912028	337875,2	830575,2	912028
	3ª Ordem		Manutenção com recurso a maquinaria	CMV/Entidade Gestora	2460	2370	2280	3920	3490
		9	Construção e Manutenção de PA	CMV/Entidade Gestora	1000	175500	0	175000	175000

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Descrição da FGC/MPGC	Rede DFCI	PA_Número	Metas	Responsáveis	Estimativa orçamento (€)					Total 2022-2031
					2027	2028	2029	2030	2031	
Aglomerados populacionais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	Proprietários	1527437,6	1527437,6	1527437,6	1527437,6	1527437,6	15274376
Zonas Industriais			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/Entidade Gestora	131705,6	131705,6	131705,6	131705,6	131705,6	1317056
RVF			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/Juntas/IP/ASCENDI	150768,8	116698,4	67870,4	150768,8	116698,4	1205609,6
Rede Primária			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	Estado	249516,8	168448,8	141065,6	249516,8	168448,8	1953993,6
Linhas elétricas			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	EREDES	62982,4	67652	63034,4	62982,4	67652	648606,4
MPGC			Área instalada com recurso a meios moto-manuais	CMV/ZIF	830575,2	912028	337875,2	830575,2	912028	7646163,2
	3ª Ordem		Manutenção com recurso a maquinaria	CMV/Entidade Gestora	2460	2370	2280	3920	3490	29040
		9	Construção e Manutenção de PA	CMV/Entidade Gestora	1000	175500	0	175000	175000	1053000
TOTAL										29127844,8

4.2. EIXO 2 - REDUZIR A INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS

A estratégia associada a este eixo visa encontrar soluções que possibilitarão minimizar o problema dos incêndios florestais. Esta estratégia centra-se no reforço das acções de fiscalização e de dissuasão bem como em políticas de educação, informação e sensibilização da população.

Por conseguinte, a responsabilização dos diversos intervenientes é uma ferramenta fulcral para a obtenção de resultados positivos no sector.

- Envolver e responsabilizar os diversos agentes;
- Educar, informar e sensibilizar a comunidade;
- Reforço das acções de fiscalização e dissuasão;
- Promoção da base do conhecimento da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

OBJECTIVO ESTRATÉGICO:

- Educar e sensibilizar as populações
- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das motivações

OBJECTIVO OPERACIONAIS:

- Sensibilização
- Fiscalização

ACÇÕES:

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e causalidade regional;
- Definir áreas críticas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

4.2.1 - Avaliação

A tabela apresentada é baseada no histórico dos incêndios apresentado no Caderno I, contendo também outras situações inerentes de risco incêndio que achamos pertinentes. Apresentam-se aqui também apenas algumas situações concretas, nomeadamente no que diz respeito a renovação de pastagens, vandalismo, limpeza do solo agrícola e borralheiras, pelo que sabemos que existem mais ocorrências com este tipo de causas.

Grupo-alvo	Comportamento de Risco			
	O Quê?	Como?	Onde?	Quando?
Agricultores	Realização de queima de restos da agricultura e matos	Sem medidas de segurança necessárias	Crescido Fataunços	- Março de 2017
População geral	Vandalismo	Uso intencional do fogo	Mogueirães Cambra	- Agosto de 2018
Proprietários Florestais	Realização de queima de restos da agricultura e matos	Sem medidas de segurança necessárias	Novais - Alcofra	Fevereiro de 2018

N.º de autos levantados de acordo com o Decreto-Lei N.º 124/2006 de 28 de Junho na sua atual redação, durante o ano de 2020

No ano de 2020, não foram levantados nem instruídos pelo Município de Vouzela quaisquer autos de acordo com o Decreto -Lei n.º 124/2006 de 28 de junho na sua atual redação.

Foram instruídos vários processos no âmbito do Regulamento de Municipal de Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Pública para a existência de silvados e outros matos no interior dos aglomerados populacionais, em terrenos abandonados.

Infração	Autos Levantados	Processos instruídos	Processos de contraordenação	%
Falta de Gestão de combustíveis (regulamento municipal de resíduos sólidos , higiene e limpeza publica)	0	13	0	0

4.2.2 -Planeamento das ações referentes ao 2.º eixo estratégico.

4.2.1.1 - CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

- ✓ Sensibilização dos proprietários florestais e do público em geral e busca da sua colaboração para uma proteção eficaz da floresta
- ✓ Campanhas de educação sobretudo das crianças através de panfletos, contacto pessoal
- ✓ Realização de ações de formação dirigidas aos proprietários florestais
- ✓ Incentivar o Associativismo de Proprietários Florestais

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

SENSIBILIZAÇÃO - QUADRO RESUMO DAS METAS

Problema diagnosticado	Ações	Metas	Unidades	Indicadores					Freguesia	Data
				2022	2023	2024	2025	2026		
Ocorrências devido ao uso do fogo por pastores para renovação de pastagens	Sensibilização aos pastores	Realização de encontros com os pastores	N.º	10	10	10	10	10	Alcofra, U.F. Cambra Carvalhal de Vermilhas, Ventosa, Fornelo do Monte	Outubro a Março
Ocorrências devido à utilização do fogo por madeireiros de forma intencional	Sensibilização aos madeireiros	Realização de encontros com os madeireiros	N.º	20	20	20	20	20	Alcofra e Campia	Novembro
Ocorrências Daire devido a conflitos com caçadores	Sensibilização aos caçadores	Realização de encontros com os caçadores	N.º		100		100		Todas as freguesias	Março
Ocorrências devido ao uso incorreto do fogo por agricultores e proprietários florestais	Sensibilização aos produtores florestais e agricultores	Realização de encontros com os produtores florestais e agricultores	N.º	250	250	250	250	250	Todas as freguesias	Abril
	Sensibilização aos alunos da EB 1,2,3	Realização de atividades relacionadas com a floresta	N.º	200	200	200	200	200	Todas as freguesias	Março
Ocorrências devido a comportamentos de risco no interface urbano florestal	Sensibilização da população em geral	Realização de sessões de esclarecimentos nas freguesias de Interface Urbano Florestal	N.º	500	500	500	500	500	Todas as freguesias	Todo o Ano
	Semana Florestal de Lafões	Realização de atividades relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios	N.º	100	100	100	100	100	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Março
Mudança dos elementos das Equipas de Sapadores Florestais	Formação aos Sapadores Florestais	Realização de duas ações de formação anualmente	N.º	10	10	10	10	10	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Junho
Alteração dos elementos das equipas de vigilância florestal	Formação aos Vigilantes Florestais	Realização de formação anual	N.º	15	20	25	25	25	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Junho

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Problema diagnosticado	Ações	Metas	Unidades	Indicadores					Freguesia	Data
				2027	2028	2029	2030	2031		
Ocorrências devido ao uso do fogo por pastores para renovação de pastagens	Sensibilização aos pastores	Realização de encontros com os pastores	N.º	10	10	10	10	10	Alcofra, U.F. Cambra Carvalhal de Vermilhas, Ventosa, Fornelo do Monte	Outubro a Março
Ocorrências devido à utilização do fogo por madeireiros de forma intencional	Sensibilização aos madeireiros	Realização de encontros com os madeireiros	N.º	20	20	20	20	20	Alcofra e Campia	Março
Ocorrências Daire devido a conflitos com caçadores	Sensibilização aos caçadores	Realização de encontros com os caçadores	N.º		100		100		Todas as freguesias	Abril
Ocorrências devido ao uso incorreto do fogo por agricultores e proprietários florestais	Sensibilização aos produtores florestais e agricultores	Realização de encontros com os produtores florestais e agricultores	N.º	250	250	250	250	250	Todas as freguesias	Março
Sensibilização a alunos	Sensibilização aos alunos da EB 1,2,3	Realização de atividades relacionadas com a floresta	N.º	200	200	200	200	200	Todas as freguesias	Todo o Ano
Ocorrências devido a comportamentos de risco no interface urbano florestal	Sensibilização da população em geral	Realização de sessões de esclarecimentos nas freguesias de Interface Urbano Florestal	N.º	500	500	500	500	500	Todas as freguesias	Março
Sensibilização da população em geral	Semana Florestal de Lafões	Realização de atividades relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios	N.º	100	100	100	100	100	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Junho
Mudança dos elementos das Equipas de Sapadores Florestais	Formação aos Sapadores Florestais	Realização de duas ações de formação anualmente	N.º	10	10	10	10	10	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Junho
Alteração dos elementos das equipas de vigilância florestal	Formação aos Vigilantes Florestais	Realização de formação anual	N.º	25	25	25	25	25	U.F. Vouzela Paços de Vilharigues	Data

O objetivo destas ações é sensibilizar todos os grupos da população do nosso concelho para as medidas preventivas que devemos ter de modo a prevenir eventuais incêndios.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

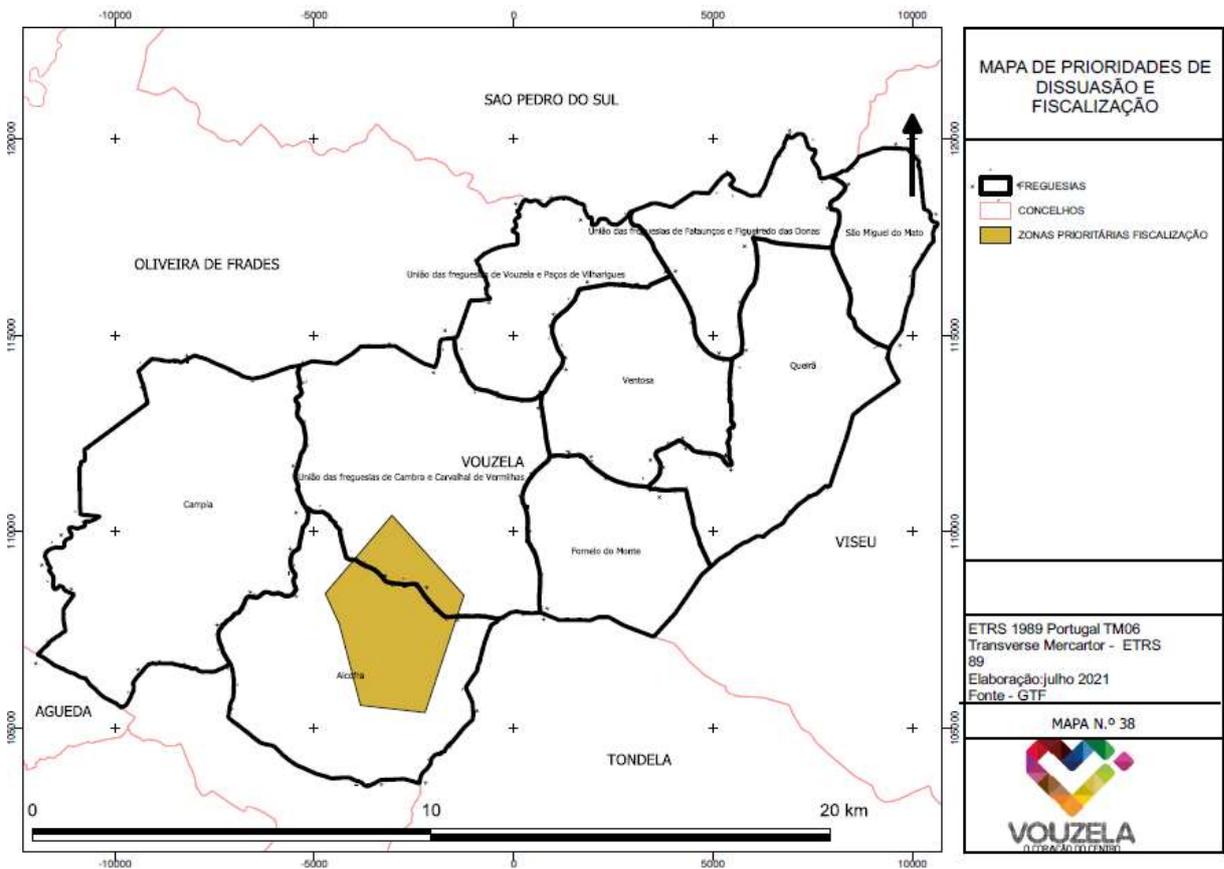
SENSIBILIZAÇÃO - ORÇAMENTOS E RESPONSÁVEIS

Ações	Metas	Orçamento (€)					Responsável
		2022	2023	2024	2025	2026	
Sensibilização aos pastores	Realização de encontros com os pastores	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	GTF/OPF
Sensibilização aos madeireiros	Realização de encontros com os madeireiros	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	GTF/OPF
Sensibilização aos caçadores	Realização de encontros com os caçadores		600,00		600,00		GTF/OPF
Sensibilização aos produtores florestais e agricultores	Realização de encontros com os produtores florestais e agricultores	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	GTF/OPF
Sensibilização aos alunos da EB 1,2,3	Realização de atividades relacionadas com a floresta	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	GTF
Sensibilização da população em geral	Realização de sessões de esclarecimentos nas freguesias de Interface Urbano Florestal	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	GTF/OPF
Semana Florestal de Lafões	Realização de atividades relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	GTF/OPF
Formação aos Sapadores Florestais	Realização de duas ações de formação anualmente	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	OPF
Formação aos Vigilantes Florestais	Realização de formação anual	230,00	240,00	250,00	250,00	250,00	GTF
	Total	11.770,00	12.380,00	11.790,00	12.390,00	11.790,00	60.120,00

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Ações	Metas	Orçamento (€)					Responsável
		2027	2028	2029	2030	2031	
Sensibilização aos pastores	Realização de encontros com os pastores	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	GTF/OPF
Sensibilização aos madeireiros	Realização de encontros com os madeireiros	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	GTF/OPF
Sensibilização aos caçadores	Realização de encontros com os caçadores		600,00		600,00		GTF/OPF
Sensibilização aos produtores florestais e agricultores	Realização de encontros com os produtores florestais e agricultores	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	GTF/OPF
Sensibilização aos alunos da EB 1,2,3	Realização de atividades relacionadas com a floresta	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	GTF
Sensibilização da população em geral	Realização de sessões de esclarecimentos nas freguesias de Interface Urbano Florestal	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	GTF/OPF
Semana Florestal de Lafões	Realização de atividades relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	GTF/OPF
Formação aos Sapadores Florestais	Realização de duas ações de formação anualmente	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	OPF
Formação aos Vigilantes Florestais	Realização de formação anual	230,00	240,00	250,00	250,00	250,00	GTF
	Total	11.770,00	12.380,00	11.790,00	12.390,00	11.790,00	60.120,00

4.2.2.2- FISCALIZAÇÃO



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

FISCALIZAÇÃO - METAS, INDICADORES E RESPONSÁVEIS

Acção	Metas	Unidade	Indicadores					Responsável
			2022	2023	2024	2025	2026	
Vigilância dissuasora e fiscalização	Definição de áreas críticas e prioritárias	%	30	40	50	60	70	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de procedimentos de atuação	%	50	60	80	90	100	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de mecanismos de intervenção das comunidades	%	50	70	80	90	100	CMDFCI e CMV
	Identificação de indivíduos com perfil desviante e desenquadrados da sociedade	%	20	30	40	50	60	GNR, BVV

Acção	Metas	Unidade	Indicadores					Responsável
			2027	2028	2029	2030	2031	
Vigilância dissuasora e fiscalização	Definição de áreas críticas e prioritárias	%	80	90	100	100	100	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de procedimentos de atuação	%	100	100	100	100	100	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de mecanismos de intervenção das comunidades	%	100	100	100	100	100	CMDFCI e CMV
	Identificação de indivíduos com perfil desviante e desenquadrados da sociedade	%	70	80	90	100	100	GNR, BVV

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

FISCALIZAÇÃO - ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

Acção	Metas	Orçamento					Responsável
		2022	2023	2024	2025	2026	
Vigilância dissuasora e fiscalização	Definição de áreas críticas e prioritárias	200	200	200	200	200	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de procedimentos de actuação	200	200	200	200	200	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de mecanismos de intervenção das comunidades	250	250	250	250	250	CMDFCI e CMV
	Identificação de indivíduos com perfil desviante e desenquadrados da sociedade	200	200	200	200	200	GNR, BVV
Total		1100	1100	1100	1100	1100	

Acção	Metas	Orçamento					Responsável
		2027	2028	2029	2030	2031	
Vigilância dissuasora e fiscalização	Definição de áreas críticas e prioritárias	200	200	200	200	200	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de procedimentos de actuação	200	200	200	200	200	CMDFCI, BVV, GNR e OPF
	Definição de mecanismos de intervenção das comunidades	250	250	250	250	250	CMDFCI e CMV
	Identificação de indivíduos com perfil desviante e desenquadrados da sociedade	200	200	200	200	200	GNR, BVV
Total		1100	1100	1100	1100	1100	

4.3. EIXO 3 - MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DE INCÊNDIOS

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva dos meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado por ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção
- Reforço da capacidade de 1.ª intervenção
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio

OBJETIVO OPERACIONAIS:

- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção com um sistema integrado
- Estruturar a nível municipal e distrital de 1.ª intervenção
- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio
- Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão

AÇÕES:

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes
- Definir os sectores territoriais de DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Identificar e/ou definir os sistemas de vigilância e deteção
- Identificar os elementos do território relevantes para o apoio à decisão

4.3.1 - AVALIAÇÃO

CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS

O combate aos fogos florestais apresenta-se como uma das últimas oportunidades para minimizar o efeito destruidor que os incêndios têm sobre o património natural. Como método de último recurso não deve ser descurado e pode constituir mesmo um fator fundamental na redução das enormes áreas ardidas que têm caracterizado os últimos anos.

Em Portugal, o combate está atribuído aos bombeiros, que estão apetrechados com equipamentos adequados à especificidade dessa ação. O combate pode ser direto, com linhas de água das viaturas Pronto-Socorro ou com o material sapador, ou indireto através da abertura de aceiros ou linhas corta-fogo, recorrendo a máquinas de rasto, que permite uma melhor intervenção sobre a propagação dos incêndios florestais de grandes proporções.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A Corporação de Bombeiros Voluntários de Vouzela, relativamente aos meios humanos disponíveis para o combate a incêndios florestais, conta com 100 Bombeiros Voluntários, 32 encontram-se na Secção de Campia. Em 2012 os incêndios foram combatidos em primeiro lugar com dez elementos da ECIN, uma sedeadada no quartel em Vouzela e outra na secção de Campia, em seguida por dois elementos da ELAC (Equipa Logística de Apoio ao combate), e caso seja necessário o comandante solícita mais meios da corporação ou ao CDOS o envio de mais meios para o terreno.

MEIOS DE DETECÇÃO, VIGILÂNCIA E PRIMEIRA INTERVENÇÃO

EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS

Existe duas equipas de Sapadores Florestais, no concelho de Vouzela, vinculada à ADRL (Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões), constituída por 5 elementos cada. Estas estão ambas sedeadas em Vouzela, mas uma atua nas freguesias de Campia, Cambra, Alcofra, Paços de Vilharigues, Carvalhal de Vermilhas e Vouzela e a outra nas restantes.

As funções dos Sapadores florestais são: trabalhos de silvicultura preventiva, nomeadamente roça de matos e limpeza de povoamentos; realização de fogos controlados; manutenção e beneficiação da rede viária florestal, linhas quebra-fogo e outras infra-estruturas. Têm ainda funções de vigilância, de apoio ao combate a fogos, principalmente nas operações de rescaldo, e de sensibilização ao público em geral.

EQUIPAS DO MUNICÍPIO

Estas equipas são constituídas todos os anos durante o período crítico, dando continuidade às antigas equipas AGRIS 3.4.

Estas equipas estão no terreno no período compreendido entre 1 de Junho e 30 de Setembro, são constituídas por 2 elementos no mínimo, e têm com função vigilância, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós incêndio.

MEIOS DAS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS (EQUIPAMENTOS DE COMBATE ATIVOS)

VEÍCULOS DE COMBATE E EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Os Bombeiros Voluntários de Vouzela dispõem de um parque de veículos de combate a incêndios florestais constituído por 9 veículos, dos quais 6 têm mais de 15 anos. Estes veículos são utilizados intensamente durante o Verão, apresentam um desgaste bastante elevado, estando sujeitos a frequentes e dispendiosas operações de manutenção e reparação, pelo que é necessário equacionar um plano de reequipamento com vista a substituir os veículos mais antigos.

O parque é constituído principalmente por veículos 4x4, com tanque e bomba de água, aptos a transportar a guarnição e equipamento complementar. O trabalho executado pelo tipo de

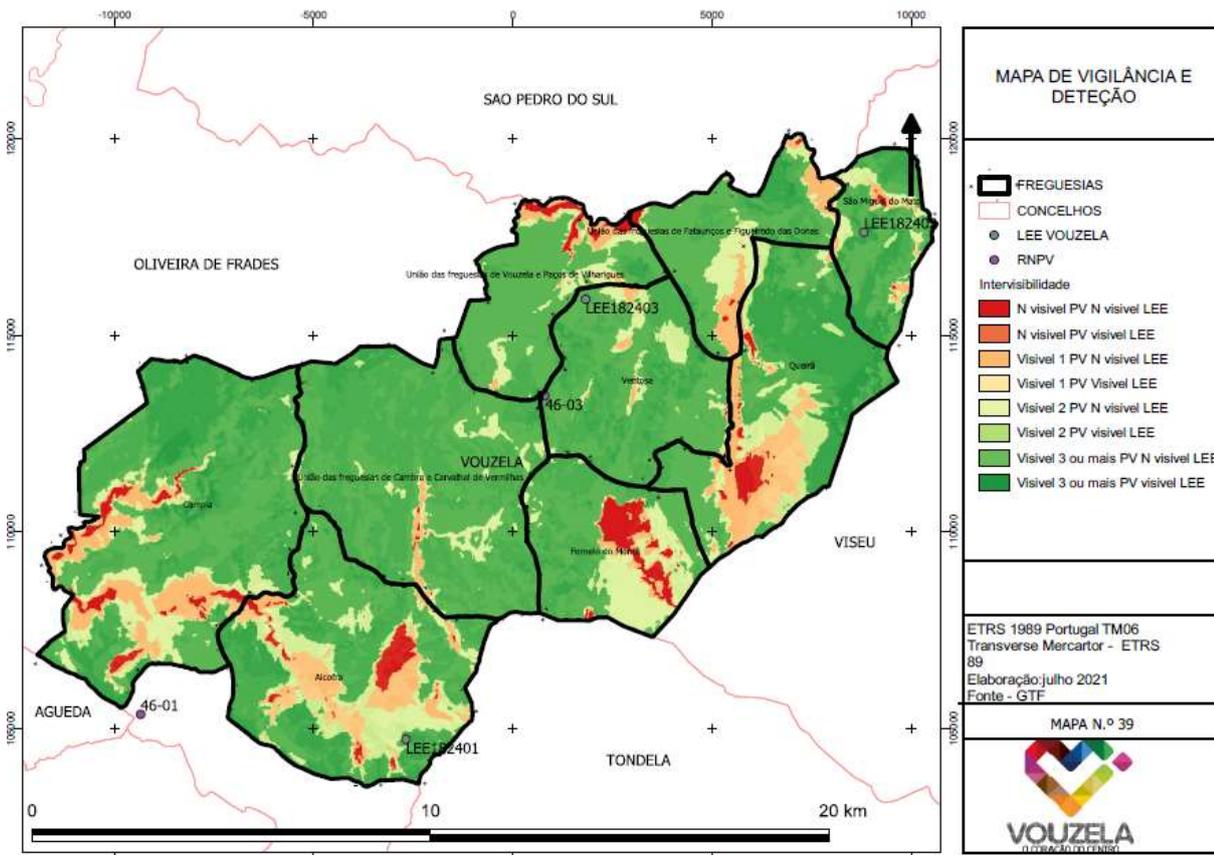
COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

veículos usados está relacionado com a utilização de água no combate aos incêndios, utilizando linhas de mangueiras de 25 mm.

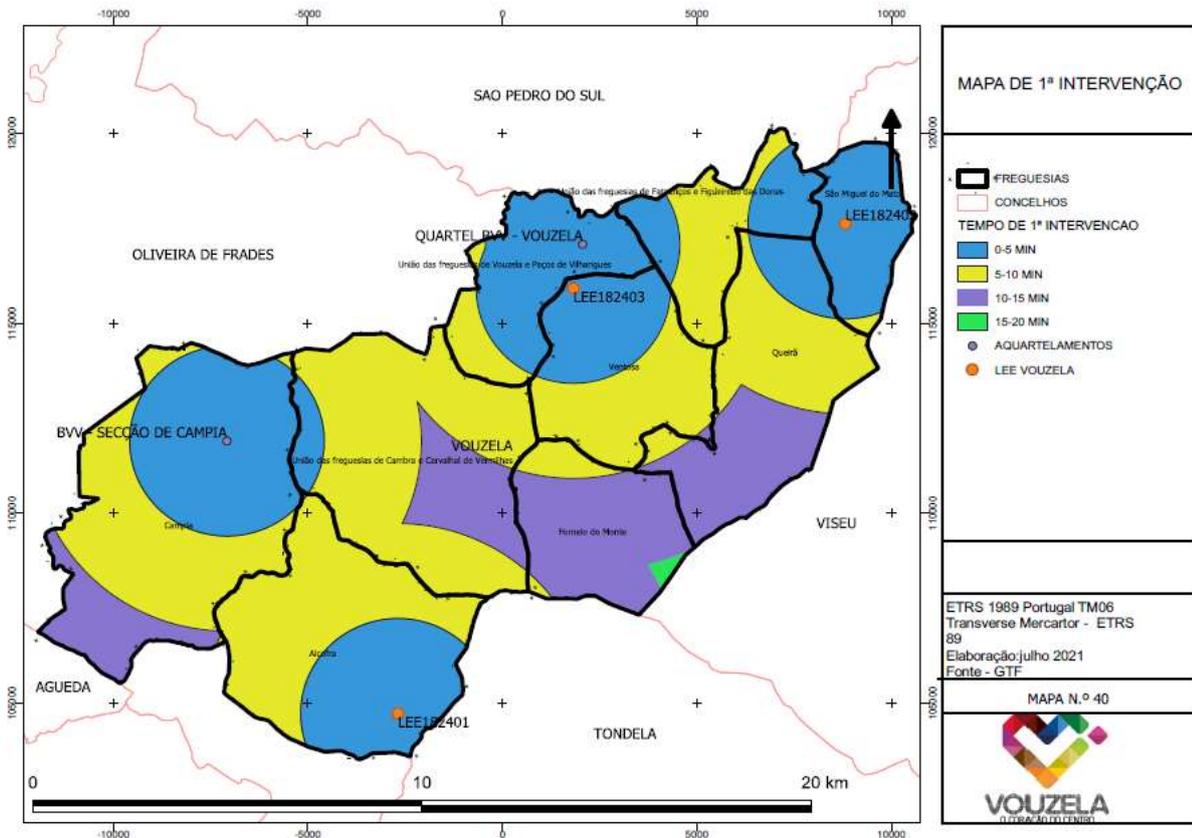
O equipamento de proteção individual que cada bombeiro deve usar quando em operações deste tipo é: capacete, cógula ou capuz, óculos de proteção, luvas, casaco, calças, camisola interior, botas de atacadores e abrigo individual preso no cinturão, que permite permanecer por mais tempo junto da frente de fogo, sem pôr em risco a sua saúde.

No corpo de Bombeiros Voluntários de Vouzela o pessoal tem disponível este equipamento, no entanto, há em quantidade suficiente, apenas, para os grupos de primeira intervenção.

Para além dos meios terrestres existentes na Corporação dos Bombeiros Voluntários de Vouzela, conta-se também com a maquinaria pesada.

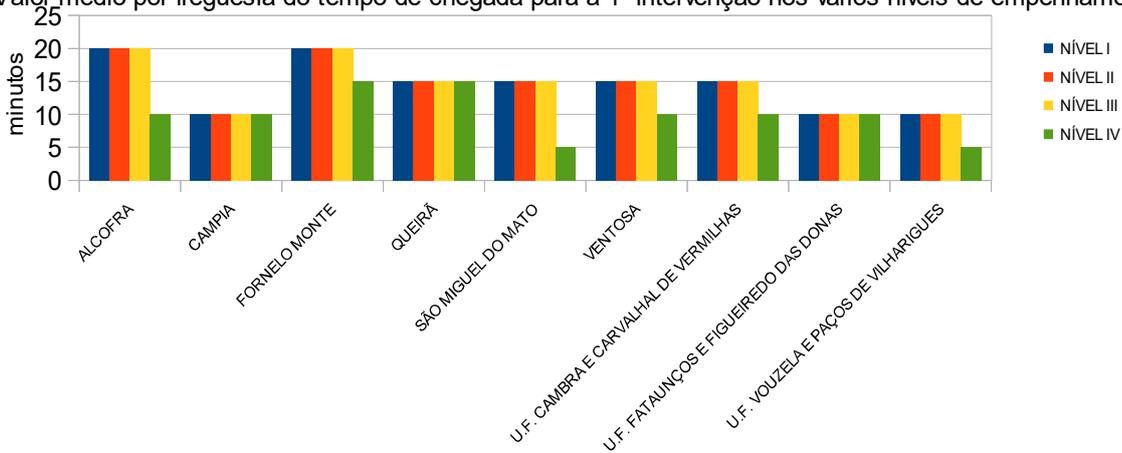


COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL



O TEMPO POTENCIAL DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO FOI CALCULADO TENDO POR BASE O QUARTEL DO BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VOUZELA EM VOUZELA E DA SECÇÃO DE CAMPIA E OS LEE.

Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1ª intervenção nos vários níveis de empenhamento



COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Este tempo médio de 1ª intervenção é mais reduzido no nível de empenhamento operacional IV(1 de julho a 30 setembro), uma vez que poderemos contar com as equipas de sapadores florestais e equipa do município no seus LEE nos dias de estado de alerta especial do SIOPS para o DECIR do nível amarelo ou superior. Nos restantes níveis de empenhamento operacional o tempo de 1ª intervenção é superior uma vez que só temos as equipas dos Bombeiros Voluntários de Vouzela no quartel sede em Vouzela e na secção de Campia.

NÚMERO DE REACENDIMENTOS 2011-2020

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Reacendimentos	4	16	37	1	2	1	6	2	2	1

ÍNDICE ENTRE O NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E EQUIPAS E NÚMEROS DE ELEMENTOS DE VIGILÂNCIA NAS FASES DE PERIGO - NÍVEL I, NÍVEL II, NÍVEL III, NÍVEL IV) NO ANO DE 2020

Fase	n.º incêndios	n.º equipas	n.º elementos	Índice n.º incêndios/n.º equipas	Índice n.º incêndios/n.º elementos
NÍVEL I (1 JAN - 14 MAI)	1	4	19	0,25	0,06
NÍVEL II (15 MAI - 31 MAI)	0	4	19	0	0
NÍVEL III (1 JUN - 30 JUN)	0	5	20	0	0
NÍVEL IV (1 JUL - 31 AGO)	8	5	20	1,6	0
NÍVEL III (1 OUT - 15 OUT)	1	5	20	1	0,4
NÍVEL II (16 OUT - 31 OUT)	1	5	20	0,2	0,05
NÍVEL I (1 NOV - 31 DEZ)	0	4	19	0	0

RELATIVAMENTE AO Nº DE EQUIPAS EXISTENTES, CORRESPONDEM A DUAS EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS DESTA CONCELHO, GIPS, POSTOS DE VIGIA E EQUIPA DA CMV, CONTABILIZANDO UMA EQUIPA CADA. CONSIDEROU-SE OS PV entre 1 de junho e 31 de outubro. As equipas de sapadores Florestais bem como a equipa do Município só estarão disponíveis para a vigilância e 1ª intervenção no Estado de Alerta Especial do SIOPS para o DECIR de nível Amarelo ou superior.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

ÍNDICE ENTRE O NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E EQUIPAS E NÚMEROS DE ELEMENTOS DE 1ª INTERVENÇÃO NAS FASES DE PERIGO - NÍVEL I, NÍVEL II, NÍVEL III, NÍVEL IV) NO ANO DE 2020

Fase	n.º incêndios	n.º equipas	n.º elementos	Índice n.º incêndios/n.º equipas	Índice n.º incêndios/n.º elementos
NÍVEL I (1 JAN - 14 MAI)	1	5	24	0,2	0,05
NÍVEL II (15 MAI - 31 MAI)	0	5	24	0	0
NÍVEL III (1 JUN - 30 JUN)	0	5	24	0	0
NÍVEL IV (1 JUL - 31 AGO)	8	5	24	1,6	0
NÍVEL III (1 OUT - 15 OUT)	1	5	24	1	0,4
NÍVEL II (16 OUT - 31 OUT)	1	5	24	0,2	0,05
NÍVEL I (1 NOV - 31 DEZ)	0	5	24	0	0

DE REFERIR QUE NOS NÍVEIS DE EMPENHAMENTO OPERACIONAL AS EQUIPAS EXISTENTES CORRESPONDEM DUAS EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS, A EQUIPA DA CMV, OS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VOUZELA E GIPS, CONTABILIZANDO UMA EQUIPA CADA. AS EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS BEM COMO A EQUIPA DO MUNICÍPIO SÓ ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA A VIGILÂNCIA E 1ª INTERVENÇÃO NO ESTADO DE ALERTA ESPECIAL DO SIOPS PARA O DECIR DE NÍVEL AMARELO OU SUPERIOR.

4.3.2 -PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3º EIXO ESTRATÉGICO

VIGILÂNCIA E DETEÇÃO, 1ª INTERVENÇÃO, RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO - METAS E INDICADORES

Ação	Metas	Uni	Indicadores				
			2022	2023	2024	2025	2026
Vigilância e deteção	Aumento das ações de vigilância e deteção para todos os níveis de empenhamento	%	40	50	60	90	100
1ª Intervenção	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	20	30	40	50	60
Rescaldo	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	10	20	30	40	50
Vigilância pós incêndio	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	20	30	40	50	60

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Ação	Metas	Unidades	Indicadores				
			2027	2028	2029	2030	2031
Vigilância e deteção	Aumento das ações de vigilância e deteção para todos os níveis de empenhamento	%	100	100	100	100	100
1ª Intervenção	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	70	80	90	100	100
Rescaldo	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	60	70	80	90	100
Vigilância pós incêndio	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	%	70	80	90	100	100

Orçamentos e responsáveis

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de orçamentos				
			2022	2023	2024	2025	2026
Vigilância e deteção	Aumento das ações de vigilância e deteção para todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV, GNR/SEPNA/UEPS	15500	16000	16500	16500	16500
1ª Intervenção	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV, GNR/UEPS	15500	16000	16500	16500	16500
Rescaldo	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV	5000	5000	5000	5000	5000
Vigilância pós incêndio	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV	1000	1000	1000	1000	1000
		Total	37000	38000	39000	39000	39000

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Ação	Metas	Responsável	Estimativa de orçamentos				
			2027	2028	2029	2030	2031
Vigilância e detecção	Aumento das ações de vigilância e detecção para todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV , GNR/SEPNA/UEPS	16500	16500	16500	16500	16500
1ª Intervenção	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV , GNR/UEPS	16500	16500	16500	16500	16500
Rescaldo	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV	5000	5000	5000	5000	5000
Vigilância pós incêndio	Aumentar os níveis de atuação todos os níveis de empenhamento	Corporação de bombeiros, Equipas de sapadores florestais, CMV	1000	1000	1000	1000	1000
		Total	39000	39000	39000	39000	39000

4.4. EIXO 4 - RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

- Recuperar e reabilitar os ecossistemas

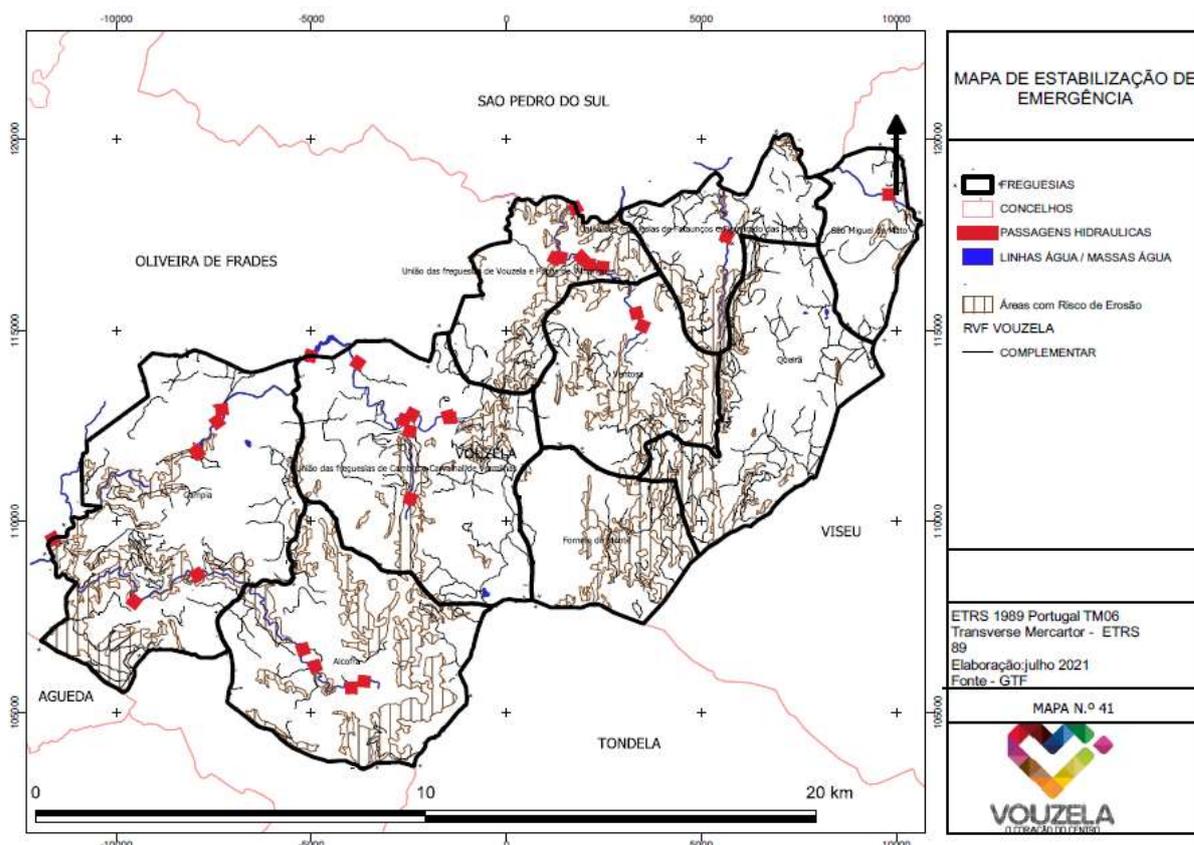
OBJETIVO OPERACIONAIS:

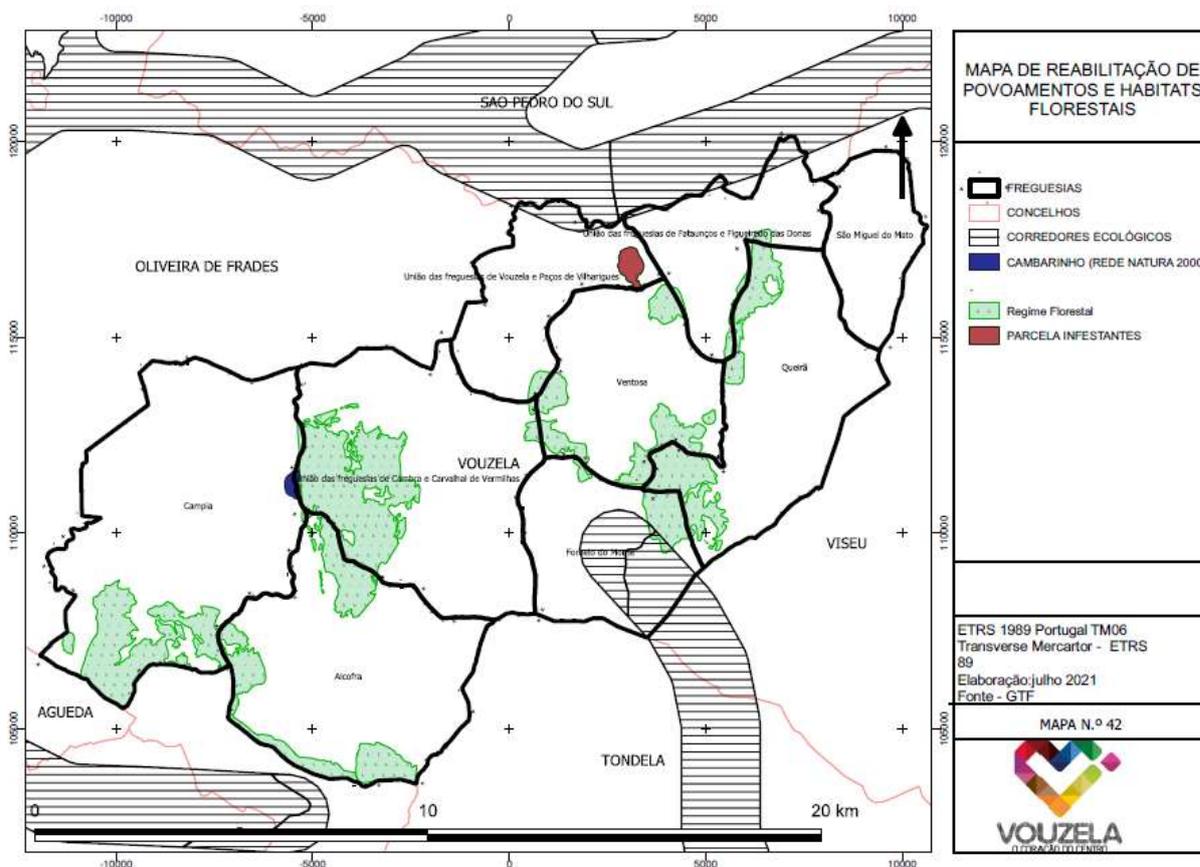
- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo

AÇÕES:

- Identificar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas a curto médio prazo.
- Definir as tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infra-estruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

4.4.1 -Avaliação





4.4.2 -Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo estratégico

Estabilização de Emergência

A estabilização de emergência deve ocorrer logo após a fase de combate ao incêndio e visa, não só o controlo da erosão do solo e a proteção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e dos habitats mais sensíveis. Não existem procedimentos normalizados relativamente às ações a desencadear na fase de estabilização de emergência, cuja implementação é da responsabilidade do proprietário florestal ou de entidades públicas nas zonas especiais de gestão, rede viária florestal e rede hidrográfica. Contudo, existem algumas técnicas que podem ser adotadas consoante as características do local, a dimensão e severidade do incêndio. Após a ocorrência de um incêndio deverá proceder-se à limpeza e desobstrução das valetas e aquedutos dos caminhos florestais, assim como a regularização do seu piso. Para proteção da rede hidrográfica, as intervenções deverão centrar-se na limpeza e desobstrução das margens e leitos dos cursos de água, nos casos em que haja impedimento do normal fluir dos caudais. Deverá ser favorecida a regeneração natural destas zonas e só nos casos onde se verificou uma destruição total da vegetação é que se deve proceder à plantação ou sementeiras artificiais. Neste último caso, deverão ser seguidas as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROFCL). Dependendo das características do local e objetivos a atingir, poderão ser utilizadas outras técnicas mitigadoras da erosão hídrica, de que são exemplo a construção de faxinas (colocação de troncos longitudinais ao leito, presos por estacas), muros de suporte em madeira (Cribwalls), colocação de gabiões (estrutura armada, flexível e drenante, de grande durabilidade e resistência), entrançados vivos ou enrocamentos (maciço composto por blocos de rocha compacta).

Os procedimentos a adotar para limitar as perdas de solo das áreas ardidas, sobretudo na áreas de maior declive, deverão passar pela mobilização do solo usando a técnica de vala e câmoros (técnica mecanizada segundo linhas paralelas entre si e à linha de declive), colocação de resíduos florestais, de preferência triturados e incorporados no solo, colocação de toros (sem casca) no sentido perpendicular à linha de maior declive, gradagem ao longo das curvas de nível, sementeiras, colocação de fardos de palha, entre outras técnicas existentes capazes de limitar as perdas de solo após a passagem do incêndio

Reabilitação de Povoamentos e habitats florestais

No planeamento da recuperação de espaços florestais ardidos existem duas questões fundamentais que se colocam: a definição ou redefinição dos objetivos a médio e longo prazo da gestão florestal e as funções associadas ao espaço e a definição de ações necessárias para que o risco de destruição pelo fogo seja fortemente diminuído. Na reabilitação de povoamentos e habitats florestais deverão ser seguidas as orientações previstas no PROFCL, atendendo às orientações dadas para cada uma das diferentes sub-regiões homogéneas. Em novos povoamentos e para os existentes deverão ser adotadas medidas de silvicultura preventiva com o objetivo de dificultar a progressão do fogo e diminuir a sua intensidade, limitando os danos causados no arvoredo. As principais orientações a cumprir no âmbito da silvicultura preventiva são as seguintes:

1. Em cada unidade de gestão florestal deverá ser estabelecido, no âmbito quer da instalação, dos tratamentos culturais, da gestão do sub-bosque, ou ainda do corte e da regeneração dos povoamentos, um mosaico de povoamentos e, no seu interior, de parcelas, com diferentes idades, estruturas e composições, para assim garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis no interior dos maciços e a existência de ruturas no seu desenvolvimento territorial e ainda a alternância entre parcelas com diferente inflamabilidade e combustibilidade, aproveitando as diferentes estações.

2. A dimensão das parcelas deverá variar entre os 20 e 50 hectares, nos casos gerais, e entre 1 e 20 hectares nas situações de maior perigo de incêndio (vertentes viradas a barlavento ou a sul/leste, encostas com declives superiores a 45%, espécies inflamáveis e/ou pouco resistentes ao fogo, zonas com intensa utilização humana, etc.) e o seu desempenho deverão ter em especial atenção o comportamento previsível do fogo.

3. Os povoamentos florestais monoespecíficos e equíenios não poderão ter um desenvolvimento territorial contínuo superior a 50 hectares, devendo ser compartimentados pela rede de faixas de gestão de combustível ou por outros usos do solo, por linhas de água e respetivas faixas de proteção e por faixas de alta densidade. Estas faixas de alta densidade são povoamentos conduzidos em alto fuste regular, em compassos muito apertados, formando um coberto muito opaco à luz e ao vento. São desprovidos do estrato arbustivo e quase sempre compostos por espécies resinosas pouco inflamáveis e produtoras de horizontes orgânicos superficiais húmidos e compactos.

4. Poderão ser instaladas cortinas pára-fogo, com o objetivo de reduzir localmente a velocidade do vento e interceptar faúlhas e outros materiais incandescentes. As cortinas pára-fogo

deverão ser estrategicamente localizadas em áreas desarborizadas e ser perpendiculares à direção predominante do vento. São compostas por espécies muito pouco inflamáveis, tais como as referidas para as faixas de alta densidade ou outras que aproveitem condições edáficas favoráveis, como o choupo e o amieiro.

5. Deverá ser favorecida a constituição de povoamentos de folhosas caducifólias, de preferência conduzidas em compassos apertados, sempre que as condições edafoclimáticas garantam o sucesso das arborizações

No concelho de Vouzela existe Reserva Botânica de Cambarinho fica situada na vertente norte da Serra do Caramulo, abrangendo parte da bacia hidrográfica da ribeira de Cambarinho, afluente do rio Alfusqueiro. É uma área de montanha, desenvolvendo-se entre os 400 m e os 850 m de altitude. A cobertura vegetal apresenta um mosaico heterogéneo de elevada diversidade de espécies, sobretudo de cariz atlântico; predominam áreas de matos, permanecendo, no entanto, zonas de pinhal, manchas de carvalho, áreas agrícolas, lameiros, a galeria ripícola do ribeiro de Cambarinho e os núcleos de loendros que estiveram na origem da criação da Reserva. A área faz parte da rede de Biótopos do Programa CORINE. É a mais importante estação de Loendros do país, sendo classificada como Reserva Botânica pelo decreto-lei nº. 364/71, de 25 de Agosto, que visa a proteção do “*Rhododendron ponticum* L, *SSP baeticum*”. Encontra-se integrada na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000.. Existem ao longo das margens dos rios Alfusqueiro e Alcofra e são um raro testemunho da Era Terciária. Na reserva pretende-se a conservação do Loendro, efetuando a limpeza de matos junto à linha de água, e nos terrenos adjacentes, e efetuar a “mergulhia” de varas de Loendro de modo a tentar reproduzir este belo exemplar para plantar em algumas clareiras existentes.

Para a reabilitação dos povoamentos e habitats florestais afetados, identificam-se como responsáveis todos os proprietários e gestores dos espaços florestais, concretamente, o Estado, as Associações de Compartes dos Baldios e as Juntas de Freguesia, no caso dos perímetros florestais, e os proprietários florestais, ou seus legais representantes, no caso das propriedades privada

4.5. EIXO 5 - ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

- Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

OBJETIVO OPERACIONAL:

- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

AÇÕES:

- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitar as suas competências na implementação das diferentes ações;
- Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI;

- Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM;
- Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos;
- Elaborar o cronograma de reuniões da CMDFCI;
- Estabelecer a data de aprovação do POM;
- Explicitar o período de vigência.

4.5.1 - AVALIAÇÃO

Necessidades de Formação

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Entidade	Necessidades de formação	N.º de elementos
Bombeiros Voluntários de Vouzela	- Chefe de equipa de combate a fogos florestais; - Organização de postos de comando; - Comportamento do fogo; - Técnicas de combate; - Operacional de queima.	15
Guarda Nacional Republicana/UEPS	- Formação de atualização em legislação ambiental e florestal	112
Equipas de Sapadores Florestais	- Curso de sapadores florestais com os seguintes módulos: 1. Caracterização florestal; 2. Operações e técnicas silvícolas; 3. Atuação da equipa de sapadores; 4. Operações de apoio ao combate.	10
Câmara Municipal/GTF/SMPC	- Técnico Especializado em Fogo Controlado; - Organização dos Postos de Comando; - Comunicações.	2

4.5.2 -PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 5.º EIXO ESTRATÉGICO

Atribuição e competências SDFCI

Entidade	Ações
CMDF	<ul style="list-style-type: none">- Avaliar a capacidade dos meios de deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo; Diagnosticar as ações prioritárias no âmbito das faixas de gestão de combustível;- Coordenar os trabalhos de gestão florestal na área do município;-Manter atualizada a informação relativa aos meios humanos e materiais disponíveis;- Propor projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e promover a sua realização;- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais, sensibilizando a sociedade civil, dotá-los de meios de intervenção, formação e condições de segurança para a sua atuação;-Elaborar cartografia delimitando as áreas de risco de incêndio e de abandono;- Proceder à sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, tendo em vista a sua utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;- Identificar e propor áreas florestais com vista ao condicionamento de acessos, circulação e permanência;- Desenvolver ações de sensibilização, educação e informação da população;

	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na divulgação de avisos às populações no âmbito do sistema nacional de divulgação pública do índice de risco de incêndio e informação meteorológica; - Aprovar planos de fogo controlado; - Organizar e atualizar base de dados relativa a número de ocorrências, áreas ardidas, causas e locais da ignição; - Procurar modelos de dinamização e rentabilização do sector florestal; - Fomentar o calendário para as atividades florestais; <p>Em situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade, assegurar o apoio técnico ao centro municipal de operações de emergência e proteção civil.</p>
<p>CMV</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o planeamento e ordenamento do território, estabilizando o uso do solo em espaço florestal, fomentando as edificações em espaço urbano ou urbanizável, contrariando as edificações isoladas em espaço rural; - Proceder à incorporação das linhas de orientação estratégica do presente plano de defesa da floresta para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, tendo em vista a correta gestão do risco de incêndio; - Mobilizar as populações mais desfavorecidas, nomeadamente as desempregadas e beneficiárias de programas sociais, para ações de gestão de combustíveis e equipas de rescaldo; - Fomentar a discussão pública sobre as questões dos direitos e deveres dos usufrutuários da terra, como forma de combate ao absentismo e abandono das mesmas; - Promover o desenvolvimento de atividades alternativas e rentáveis para o sector florestal, como forma de garantir o aumento da rentabilidade da gestão florestal; Promover o cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei

	<p>n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, relativamente às suas competências;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlar a qualidade e supervisionar as obras municipais e subcontratadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios; - Implementar e gerir um Sistema de Informação Geográfica de defesa da floresta contra incêndios; - Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de defesa da floresta contra incêndios; - Garantir e disponibilizar informação relativa à gestão do risco de incêndio, como uma função de utilidade pública para o processo de tomada de decisão; - Estabelecer protocolos tendo em vista a reinserção social, promovendo oportunidades de desenvolvimento social e profissional de indivíduos com perfil desviante ou desenquadrados da sociedade em que vivem.
<p style="text-align: center;">GNR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Exercer funções de vigilância nas áreas florestais a seu cargo; - Participar na prevenção e deteção de incêndios florestais e colaborar no seu combate; - Investigar as causas dos fogos florestais; - Fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, da caça, da pesca e do regime silvo-pastoril; - Orientar e apoiar os trabalhos de campo relativos à exploração florestal e acompanhar o processo de comercialização dos respetivos produtos, bem como realizar outras tarefas no mesmo âmbito, nomeadamente as inerentes à caça, pesca e apicultura; - Apoiar as ações de extensão florestal no domínio da propriedade privada; - Colaborar em ações de sensibilização e de formação das populações.

Associações de produtores Florestais	<ul style="list-style-type: none">- Garantir uma gestão profissional da floresta;- Implementar projetos de arborização, rearborização e beneficiação de áreas florestais;- Dinamizar e motivar os proprietários para o aproveitamento económico da floresta e seus subprodutos;- Promover ações e campanhas de sensibilização, educação e informação
Sapadores Florestais	<ul style="list-style-type: none">-Prevenção dos incêndios florestais através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente roça de matos e limpeza de povoamentos, realização de fogos controlados, manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas de quebra-fogo e outras infraestruturas;-Vigilância das áreas da sua jurisdição;- Ações de deteção, primeira intervenção, apoio ao combate, operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio;- Sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, uso do fogo e limpeza da floresta, nomeadamente através do método demonstrativo.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Plano de formação

Entidade	Formação	Número de Elementos	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Estimativa de orçamento total (€)
Câmara Municipal/GTF /SMPC	Técnico especializado em fogo controlado	1	5000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5000
	Organização de postos de comando	2	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	500
	Comunicações	2	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0	500
Bombeiros Voluntários de Vouzela	Chefe de equipa de combate a fogos florestais;	10	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	2500	50000
	- Organização de postos de comando;	5	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	
	Técnicas de combate;	5	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	
	Operacional de queima	2	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	
Guarda Nacional Republicana/UEPS	- Formação de atualização em legislação ambiental e florestal	112	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	5000	50000
Associações Florestais/Sapadores Florestais	Curso de sapadores florestais com os seguintes módulos	10	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	10000
	Caracterização florestal	10	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	
	Operações e técnicas silvícolas	10	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

	Atuação da equipa de sapadores	10	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	
	Operações de apoio ao combate	10	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	
Total			1600	1150	1150	1100	1100	1100	1100	1100	1100	1100	1100	116000
			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Reuniões da CMDFCI previstas

Atividade	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Análise às atividades desenvolvidas no âmbito da DFCI no ano anterior e programação das atividades para o ano corrente, de acordo com o definido no PMDFCI	x											
Análise, discussão e aprovação do POM.				x								
Análise e discussão das ações efetuadas durante o período crítico.										x		
Monitorização do PMDFCI												x

O POM será aprovado até 15 de abril de cada ano.

Este plano terá um período de vigência de 10 anos (2022 a 2031) após aprovação pela assembleia Municipal de Vouzela.

Nesta fase, e depois de feito o diagnóstico, considerado os objetivos, programado as ações e implementado o plano, que deverá ter um controlo permanente, verificando as previsões, as realizações e possíveis desvios, possibilitando a introdução de reajustamentos necessários à realização do espaço onde se desenvolve.

Por isso se diz que o planeamento é cíclico, entrando-se assim num novo ciclo: formulação e hierarquização de objetivos, programação de ações e instrumentos e execução e controlo do plano.

Assim, é fundamental considerar dois aspetos: 1) a vertente preventiva de acordo com o plano de ações de silvicultura preventiva e beneficiação das redes primária, secundária e terciária; 2) a vertente do combate aos incêndios florestais, numa perspetiva de avaliar os resultados à aplicação dos modelos de combate preconizados no presente plano.

AÇÕES DE PREVENÇÃO

Em conjunto com o Gabinete Técnico Florestal do Município de Vouzela, deverá a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios proceder a uma avaliação das ações executadas, do tempo e custos de execução, verificando as consequências positivas e negativas dessas ações bem como aquilatar daquelas que, eventualmente, possam ter ficado por realizar.

Assim, deve esta Comissão criar um sistema de informação geográfica onde organize o conjunto das ações realizadas que poderão vir a ser reequacionadas, anualmente, em função da análise dos indicadores de qualidade.

Desta forma, será possível estabelecer as áreas que carecem de maior e de menor investimento e hierarquizar prioridades de intervenção.

AÇÕES DE COMBATE

As ações de combate encontram-se diretamente relacionadas com um vasto conjunto de fatores difíceis de controlar, dependendo dos meios humanos e materiais disponíveis, da topografia, da carga de combustíveis, das infra-estruturas existentes e das condições climatéricas.

No final de cada época de incêndios, a Comissão deverá apurar e analisar dados relativos ao número de ocorrências, área ardida, área média por incêndio, número de reacendimentos e tempo médio da primeira intervenção.

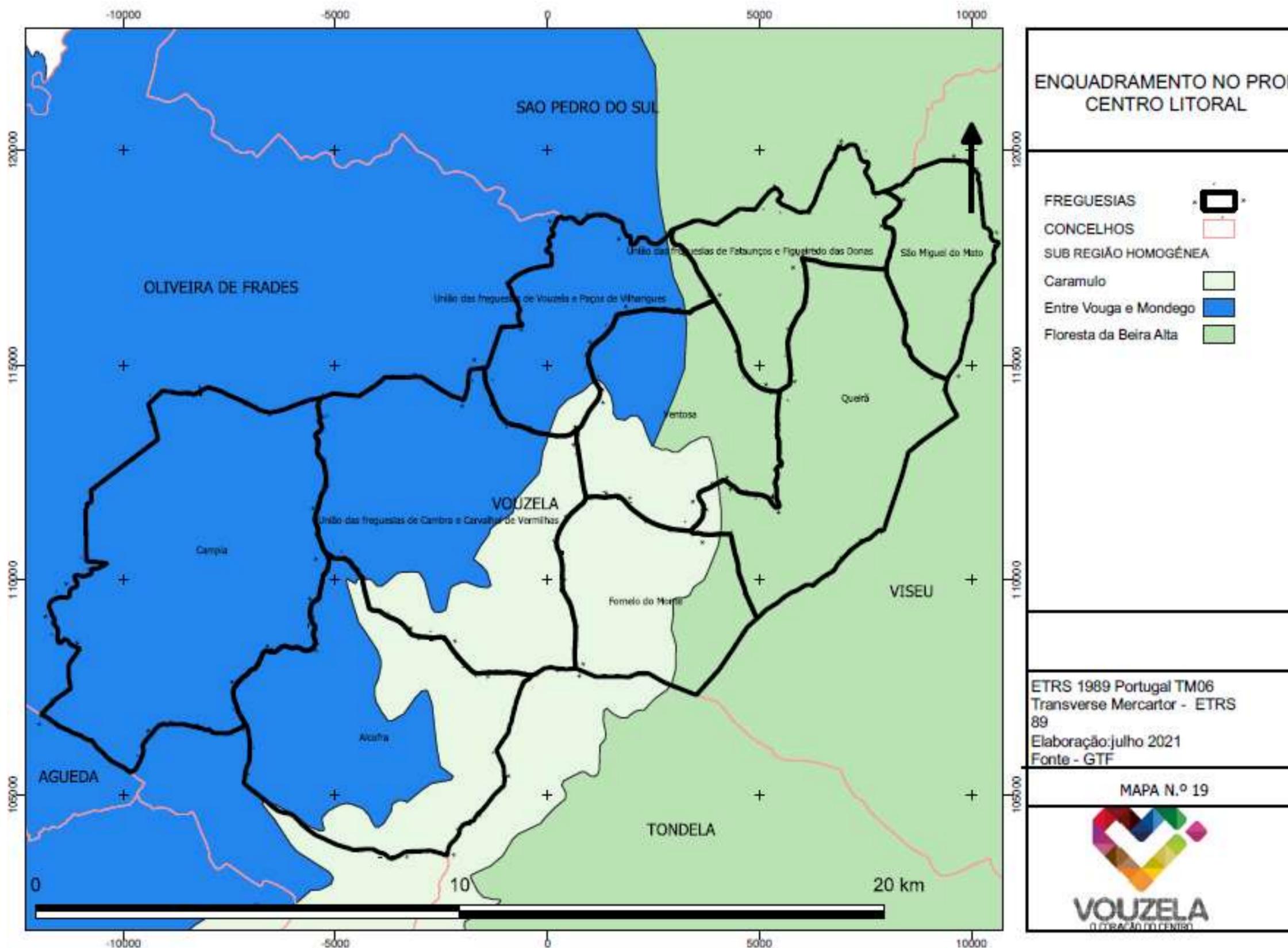
Estes dados deverão ser cruzados com os dos anos anteriores, observar a sua evolução, estabelecer correlações com a disponibilidade ou não de meios materiais e humanos, condições climatéricas, localização dos incêndios, topografia, etc., de forma a estruturar a próxima época de incêndios.

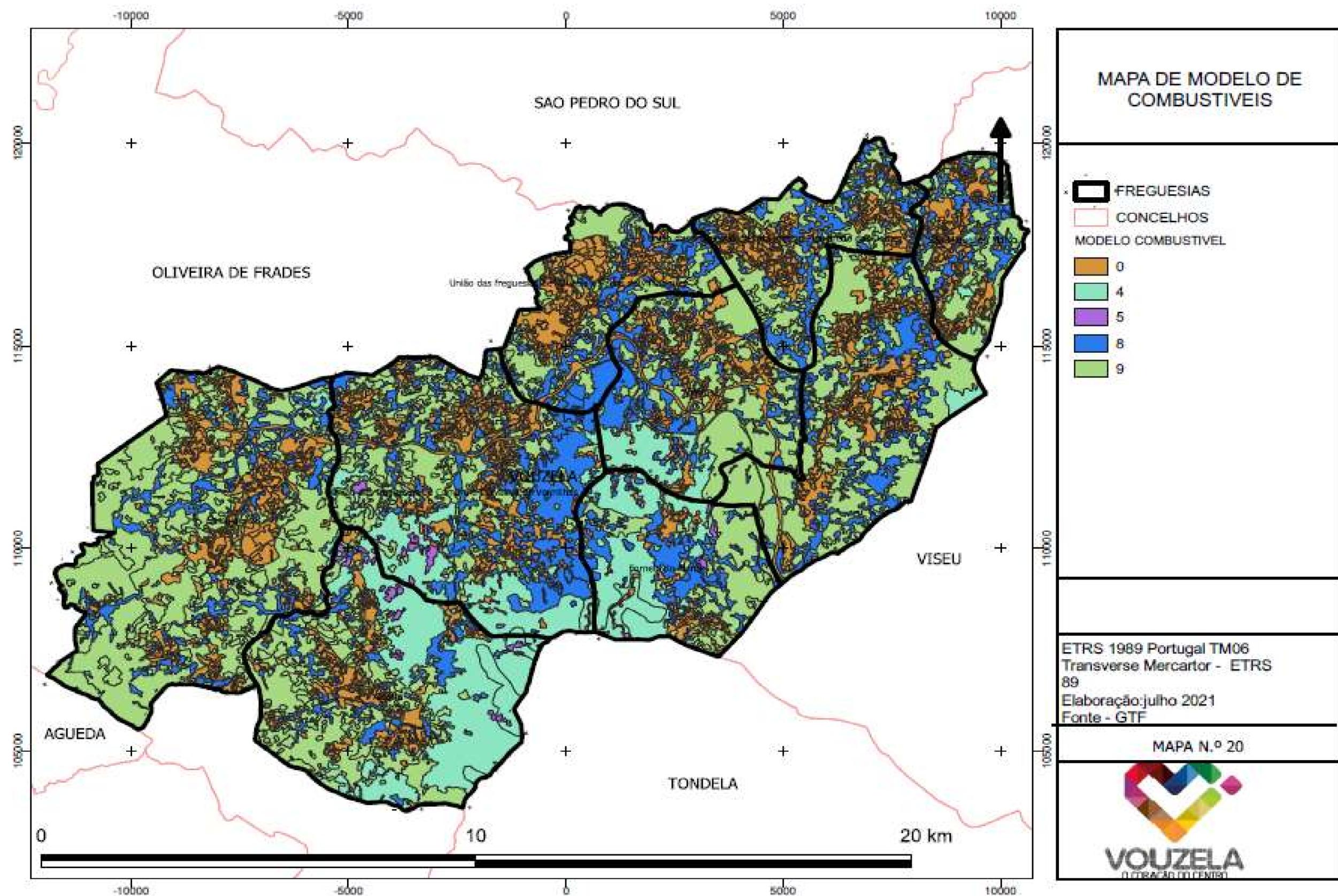
COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VOUZELA - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

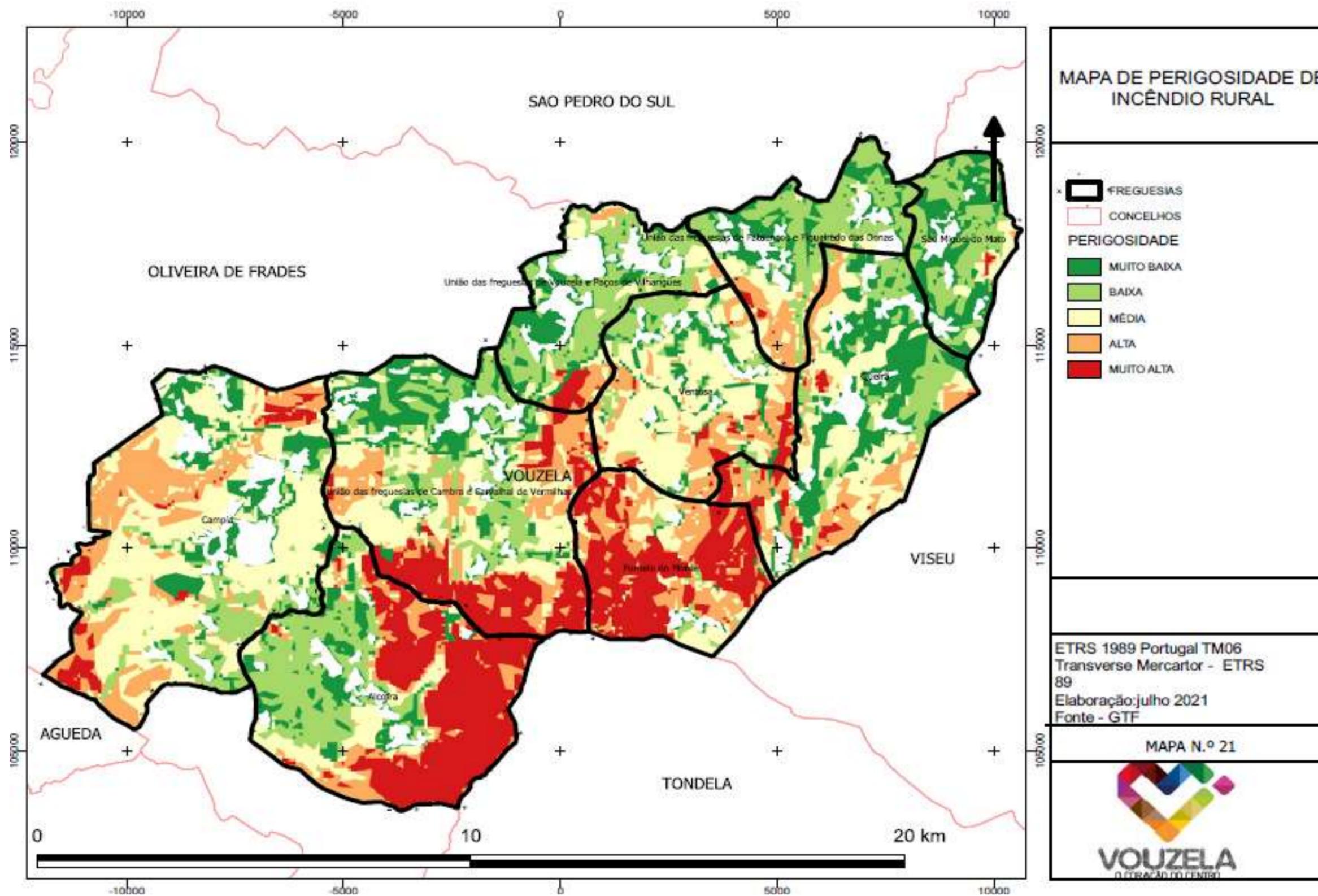
4.6 -ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI DO CONCELHO DE VOUZELA

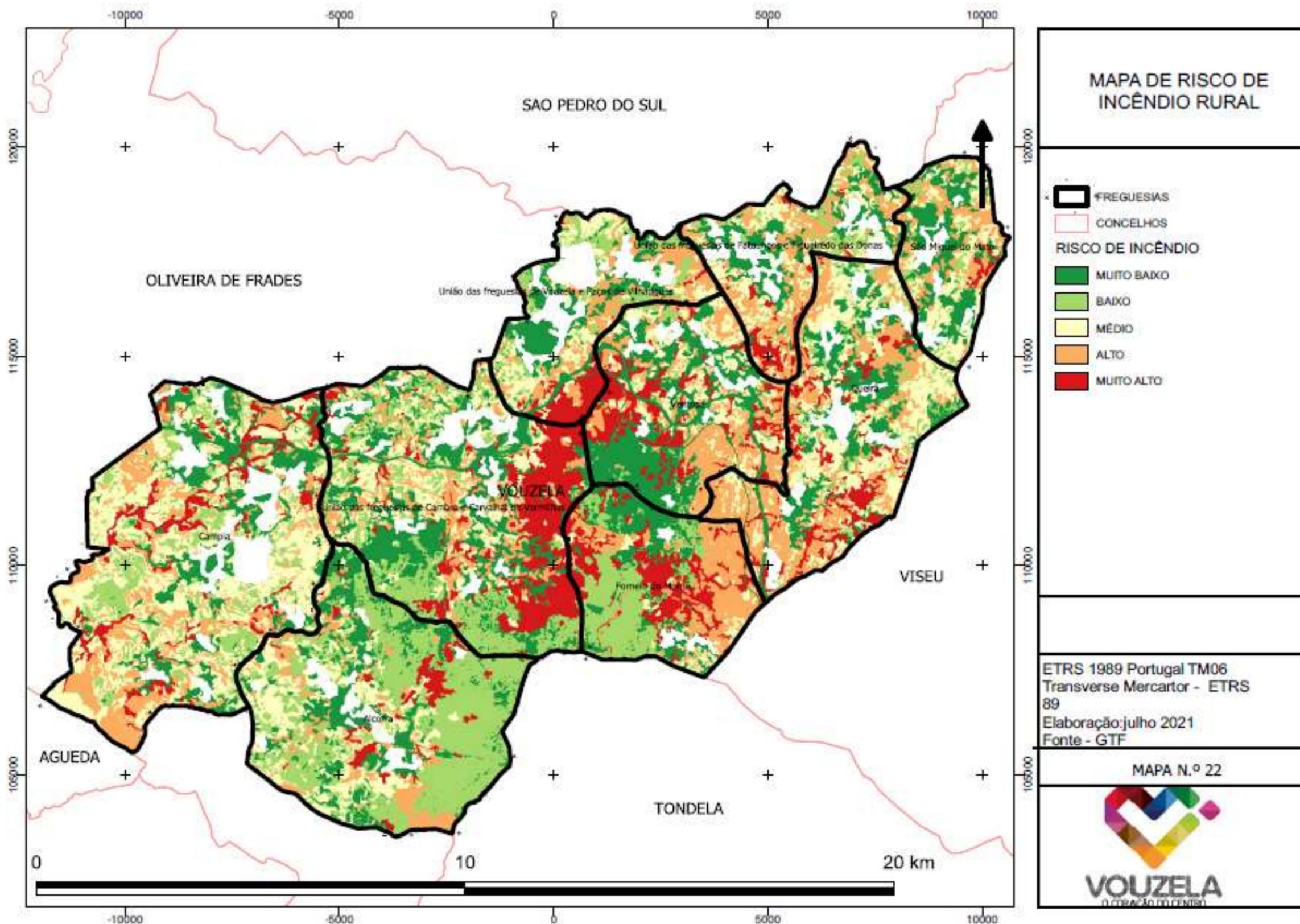
Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total										
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total/Eixo
1º Eixo	2961313,6	3100894	2249418,4	3136773,6	3101514	2425218,4	3137073,6	3103904	2252528,4	2963523,6	29127844,8
2º Eixo	12870	13480	12890	13490	12890	12870	13480	12890	13490	12890	131240
3º Eixo	24000	34000	35000	35000	35000	35000	35000	35000	35000	35000	338000
4º Eixo	50000	45000	40000	30000	30000	30000	30000	30000	30000	30000	345000
5º Eixo	16000	11500	11500	11000	11000	11000	11000	11000	11000	11000	116000
Total/Ano	3064183,6	3204874	2348808,4	3226263,6	3190404	2514088,4	3226553,6	3192794	2342018,4	3052413,6	
Total PMFCI											30058084,8

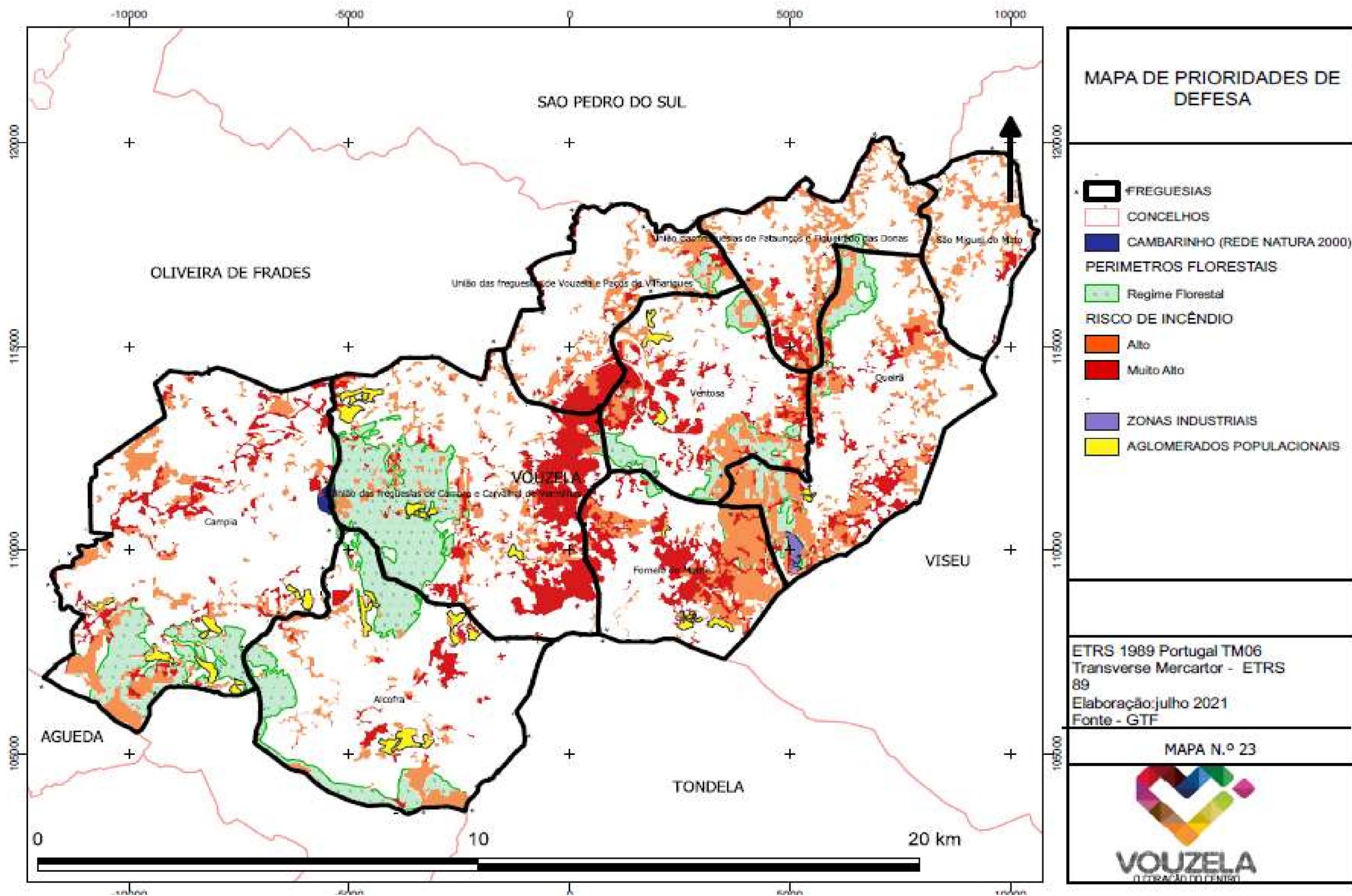
5 - ANEXO - CARTOGRAFIA

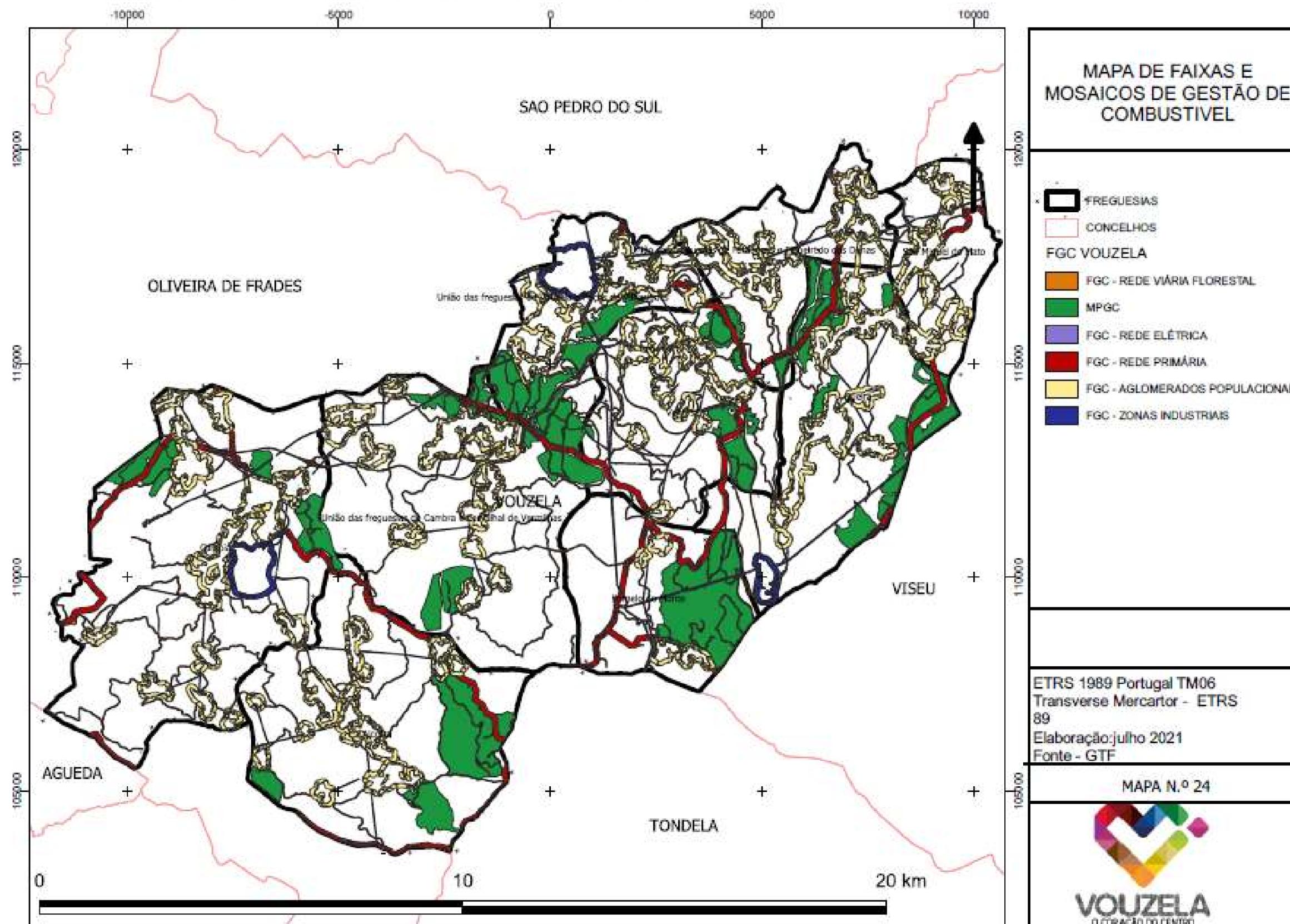


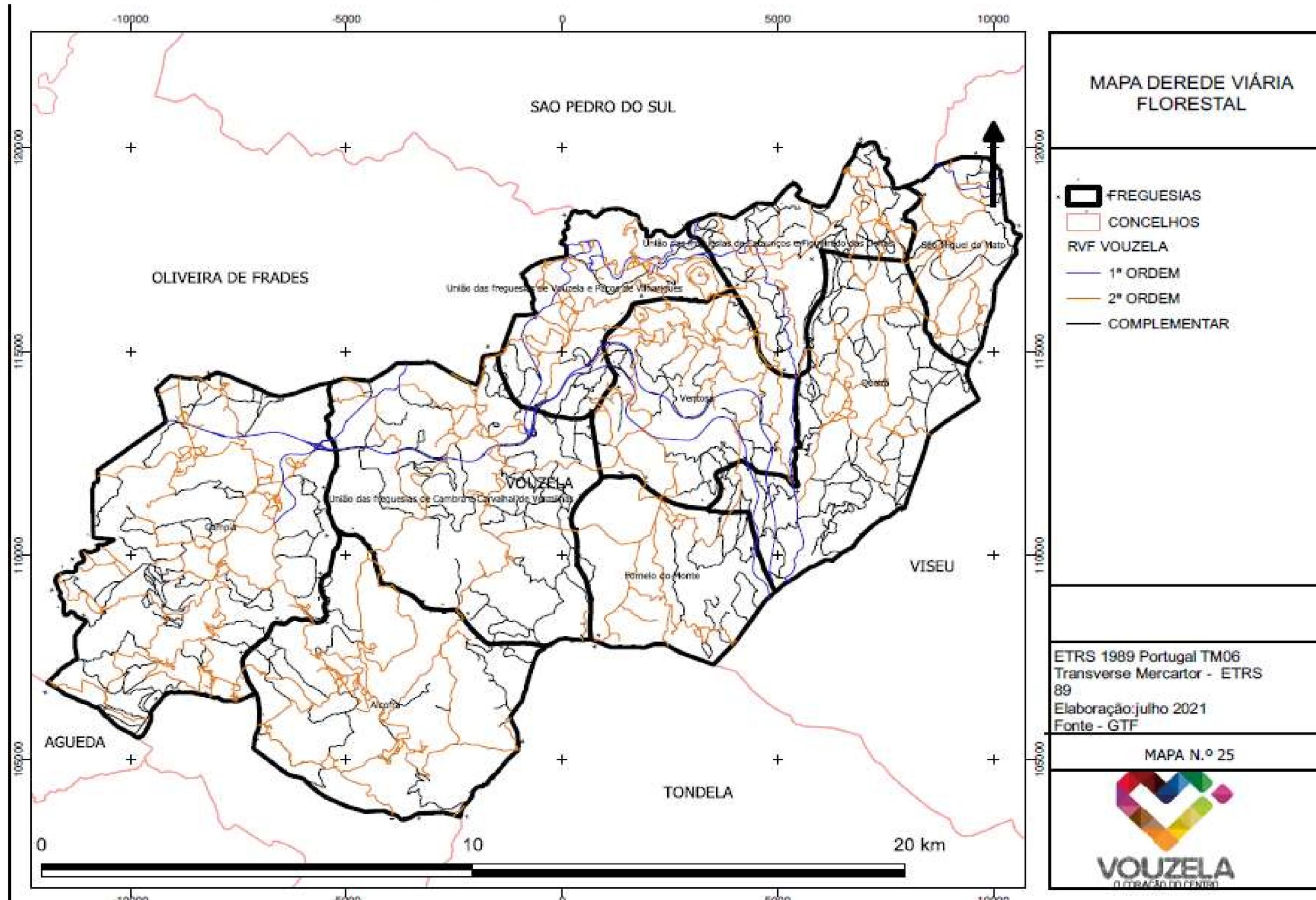


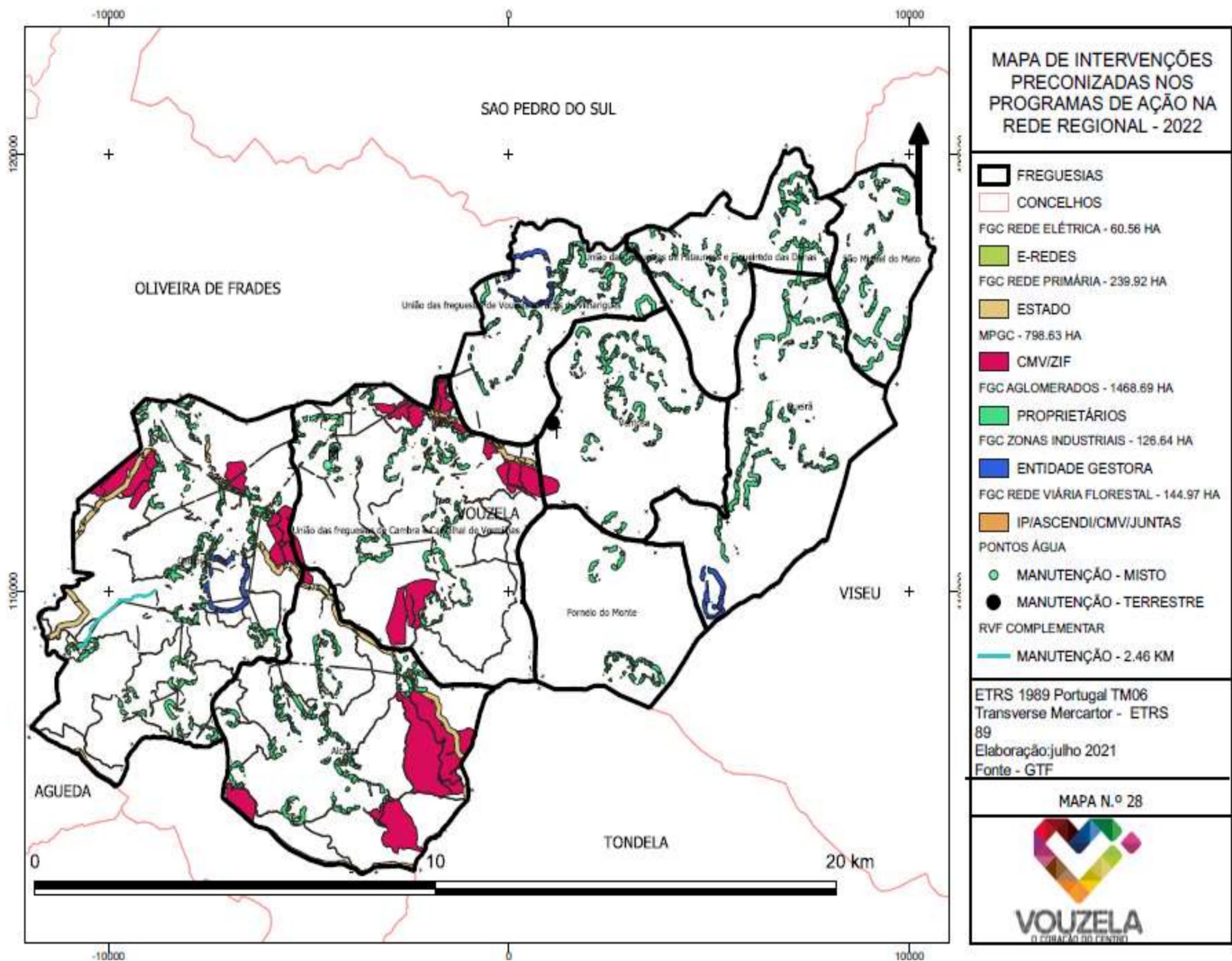


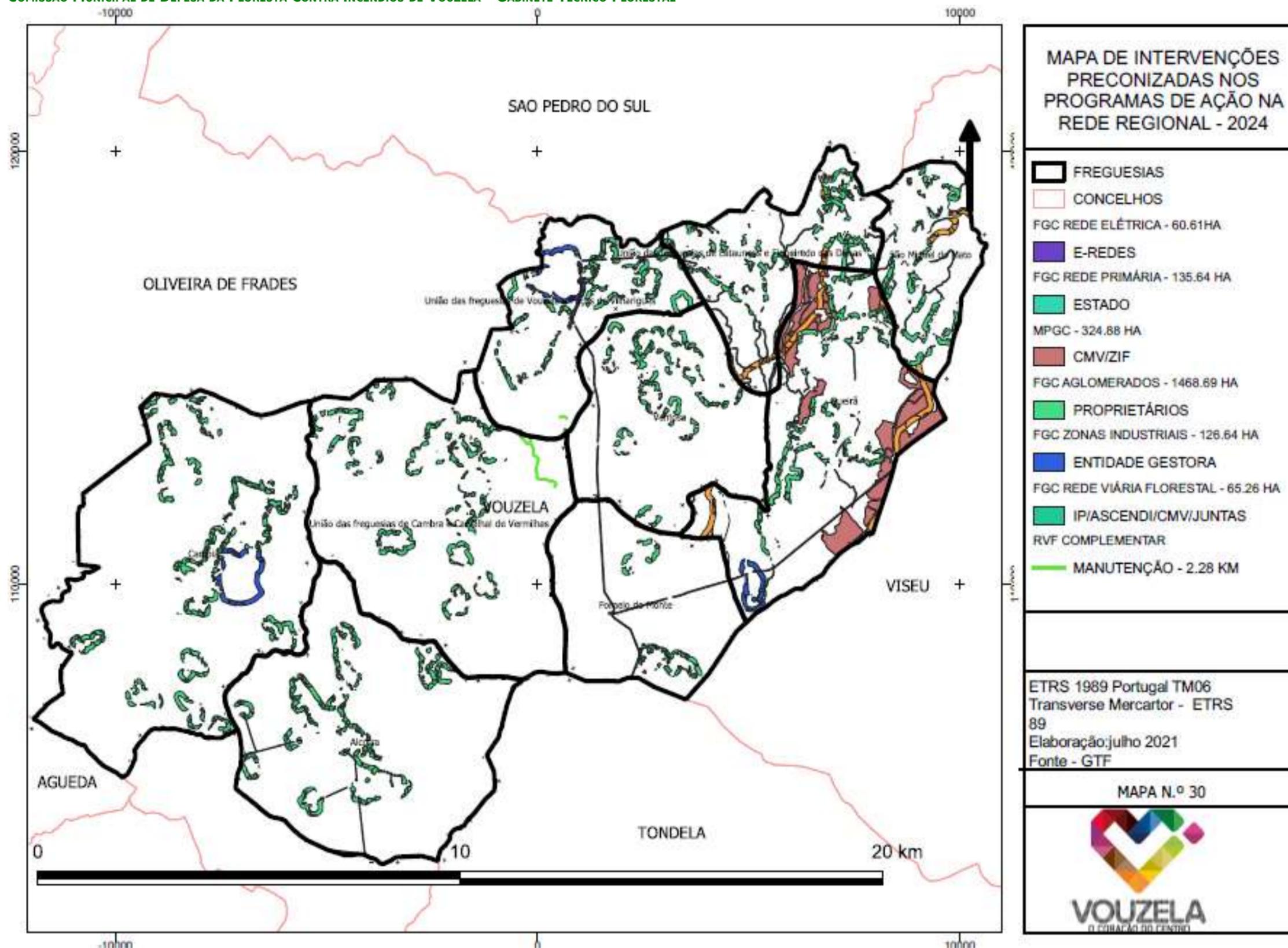












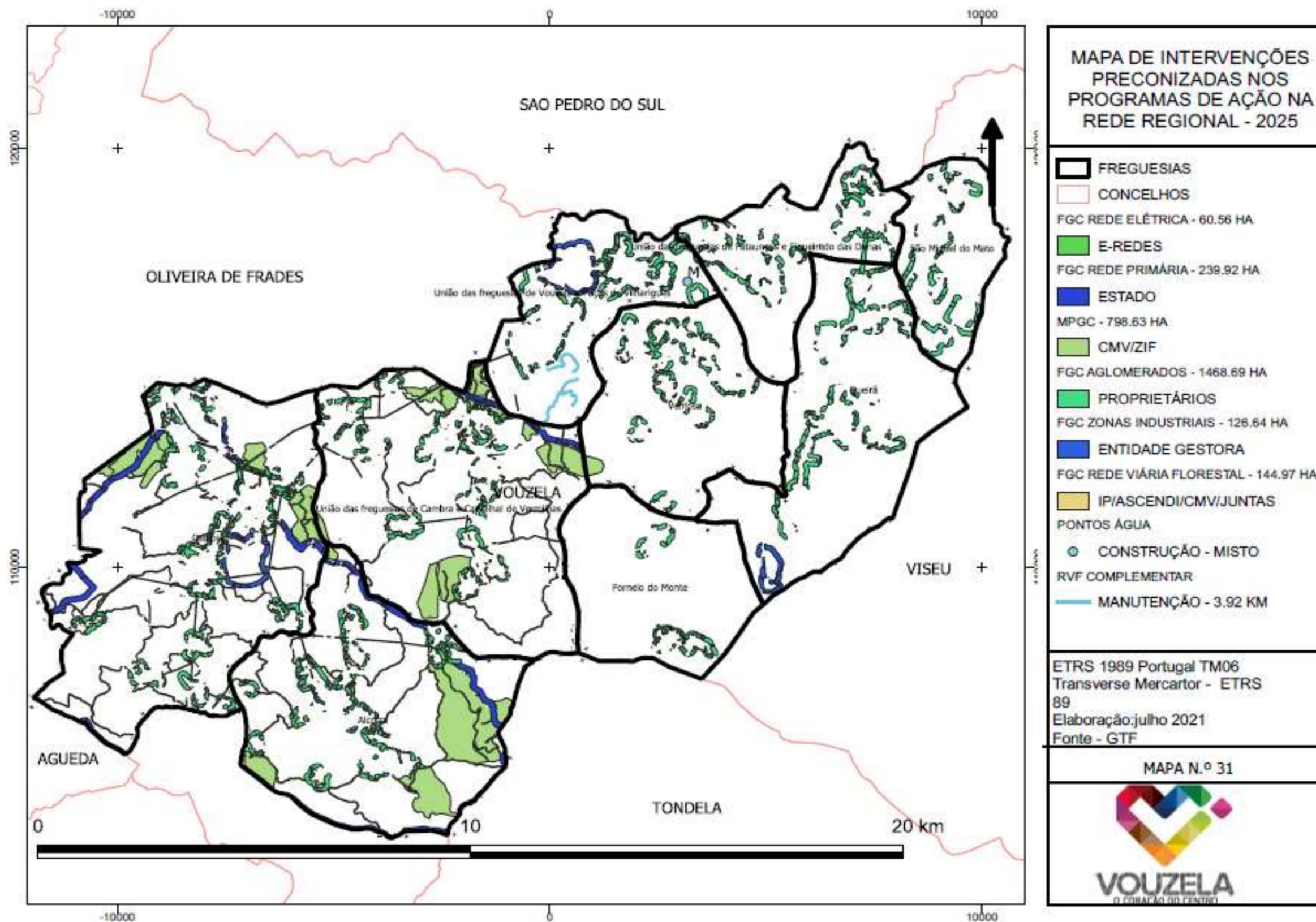
MAPA DE INTERVENÇÕES PRECONIZADAS NOS PROGRAMAS DE AÇÃO NA REDE REGIONAL - 2024

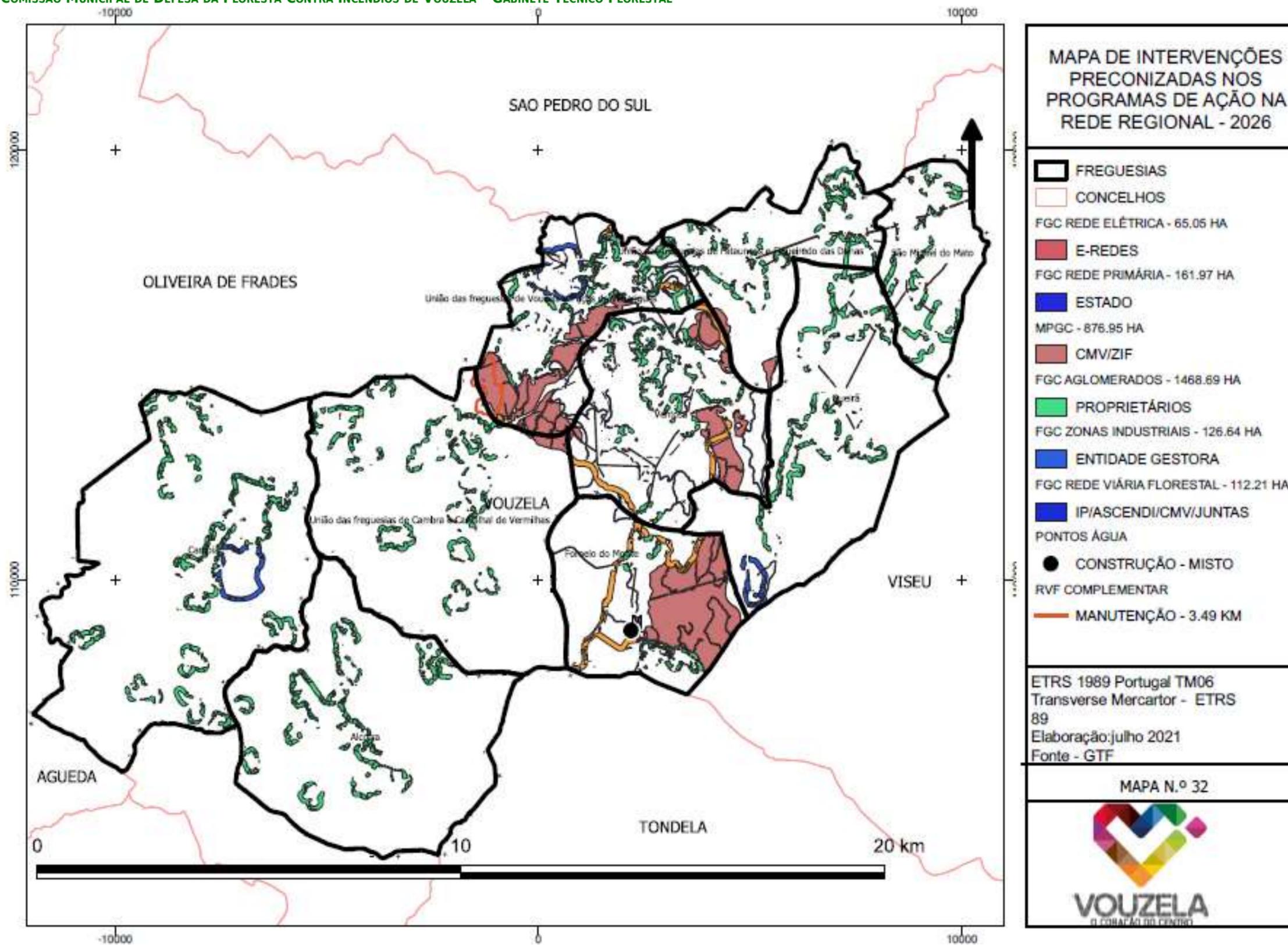
- FREGUESIAS
- CONCELHOS
- FGC REDE ELÉTRICA - 60.61 HA
- E-REDES
- FGC REDE PRIMÁRIA - 135.64 HA
- ESTADO
- MPGC - 324.88 HA
- CMV/ZIF
- FGC AGLOMERADOS - 1468.69 HA
- PROPRIETÁRIOS
- FGC ZONAS INDUSTRIAIS - 126.64 HA
- ENTIDADE GESTORA
- FGC REDE VIÁRIA FLORESTAL - 65.26 HA
- IPI/ASCENDI/CMV/JUNTAS
- RVF COMPLEMENTAR
- MANUTENÇÃO - 2.28 KM

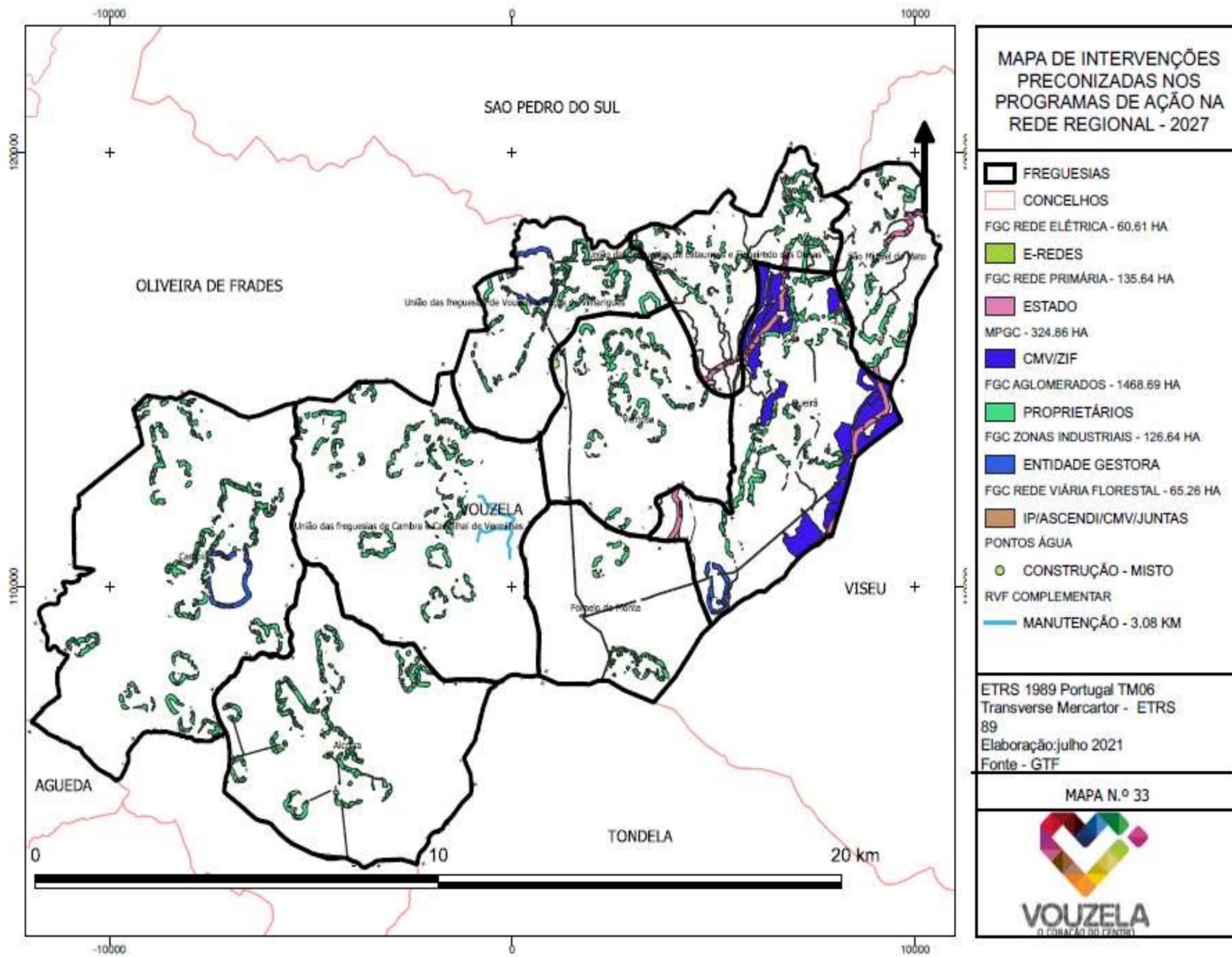
ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS
 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

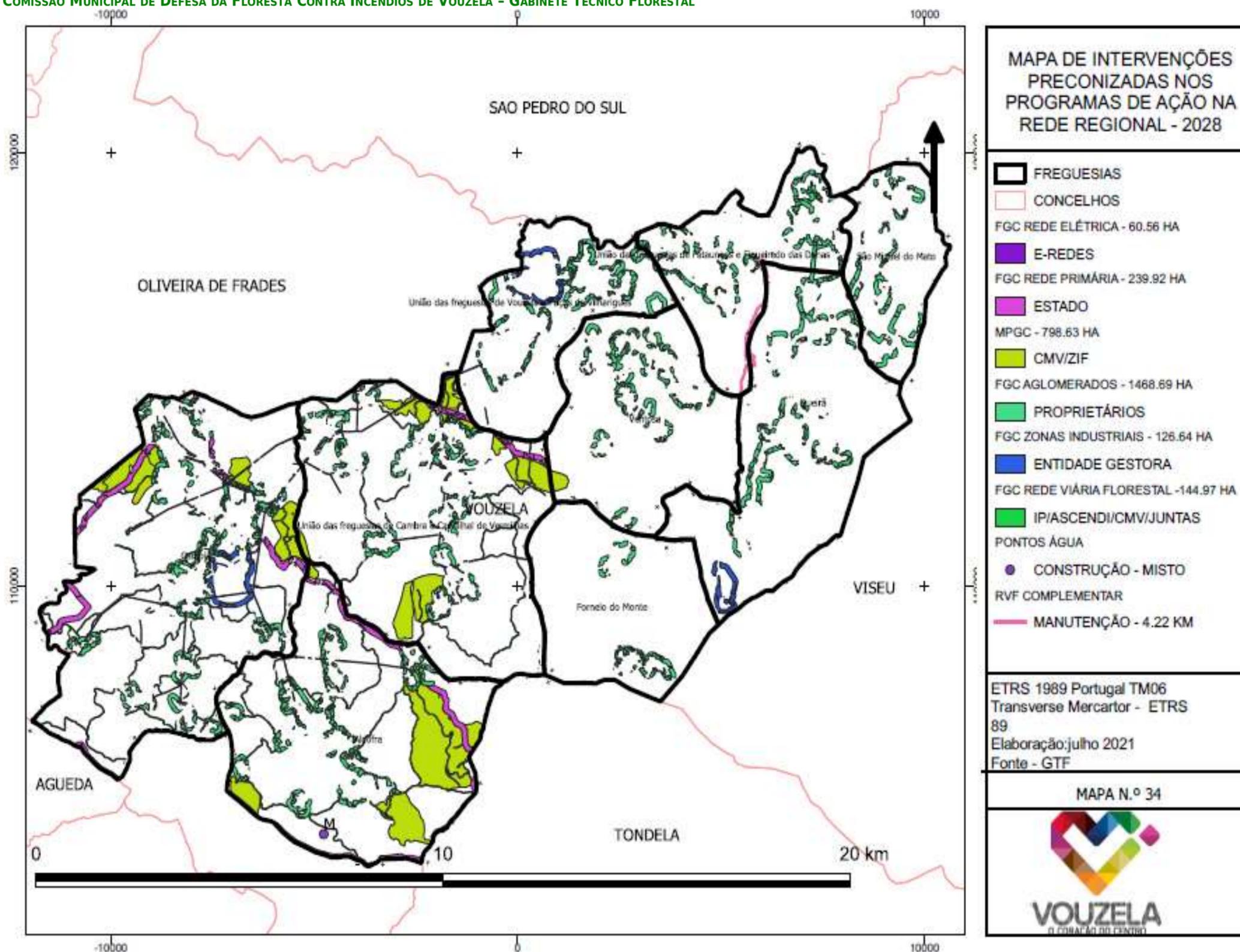
MAPA N.º 30

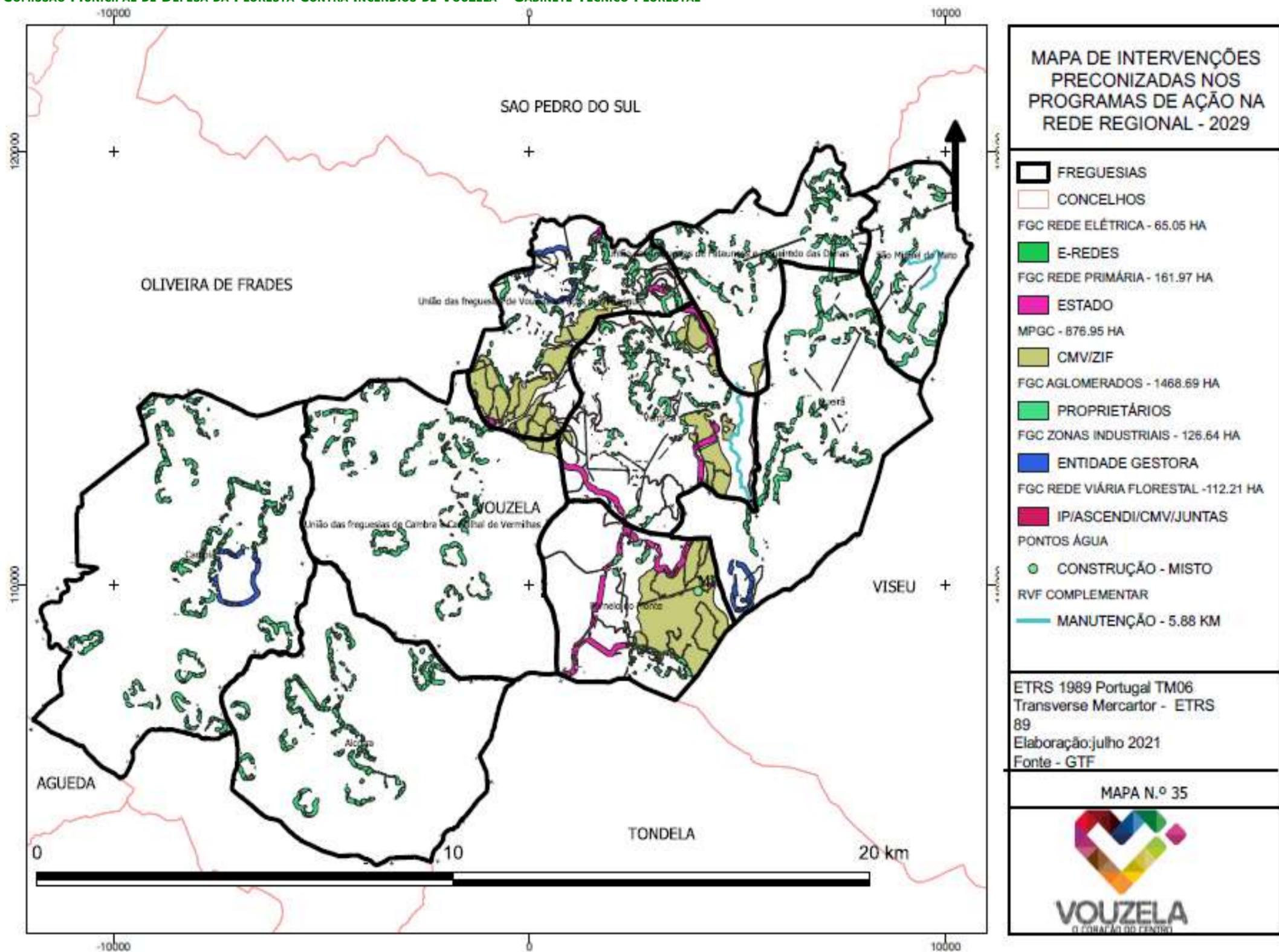
VOUZELA
O CORAÇÃO DO CENTRO

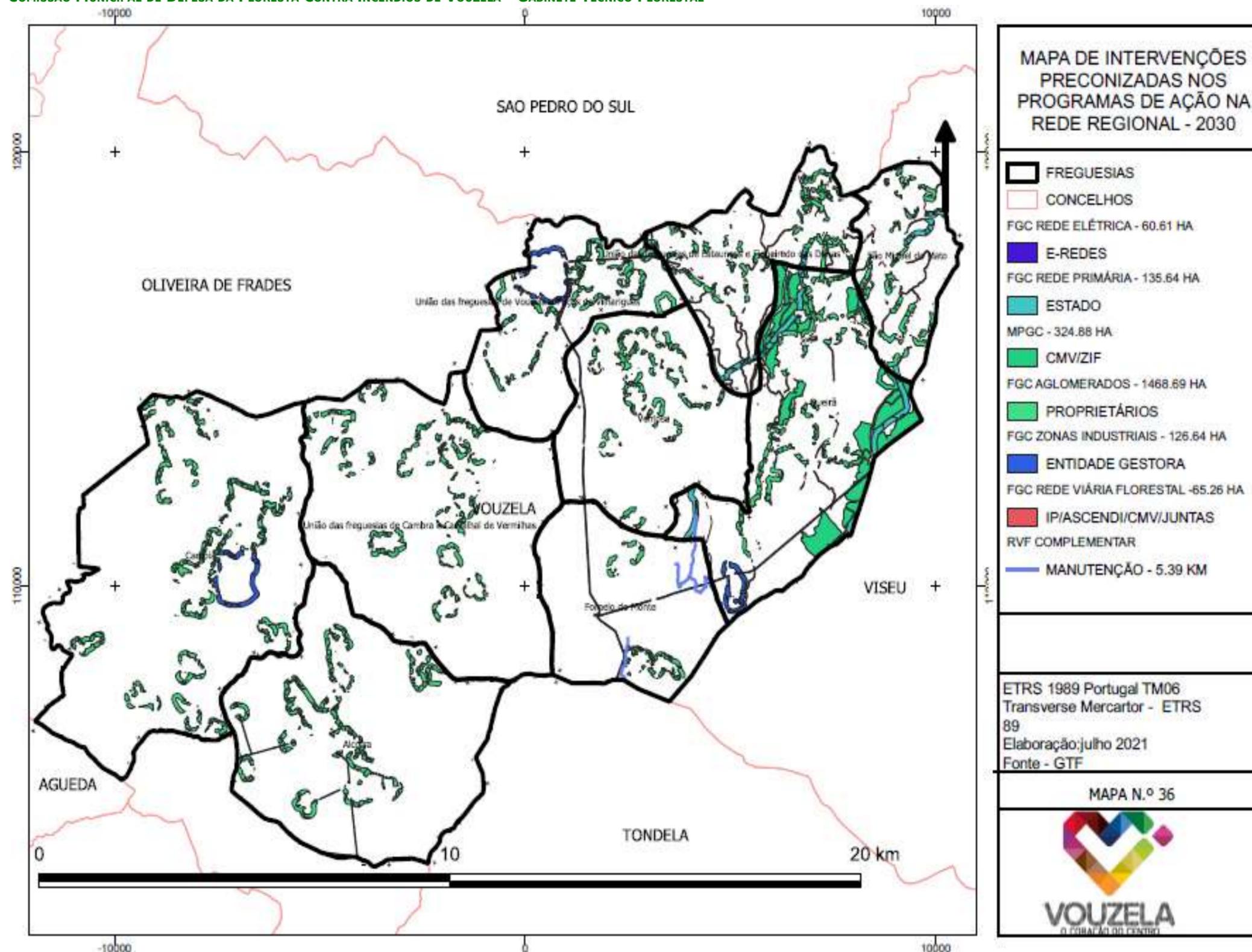


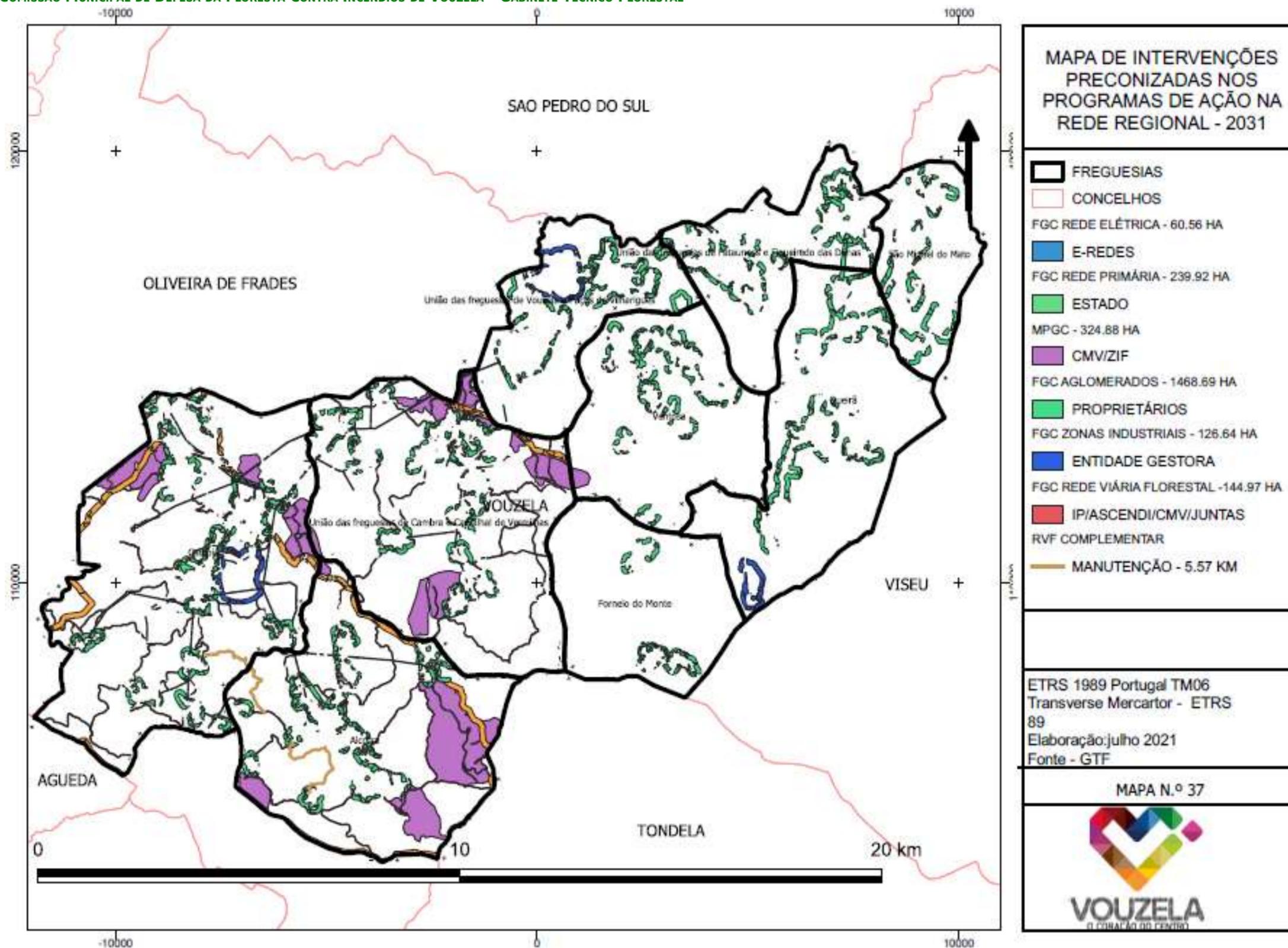


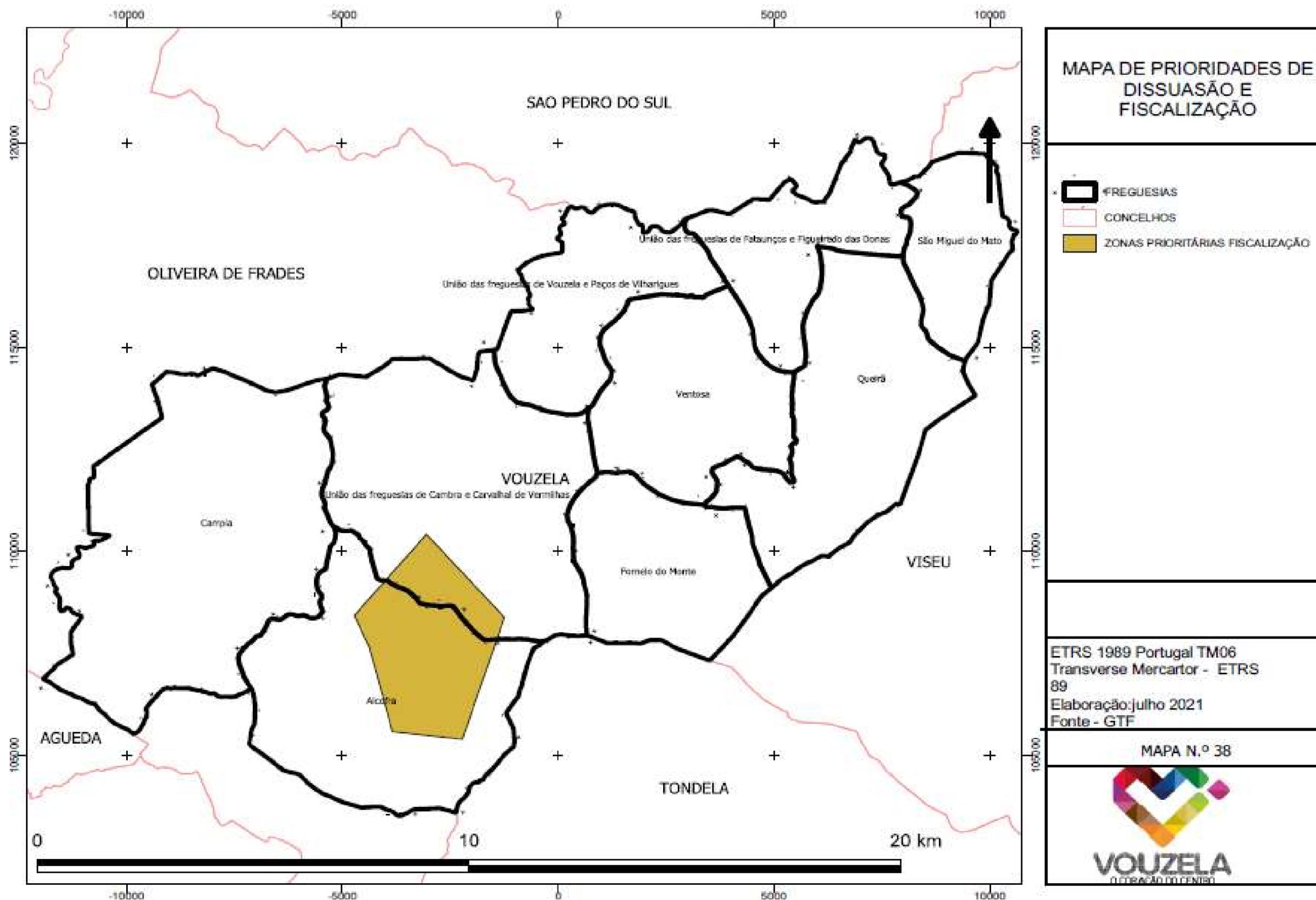


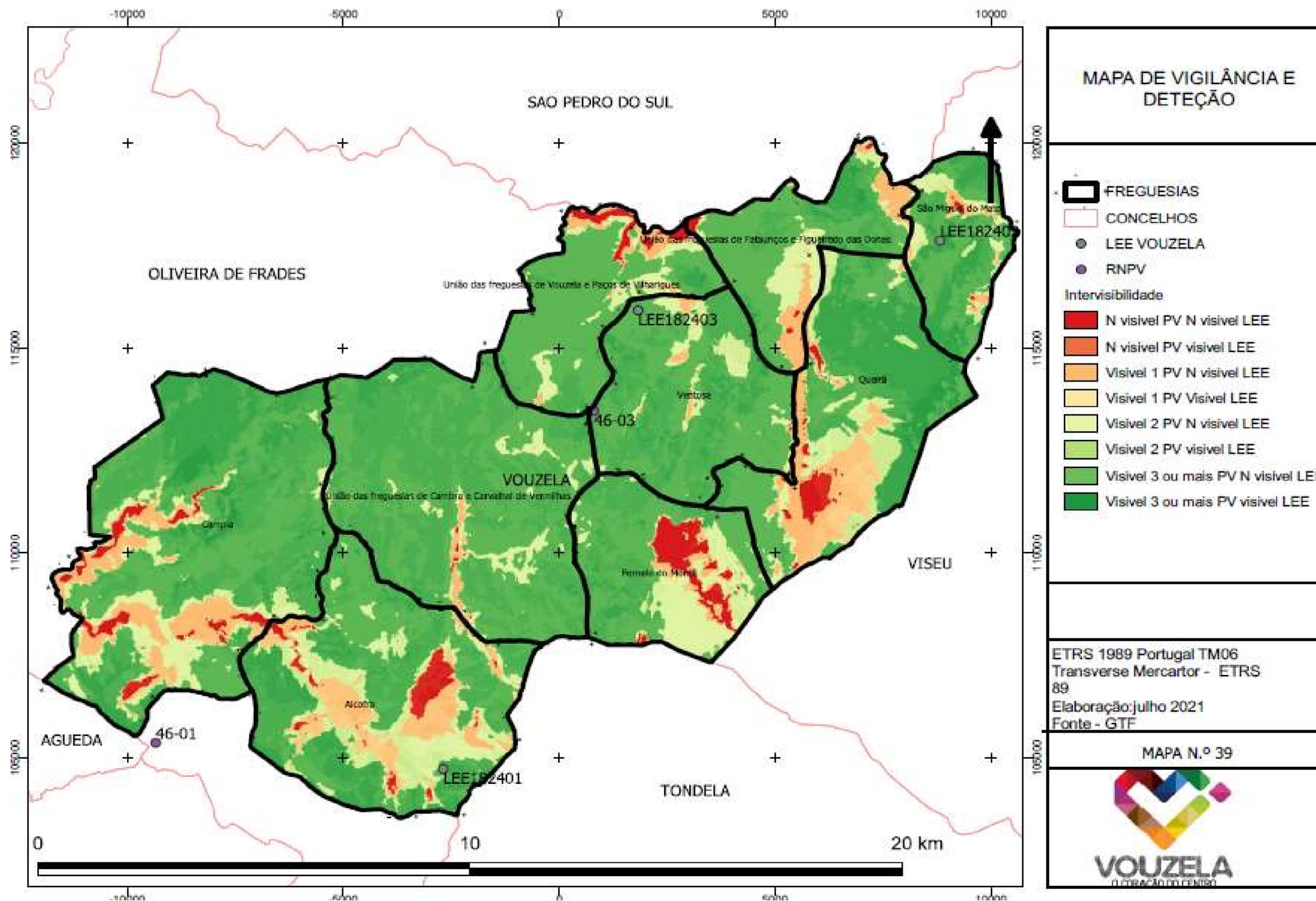


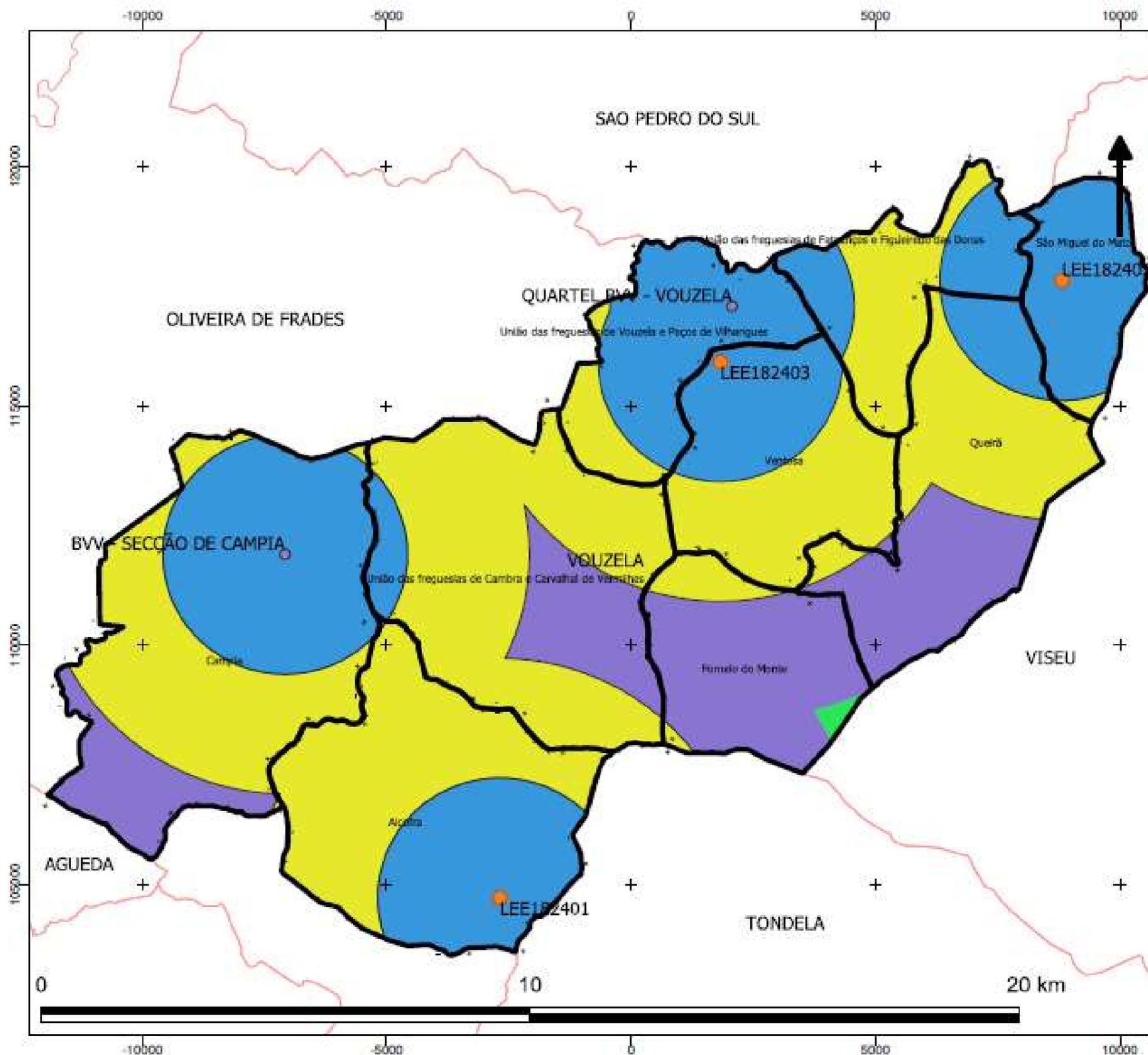












MAPA DE 1ª INTERVENÇÃO

- #FREGUESIAS
- CONCELHOS

TEMPO DE 1ª INTERVENÇÃO

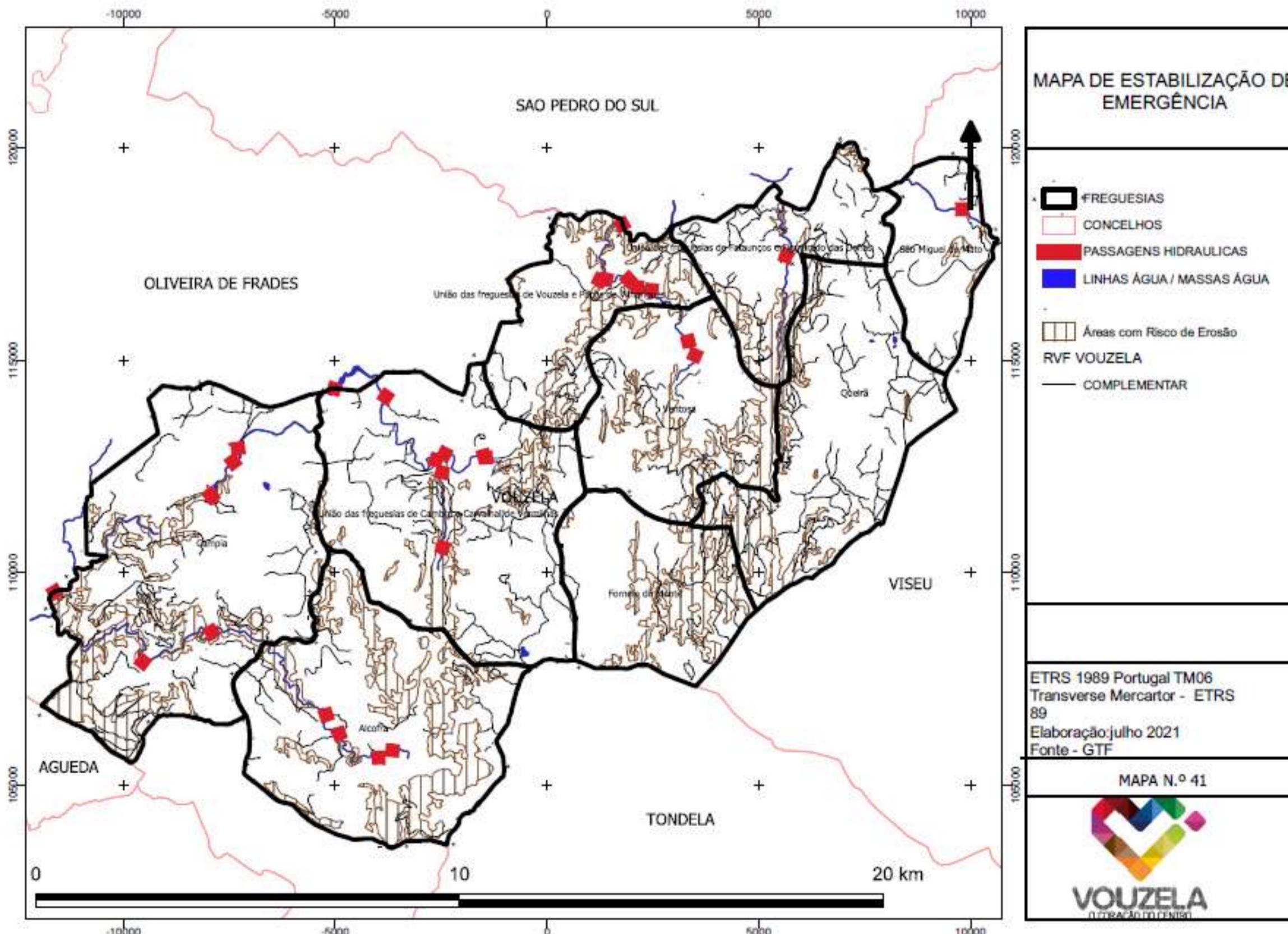
- 0-5 MIN
- 5-10 MIN
- 10-15 MIN
- 15-20 MIN

- AQUARTELAMENTOS
- LEE VOUZELA

ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 40

VOUZELA
 O MUNICÍPIO EM DESENVOLVIMENTO



ETRS 1989 Portugal TM06
 Transverse Mercator - ETRS
 89
 Elaboração: julho 2021
 Fonte - GTF

MAPA N.º 41

VOUZELA
CRECIMENTO DO CENSO

